



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

THAIS JUSSARA DE OLIVEIRA GUEDES ISIDRO

**NORMALISTA NENA GARCEZ: VIDA, FORMAÇÃO E MISSÃO EDUCACIONAL
(1898 a 1937)**



Profa. Umbelina Garcez – Abril/1898

JOÃO PESSOA – PB

2024

THAÍS JUSSARA DE OLIVEIRA GUEDES ISIDRO

NORMALISTA NENA GARCEZ: VIDA, FORMAÇÃO E MISSÃO EDUCACIONAL (1898 A 1937)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE – UFPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador (a): Dr. Charliton José dos Santos Machado.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
PPGE/UFPB (Orientador)



Prof. Dr.ª. Maria Elizete Guimarães Carvalho
PPGE/UFPB



Prof. Dr.ª. Daniela de Souza Barbosa
PPGE/UFPB



Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
PPGE/UFPB



Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva
PPGE/UFPB

I81n Isidro, Thais Jussara de Oliveira Guedes.
Normalista Nena Garcez : vida, formação e missão educacional (1898
- 1937) / Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro. - João Pessoa, 2024.
179 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado. Tese
(Doutorado) - UFPB/CE.

1. Umbelina Garcez. 2. Biografia. 3. Educação - Mamanguape. 4.
Docência. I. Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 929(043)

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

Elaborado por RUSTON SAMMEVILLE ALEXANDRE MARQUES DA SILVA -
CRB-15/0386

AGRADECIMENTOS

*Perdoem a cara amarrada
Perdoem a falta de abraço
Perdoem a falta de espaço
Os dias eram assim
[...]
E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim¹*

Imensa gratidão a Deus, por minha vida e pelas inúmeras bênçãos derramadas durante toda a minha existência, pela força para vencer os obstáculos que se apresentaram no decorrer da caminhada e por ter colocado, no percurso deste trabalho, pessoas tão importantes e singulares para a concretização do mesmo.

Um desafio se torna menos árduo quando temos ao nosso lado pessoas que nos apoiam e nos incentivam a trilhar o caminho desejado. Gratidão seria o mínimo para todos que fizeram parte desse processo, me estendendo a mão, me dando força, coragem e permanecendo ao meu lado, mesmo quando eu não podia usufruir da alegria de suas presenças por causa das muitas horas de leituras, estudos, escritas e análises. Pessoas que comemoraram comigo cada passo dado até a conclusão deste trabalho.

Meus filhos, Pâmela e Yuri, que me inspiram a continuar sempre e são força a me levantar quando esmoreço;

Meus pais, Renilda e Aury, que fizeram seu melhor para que eu estudasse, me formasse e chegasse me tornar a mulher que sou. Todo meu amor e gratidão;

Ao meu companheiro, Alexandre Gama, por todo amor, atenção e cuidados concedidos ao longo dos dias e noites de leituras, escrita e trabalho, além do apoio e da parceria nas viagens, idas aos arquivos, visitas a escolas, igreja e outras cidades, estando comigo em todos os momentos que precisei.

¹ Trecho da música *Aos nosso filhos*, de Ivan Lins e Vitor Martins, interpretada por Elis Regina.

Estendo minha gratidão aos amigos queridos que conquistei na Universidade Federal da Paraíba, especialmente Raquel Sabino, amiga e colega que me incentivou e apoiou ocasiões mais desafiadoras.

Gratidão imensa ao meu orientador, Charliton Machado, pelo conhecimento compartilhado, me proporcionando amadurecimento acadêmico, pela orientação cuidadosa e pela amizade, paciência, solicitude e auxílio durante toda essa jornada. Não podia ter tido alguém melhor para me ajudar a trilhar este caminho.

Amplio a gratidão as professoras Elizete Carvalho e Daniela Barbosa, e aos professores Ari de Andrade e Ramsés Nunes pelas ricas contribuições durante as análises da banca, imprescindíveis para o aprimoramento e completude deste estudo.

À Universidade Federal da Paraíba, pela qualidade dos cursos de pós-graduação que enriqueceram minhas experiências acadêmicas.

Um agradecimento especial a Lourdes Garcez e Lourdes Maria Garcez, pela colaboração incansável, sem a qual eu não teria conseguido escrever essa tese, e por confiarem a mim suas memórias e registros documentais de estima.

Às demais pessoas que colaboraram com suas memórias, fotografias, documentos, disponibilidade, as quais tem parte importante nessa construção, especialmente Giselha e Glaucia Garcez, Adauto Ramos, Cecília Silva de Araújo, Layse Lins, seu Benedito da Silva e àqueles que eu possa ter deixado de mencionar.

Por fim, a todos que de uma forma ou de outra, fizeram parte deste período, torcendo, escutando, rezando, dando sugestões... Compartilho com todos minha alegria e gratidão. Vocês fazem parte dessa conquista.

Obrigada!

RESUMO

Esta tese é um estudo em História da Educação que tem como objetivo reconstruir a história de vida e formação da professora Umbelina Garcez, também conhecida como Nena, dando visibilidade a ela enquanto sujeito histórico que participou da expansão da educação pública no interior da Paraíba. Centrada nas especificidades e particularidades da vida desta educadora, desenvolveu-se um trabalho biográfico que considera a pertinência e relevância da pesquisa acerca da profissão docente, tendo em vista que o itinerário individual é representativo e, por meio dele, é possível apreender também os caminhos percorridos pelo sistema educacional paraibano em direção à sua estruturação, dado que a formação de Nena Garcez como aluna da Escola Normal e sua atuação como professora de Cadeira isolada do sexo feminino no município de Mamanguape-PB ocorreu concomitantemente ao processo de expansão e organização do sistema público do ensino paraibano. Objetivou-se também compreender as dinâmicas socioculturais peculiares da temporalidade estudada, ampliando o olhar para os processos de escolarização, a legislação educacional vigente, as relações de poder presentes nas interações educativas, as relações de gênero incidentes no exercício do magistério, além dos aspectos políticos e econômicos da educação paraibana do período de 1898 a 1937. Traçar a trajetória da professora Umbelina Garcez se justifica pela possibilidade de trazer à baila e dar visibilidade à história de vida desta educadora, efetivando o compromisso de (re)construir historicamente a trajetória individual de uma mulher que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da educação de Mamanguape – PB, mas não foi contemplada pela historiografia oficial. Recorremos a Nova História Cultural como referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa e a História Oral como metodologia que perpassa os estudos empreendidos por meio do testemunho de familiares e conhecidos que conviveram com a professora, embora apontemos o entrecruzamento com fontes documentais diversas, elencando documentos oficiais e não oficiais, jornais, periódicos, documentos pessoais, livros, fotografias, entre outros. Para situar epistemologicamente a pesquisa nos debates teóricos da historiografia contemporânea, centramos a atenção nas acepções de biografia, história de vida, memória e oralidade, utilizando as contribuições teóricas de Dosse (2009), Levi (2006), Avelar e Schmidt (2012 e 2018), Nóvoa (1992, 2001, 2005) e Chartier (1994 e 1990). O Paradigma Indiciário, contribuição de Ginzburg (1979), que suscita a prática de rastreamento de sinais, indícios e signos também se faz presente na pesquisa por meio da postura investigativa que se assume ao seguir os rastros deixados pelos documentos, discursos e depoimentos que envolvem a professora pesquisada. Registro histórico relevante para o município de Mamanguape, o perfil biográfico de Umbelina Garcez possibilita o resgate da história da primeira professora Normalista, nomeada pelo poder público, a exercer a docência em Mamanguape-PB, cidade que a homenageou colocando seu nome em uma escola estadual, mas pouco sabe a seu respeito.

5. Palavras-chave: Biografia. Umbelina Garcez. Mamanguape. Normalista. Professora.

ABSTRACT

This thesis is a study in History of Education that aims to compose the life and training history of teacher Umbelina Garcez, also known as Nena, giving visibility to her as a historical subject who participated in the expansion of public education in the interior of Paraíba. Focused on the specificities and particularities of the life of this educator, we developed a biographical work that considers the relevance and relevance of research on the teaching profession because the individual itinerary is representative and, through it, it is also possible to apprehend the paths taken by the Paraíba educational system towards its structuring, since the formation of Nena Garcez as a student of the Normal School and her performance as a teacher of isolated chairs in the municipality of Mamanguape occurred concomitantly with the process of expansion and organization of the public education system of Paraíba. We also aim to understand the peculiar sociocultural dynamics of this temporality, expanding the look at the schooling processes, the current educational legislation, the power relations present in the educational interactions, the gender relations incident in the exercise of the teaching profession, in addition to the political and economic aspects of Paraíba education from 1898 to 1937. Tracing the trajectory of Professor Umbelina Garcez is justified by the possibility of bringing up and giving visibility to the life story of this educator, making the commitment to historically reconstruct the individual trajectory of a woman who contributed significantly to the development of education in Mamanguape - PB, but was not contemplated by official history. We use the New Cultural History as a theoretical framework for the development of research and Oral History as a methodology that permeates the studies undertaken through the testimony of family members, former students and acquaintances who lived with the teacher, although we point out the intersection with diverse documentary sources, such as official and unofficial documents, newspapers, periodicals, personal documents, books, photographs, among others. To epistemologically situate the research in the theoretical debates of contemporary historiography, we focus attention on the concepts of biography, life history, memory and orality, using the theoretical contributions of Dosse (2009), Levi (2006), Avelar and Schmidt (2012 and 2018), Loriga (2011), Nóvoa (1992, 2001, 2005) and Chartier (1994 and 1990). The Indicative Paradigm, a contribution by Ginzburg (1979), which raises the practice of tracking signs, clues and signs is also present in the research through the investigative stance that is assumed when following the traces left by the documents, speeches and testimonies that involve the researched teacher. A relevant historical record for the municipality of Mamanguape, the biography of Umbelina Garcez makes it possible to rescue the history of the first teacher to teach as an educator graduated from the Normal School and appointed by the public authorities in Mamanguape-PB, a city that despite having honored her by placing her name in a state school, little is known about her.

Keywords: Biography. Umbelina Garcez. Mamanguape. Normalist. Teaching.

RESUMEN

Esta tesis es un estudio en Historia de la Educación que tiene como objetivo reconstrucción de la historia de vida y formación de la maestra Umbelina Garcez, también conocida como Nena, dándole visibilidad como sujeto histórico que participó en la expansión de la educación pública en el interior de Paraíba. Centrados en las especificidades y particularidades de la vida de esta educadora, desarrollamos un trabajo biográfico que considera la relevancia y pertinencia de la investigación sobre la profesión docente, porque el itinerario individual es representativo y, a través de él, también es posible aprehender los caminos recorridos por el sistema educativo paraibano hacia su estructuración, ya que la formación de Nena Garcez como alumna de la Escuela Normal y su actuación como profesora de cátedras aisladas en el municipio de Mamanguape ocurrieron concomitantemente con el proceso de expansión y organización del sistema público de enseñanza en Paraíba. Pretendemos también comprender la peculiar dinámica sociocultural de esta época, ampliando la mirada a los procesos de escolarización, la legislación educativa vigente, las relaciones de poder presentes en las interacciones educativas, las relaciones de género incidentes en el ejercicio de la docencia, además de los aspectos políticos y económicos de la educación paraibana de 1898 a 1937. Trazar la trayectoria de la profesora Umbelina Garcez se justifica por la posibilidad de traer a colación y dar visibilidad a la historia de vida de esta educadora, asumiendo el compromiso de reconstruir históricamente la trayectoria individual de una mujer que contribuyó significativamente al desarrollo de la educación en Mamanguape - PB, pero que no fue contemplada por la historia oficial. Utilizamos la Nueva Historia Cultural como marco teórico para el desarrollo de la investigación y la Historia Oral como metodología que permea los estudios realizados a través del testimonio de familiares, ex alumnos y conocidos que convivieron con la maestra, aunque señalamos el cruce con diversas fuentes documentales, como documentos oficiales y no oficiales, diarios, periódicos, documentos personales, libros, fotografías, entre otros. Para situar epistemológicamente la investigación en los debates teóricos de la historiografía contemporánea, centramos la atención en los conceptos de biografía, historia de vida, memoria y oralidad, utilizando los aportes teóricos de Dosse (2009), Levi (2006), Avelar y Schmidt (2012 y 2018), Loriga (2011), Nóvoa (1992, 2001 y 2005) y Chartier (1994 y 1990). El Paradigma Indicativo, aporte de Ginzburg (1979), que plantea la práctica de rastrear indicios, pistas y señales también está presente en la investigación a través de la postura investigativa que se asume al seguir las huellas dejadas por los documentos, discursos y testimonios que involucran al docente investigado. Registro histórico relevante para el municipio de Mamanguape, la biografía de Umbelina Garcez permite recuperar la historia de la primera maestra en ejercer la docencia como educadora egresada de la Escuela Normal y nombrada por el poder público en Mamanguape-PB, ciudad que, a pesar de haberla honrado colocando su nombre en una escuela estatal, poco sabe de ella.

Palabras clave: Biografía. Umbelina Garcez. Mamanguape. Normalista. Docente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Turma 39, PPGE/UFPB (2021)	16
Figura 02	Palmatória	47
Figura 03	Manoel Garcez, Cap. do 2º Batalhão da Guarda Nacional - Pedido de licença de seis meses	49
Figura 04	Recompensa por (re)captura de escravos fugidos	53
Figura 05	Recompensa por (re)captura de escravos fugidos	53
Figura 06	Nomeação de Pedro Paulo Garcez Alves Lima para delegado de Pedras de Fogo.	55
Figura 07	Nota de falecimento de Pedro Paulo Garcez Alves Lima	56
Figura 08	Formatura no Externato Normal 1887 – Amália Garcez	59
Figura 09	Registro do casamento de Jorge Garcez e Brasília do Rego Ramos	60
Figura 10	Missal de Umbelina Garcez (1888-1898)	66
Figura 11	Certidão de Batismo de Umbelina Garcez.	64
Figura 12	Certidão de óbito de Umbelina Garcez.(2009)	66
Figura 13	Bilhete enviado a Umbelina Garcez pelo pároco da Igreja Matriz	68
Figura 14	Certidão de óbito de Umbelina Garcez	73
Figura 15	Sepultura de Nena Garcez na Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, ao lado do altar de Nossa Senhora. Mamanguape, PB, 2023.	74
Figura 16	Mapa rodoviário da Paraíba (1936)	88
Figura 17	Internas na escada do Orphanato D. Ulrico (1927)	94
Figura 18	Orphanato Dom Ulrico	96
Figura 19	Lourdes Garcez, 1935	99
Figura 20	Nena Garcez e sua filha Lourdes Garcez, s/d.	100
Figura 21	Rua da Direita, atual Duque de Caxias, 1904, Cidade da Parahyba do Norte.	104
Figura 22	O apagar dos lampiões da iluminação pública, s/d.	104
Figura 23	Chegada da luz elétrica na Parahyba, 1912.	105
Figura 24	Cidade da Parahyba do Norte, 1902 – Cidade Baixa e Cidade Alta	106
Figura 25	Resultados Exames do 3º Ano – Umbelina Garcez: Pedagogia e Música	114
Figura 26	Profª Umbelina Garcez – Formatura (abril 1898)	118
Figura 27	Diploma de Normalista da Profª. Umbelina Garcez (1898)	119
Figura 28	Anuncio de aulas particulares – Profª Umbelina Garcez, 1898.	120
Figura 29	Rua Visconde de Pelotas, Cidade da Parahyba, 1940.	121
Figura 30	Alexandre Francisco de Seixas Machado, S/D	126
Figura 31	Feira no Centro de Mamanguape, (1900).	132
Figura 32	Zona de dominação comercial de Mamanguape (1700-1900)	133
Figura 33	Igreja do Sagrado Coração de Jesus, S/D	139
Figura 34	Atividades iniciais da alfabetização – cobrir pontinhos e letras	141
Figura 35	Profª Umbelina Garcez, s/d.	145
Figura 36	Teatro Santa Cecília – escola e banda	151
Figura 37	Cine São José, s/d	151
Figura 38	Antigo teatro Santa Cecília, 2023.	155

Figura 39	Protesto - suspensão de Cadeiras municipais em Mamanguape	155
Figura 40	Homenagem à Nena Garcez: Revista do Ensino, Anno V, nº 14, Dez 1937.	157
Figura 41	Vultos Ilustres – Nena Garcez. A noite Ilustrada, n.1156, 24/04/1951	159
Figura 42	Placa de Inauguração da Escola Umbelina Garcez (1961)	161
Figura 43	Lançamento do livro "Prof. ^a Umbelina Garcez e Eu" (2010)	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2022.1.	24
Quadro 02	Total de orientações dos professores ² que contribuíram na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2009-2022.1)	26
Quadro 03	Dados do pai da professora Nena Garcez	50
Quadro 04	Dados da mãe da professora Nena Garcez	50
Quadro 05	Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1886	58
Quadro 06	Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1887	58
Quadro 07	Divulgação de Matrículas para a Escola Normal	110
Quadro 08	Alunas do 1º Ano do Curso Normal em 1895	111
Quadro 09	Alunas da Escola Normal em 1895	112
Quadro 10	Comunicação oficial sobre a formatura da Escola Normal, 1898	115
Quadro 11	Solenidade Formatura Umbelina Garcez, 1898.	116
Quadro 12	Solenidade Formatura Umbelina Garcez, 1898.	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Turma 39, PPGE/UFPB (2021)	13
------------------	----------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2022.1.	24
Gráfico 02	Total de orientações dos professores ³ que contribuíram na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2009-2022.1)	27

² Os nomes dos professores presentes nesta tabela foram organizados em ordem alfabética.

³ Os nomes dos professores presentes nesta tabela foram organizados em ordem alfabética.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A PESQUISA NO MUNDO DAS IDEIAS	11
CAPÍTULO I	19
1. AS TRILHAS DO CAMINHO E OS APORTES TEÓRICOS	20
CAPÍTULO II	38
2. NENA GARCEZ: DO GOTEJAR DAS FONTES À HISTÓRIA DE UMA VIDA	39
2.1 Prendas domésticas mais que escrita e leitura	41
2.2 Uma família (des)afortunada?	54
2.3 Devota de Nossa Senhora	61
2.4 Não tinha vocação pra mãe: tinha vocação pra professora	82
2.5 O retorno: a filha volta pra casa	96
CAPÍTULO III	101
3. CONSTITUIR-SE PROFESSORA: UMA CONQUISTA ALMEJADA	102
3.1 O Curso Normal: um sonho possível?!	107
3.2 Normalista na Parahyba do Norte no Séc. XX	120
3.3 Em meio aos (Des)Encantos da vida, a possibilidade do amor	122
CAPÍTULO IV	128
4. TRANSITANDO ENTRE SÉCULOS: DE NORMALISTA A NOME DE ESCOLA	129
4.1 Mamanguape, novos horizontes: (re)começar é preciso	130
4.2 Uma professora Normalista no interior	135
4.3 Ela era velha, mas era moderna: uma mulher em movimento	146
4.4 (Re)inventar-se e nunca esmorecer: reconhecimento e homenagens	152
4.5 Escola Umbelina Garcez: reconhecimento materializado	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO: A PESQUISA NO MUNDO DAS IDEIAS

Há coisas que a gente faz profissionalmente, gostando mais ou menos; há outras que se faz como hobby, nesse caso essencialmente por gosto. No meu caso, em educação, consegui juntar as duas coisas.

(Osmar Fávero)

A epígrafe com o pensamento de Osmar Fávero traduz-se em reflexão, sentimento e identificação quando a relaciono com a pesquisa em educação, mais precisamente as de cunho biográfico e (auto)biográfico, por considerar as pessoas resultado “das marcas do passado que se acumulam com o passar do tempo”, marcas essas que são reveladoras do ponto de vista das construções, sucessos, crises, rupturas, constâncias e escolhas que permeiam uma vida. Desta forma, expressar o percurso de investigação por meio de histórias de vida de professoras me une, como a Fávero, ao profissional e ao ‘hobby’, ao conhecimento e a satisfação.

A definição do objeto de uma pesquisa se inicia com um processo que envolve escolhas, quase sempre delineadas por um percurso sinuoso e repleto de indagações. Durante a construção deste trabalho não foi diferente. A opção pela pesquisa em torno da história de vida⁴ da professora Umbelina Garcez, também chamada de Nena⁵, numa perspectiva biográfica, não se deu sem inquietações, questionamentos e incertezas. Contudo, houve sempre uma certeza incontestável: a pesquisa teria uma abordagem biográfica envolvendo o professor como tema. Não só porque sou professora, visto que o que nos é próximo nos atrai e auxilia, mas também porque investigar o fazer-se educador/a e a constituição da docência possibilita buscar o entendimento do fenômeno educacional e, conseqüentemente, a compreensão da prática educativa e suas transformações no espaço-tempo.

⁴ Segundo Marre (1991), “Engloba-se na expressão história de vida (life history), tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada” (Marre, 1991, p. 90).

⁵ Nena foi apelido de infância, adotado por toda a vida e dado a professora Umbelina Garcez para diferenciar ela da mãe, que tinha o mesmo nome.

Entretanto, é preciso mais do que apenas saber o que se quer pesquisar, ir além do pontapé inicial e refletir se o caminho percorrido e a forma como nos vemos no decorrer do processo de desenvolvimento da pesquisa diz algo sobre nós. Tendo isso em vista, reflito, rememoro e busco compreender minha própria trajetória enquanto docente, num movimento dialético relacional e interpessoal entre pesquisa e pesquisadora.

Percebo então um novo elemento que esteve muito presente durante o percurso da pesquisa e da escrita: as pausas. ‘Quietamente inquietantes’, compreendidas como momentos de reflexões, de preparo, de conexão entre o ‘eu indivíduo’ e o ‘eu pesquisador’, foram percebidas e elucidadas com o auxílio de Thompson (1998), que indica

[...] não se deixe perturbar com as pausas. Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de compreender que o indivíduo passou e passa por várias crises, e essas crises o auxiliam para o entendimento de quem é esse sujeito. (THOMPSON 1998, p. 271)

Em meio às reflexões acerca dos desafios, insatisfações e satisfações presentes na trajetória da seara investigativa, tento apontar em que momento a pesquisa científica se tornou parte integrante e de tão significativa importância na minha trajetória. É nesse panorama que me proponho a algumas reflexões acerca das relações entre memória e história que, “por serem entendidas, justamente, como dois modos de gestão do passado, impactam diretamente os estudos em representações sociais”.

Evocando o passado num rememorar desde a infância, percebo que o trajeto que me conduziu à pesquisa científica e a História da Educação é longo e coletivo, tendo sido iniciado antes mesmo de eu aprender a ler por meio da contação de histórias e, posteriormente, com o incentivo à leitura ainda nos primeiros anos de vida por meio de meus pais, ávidos leitores, continuando durante toda a minha formação escolar e profissional.

Minha ligação e afinidade com histórias e leitura era evidente já na infância pois eu era ligada a ouvir, contar e, conseqüentemente, a ler histórias, muito mais que a maioria das crianças da minha idade. Lembro da minha mãe na beira do meu berço contando histórias e me ensinando a rezar pra eu dormir, e também de uma agregada

que morava conosco, por volta dos meus 8 anos, que me contava, entre outras, a história do Patinho Feio a qual ela já havia memorizado e repetia com entusiasmo, às vezes acrescentando tons de voz diferentes e pequenas modificações na narrativa, enquanto eu viajava imaginando cada passagem da história. Foram tantas as vezes que pedi a ela pra (re)contar a história que memorizei alguns trechos e recordo ainda hoje.

Imagens acerca do que vivemos e que estão vivazes em nossa memória conduzem a pensar que o ser humano, desde os primórdios, buscou alternativas para recordar e para registrar suas vivências, o que ele via e como via. A pintura nas paredes quando vivia em cavernas, ou então as pinturas nos vasos gregos, os afrescos, as pinturas em tela e, na modernidade, a fotografia, os vídeos, os filmes corroboram com essa ideia, demonstrando que a humanidade, ao longo de sua história, vem utilizando diferentes suportes e materiais para registrar suas memórias.

Também está viva em minha lembrança a recorrente surpresa dos meus primos, avós e tios quando, por volta dos meus 10 anos de idade, muitas vezes eu preferia ficar lendo um livro em casa a ir brincar com outras crianças. Na EEEFM Plácido de Castro, em Rosário do Sul-RS, já no final do Ensino Fundamental II e início do curso de Magistério, a biblioteca da escola era um dos meus ambientes de frequência cotidiana, tanto para leitura como para emprestar livros: O Guarani, Memórias de um sargento de milícias, Iracema... Mas não só os clássicos da literatura brasileira, a Série Vagalume, de aventuras com adolescentes, os romances ou os contos policiais de Bárbara Cartland também eram constâncias das quais recordo vividamente. Ao rememorar estas cenas, percebo que ali, naqueles momentos entre a infância e a adolescência, começava a se construir a minha identidade de leitora, contadora de histórias e pesquisadora. Como aponta Rousso (in FERREIRA & AMADO, 1996),

[...] a memória é a representação do passado. É uma reconstrução emocional e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é individual, e sim, de um indivíduo inserido num contexto social, seja ele familiar, escolar, nacional. Assim, pode-se afirmar que a memória é individual e coletiva, constituindo, destarte, um fenômeno construído, sendo possível também, estabelecer uma ligação intrínseca entre memória e identidade.

Apesar das constantes idas e vindas à biblioteca da escola ou a biblioteca municipal já traduzirem o gosto por enredos investigativos, culturais e históricos, a identificação da minha afinidade com a História da Educação só se deu durante a graduação em Pedagogia, embora não tivesse ainda a ligação com a pesquisa na área, coisa que só aconteceu muito tempo após o término do curso superior.

No decorrer desse rememorar faço uma análise da trajetória percorrida até aqui, num autoconhecer-me que, por sua vez, se torna parte de algo maior, que delinea o processo de pertencimento, de ser parte de um ou mais grupos, de um tempo ou de outros, de um lugar ou de outros. Essas interações com o (re)compor de lugares e tempos das próprias vivências ampliam o repertório de experiências, a tal ponto que “a identidade pessoal é vista como um sistema de múltiplas identidades e encontra a sua riqueza na organização dinâmica dessa diversidade” (MOITA, 2007, p. 115).

A identidade pessoal constitui também a apropriação subjetiva da identidade social, ou seja, a consciência que um sujeito tem de si mesmo é necessariamente marcada pelas suas categorias de pertença e pela sua situação em relação aos outros (MOITA, 2007, p. 115). Perpassa pela compreensão de quem sou eu, quem é o outro e como essas relações se organizam socialmente, ampliando os repertórios e as construções de como ser sujeito. E como não poderia deixar de destacar, a identidade profissional é um dos pontos da identidade pessoal, ou seja,

[...] É uma construção que tem uma dimensão espaço-temporal, atravessa a vida profissional desde a fase da opção pela profissão até a reforma, passando pelo tempo concreto da formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola (MOITA, 2007, p. 115-116)

Tal construção identitária, que atravessa o sujeito pessoal e profissional, não ocorre de um momento para o outro, mas sim, no processo de construção e reconstrução que cada indivíduo passa no decorrer de sua trajetória de vida e do tempo que ele necessita para essa elaboração.

Penso que o exercício da leitura e da escrita na infância, na adolescência, na escola, na graduação e na prática docente, me possibilitou ter uma visão reflexiva sobre minha caminhada, sendo fundamental na construção profissional e permitindo compor a trajetória de pesquisa com viés biográfico e (auto)biográfico, considerando,

conforme GABRIEL (2011, p.40) as “escritas e reescritas de mim mesma”. Escritas essas que no início da caminhada de formação profissional no curso Magistério não contavam a conclusão de um Mestrado ou Doutorado em Educação, visto que tal realização era demasiadamente distante da realidade de uma adolescente de 14 anos moradora de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul na qual, em 1984, não havia instituições de curso superior. Mais utópica era ainda a possibilidade de uma graduação ou pós-graduação no período da conclusão do Magistério, aos 16 anos, morando agora numa cidade ainda menor e com menos recursos, no interior do Mato Grosso do Sul, devido a transferência do meu pai, militar do exército. Neste momento me dou conta que, assim como a professora que é meu objeto de pesquisa, também eu me formei no Curso Normal (chamado então, à época, de Magistério), concluindo-o aos 16 anos e iniciando a carreira de professora de escola municipal aos 17 anos na EM Prof. Jarbas Passarinho, em Bela Vista - MS; bastante jovem para imaginar que chegaria até a escrita desta tese, tão representativa para mim, para a Historiografia da Educação da Paraíba e para a família da professora Nena Garcez. Corroboro então com PÉRES (2002), nesse contexto, ao afirmar que o ato de narrar uma história de vida⁶, mais do que contar o percurso de outrem ou de si mesmo, é um ato de conhecimento e autoconhecimento pois,

Através da narrativa o sujeito constrói uma cadeia de significantes que estrutura formas expressivas de representar o mundo e compartilhar a realidade social, ao mesmo tempo em que engendra sonhos, desejos e utopias (Pérez, 2002, p. 26).

Como nos fala Giovanni Levi, o método biográfico “é um campo ideal para examinar o caráter intersticial da liberdade e para observar como funcionam os sistemas normativos, que não são isentos de contradição” (LEVI, 1996, p. 167). Com este entendimento e embasada no pressuposto que a perspectiva biográfica relata o vivido de forma a interpretar “significados e condições socialmente determinadas que se imbricam e possibilitam delinear uma história que é pessoal e, dialeticamente,

⁶ Ao longo do trabalho utilizarei as expressões “história de vida” e “biografias” como sinônimos, a despeito da precedência histórica do uso da primeira para designar o gênero biográfico (com o *bios* dos gregos), e de sua larga vigência, pelo menos, até meados do século XVIII, quando os termos *biographie* e *biographe* aparecem registrados em língua francesa no *Dictionnaire de Trévoux* (1721) com a definição de “história da vida de um indivíduo”. Cf. MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984, pp. 11-20. Sobre a formação do conceito moderno de história a partir das transformações sociais da segunda metade do século XVIII, cf. KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004, pp. 27-46.

coletiva" (BATISTA, 2002, p. 239), compreendo que esta pesquisa reflete e traduz partículas do mundo social, retratado não mais sob normas e sistemas, mas segundo as vivências daquele que o atravessa. E nesse atravessar do meu próprio percurso vivencial e formativo, rememoro minha chegada a João Pessoa em 2001 vinda do Mato Grosso do Sul para (re)construir minha vida após o término de um casamento de 16 anos, trazendo comigo meus filhos Pâmela e Yuri (na época com 8 e 6 anos respectivamente), e Maria, doméstica que trabalhava comigo a cerca de quatro anos e cuidava da casa e das crianças enquanto eu trabalhava. Tendo crescido em meio à constantes mudanças de lugar e já conhecendo João Pessoa, o fato de estar distante dos meus pais e não ter familiares na cidade ou em locais próximos não me assustava, o que realmente me deixava temerosa era estar, pela primeira vez, sozinha a frente das decisões e atitudes que iriam delinear a escrita da minha vida, da vida de Maria e, principalmente, da vida das crianças.

Escolhi tentar a vida em João Pessoa pelo clima, pela beleza e tranquilidade do lugar, e pelo contato com o mar, que amo. Ao chegar na cidade em 2001, fui auxiliada por pessoas amigas, algumas que já conhecia, outras que conheci aqui. Graduada em Pedagogia e já com alguns anos de experiência em sala de aula, comecei a trabalhar 20 dias após minha chegada. Nesses vinte e dois anos decorridos desde então, atuei em algumas escolas e faculdades privadas, e na UFPB. Fui professora, coordenadora pedagógica, tutora da EAD, gestora escolar e, desde o ano de 2008, assumi os cargos de professora e orientadora escolar como titular na prefeitura municipal. Nesse contexto, adentrar ao doutorado na turma 39 do PPGE/UFPB em 2019 e estar concluindo esta tese é, de certa forma, registrar as marcas de minha própria superação.

Figura 1: Turma 39 do PPGE - UFPB (2021).



Fonte: Acervo da Pesquisadora.

Para a melhor compreensão desta tese, dividimos a escrita em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Trilhas: O Caminho e os Aportes Teóricos”, trata sobre o despertar do nosso interesse pelas memórias docentes e pela pesquisa biográfica, além de discorrer sobre o início do trajeto enquanto pesquisadora com minha inserção no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Faz-se ainda a apresentação das motivações que conduziram ao estudo envolvendo a educadora Umbelina Garcez, também chamada de Nena Garcez, ressaltando a importância dos estudos sobre educadoras, mulheres comuns que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da educação de um local, de uma população, deixando suas marcas por onde passaram. Sob a premissa de que tais trajetórias individuais são elementos importantes na composição do painel da historiografia das sociedades e dos grupos aos quais pertenceram os sujeitos pesquisados, admite-se a vida humana como compêndio de uma história social, validando vivências e possibilitando aprendizagens e ressignificações. Nesse primeiro capítulo apresenta-se também um perfil dos estudos empreendidos na Linha de História da Educação do PPGEE / UFPB, no período entre 2007 (quando a Linha de Pesquisa foi instituída) a 2022 (momento de estudos e escrita deste trabalho), o marco temporal escolhido e os pressupostos teórico-metodológicos que dão aporte ao trabalho empreendido, sendo estes a Nova História Cultural, os estudos Biográficos e a História Oral. Faz-se alusão, ainda, a postura investigativa indiciarista, contribuição de Ginzburg (1979), que se apresenta a todo tempo durante a pesquisa, e a memória enquanto fonte de conhecimentos singulares de vários momentos vivenciados em uma trajetória de vida.

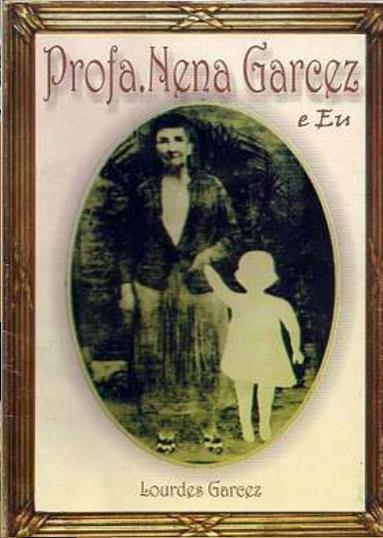
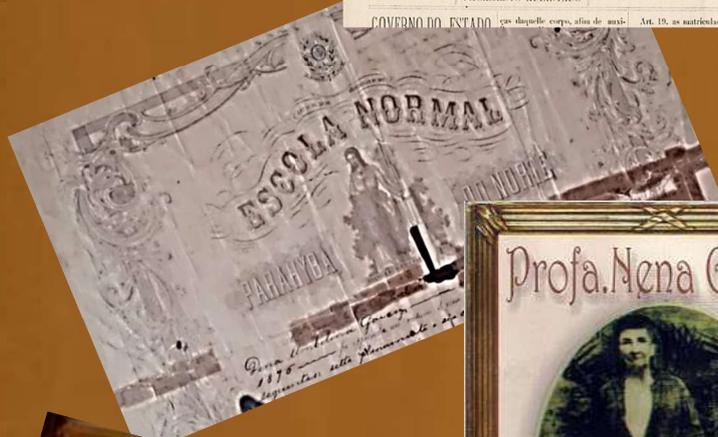
No segundo capítulo, intitulado “Nena Garcez: do gotejar as fontes à História de Vida”, fazemos alusão à importância que a escrita de uma vida, uma escrita biográfica, possui enquanto formadora de sentido, tanto da própria existência narrada, quanto da história sociocultural que ela abarca. Intenta-se desvelar a História de Vida da professora Nena Garcez a partir dos depoimentos orais de sua filha, Lourdes Garcez, e de outros familiares, além dos documentos legais, jornais, cartas, fotografias e outros registros que conduzam a composição de sua figura pessoal. Deu-se enfoque ao contexto familiar da educadora desde a sua infância, procurando deslindar os momentos charneira de sua vida pois, apesar de esta não ser a perspectiva principal deste estudo, presume-se que para compreender o percurso formativo e profissional

da professora Nena Garcez e suas contribuições para a educação de Mamanguape-PB, é necessário reconstruir sua historicidade.

“Constituir-se Professora: Uma Conquista Almejada”, terceiro capítulo desta tese, buscou externar, em meio às narrativas da filha Lourdes, como Nena Garcez iniciou sua formação e adentrou a Escola Normal, formando-se professora normalista aos 39 anos de idade e, a partir disto, encaminhou seu percurso profissional como educadora, indo residir em Mamanguape para atuar como professora de Cadeira Isolada do sexo feminino. Elucida-se as dificuldades enfrentadas na época de sua formação, o panorama de Mamanguape no início do século XX, as movimentações políticas voltadas para a educação e os sonhos de amor que circundaram Nena Garcez, em meio aos estudos na Escola Normal.

No quarto e último capítulo, “Transitando entre Séculos: Movimentos de uma Normalista”, apresenta-se a chegada em Mamanguape, a representação do município naquele período (1905), as redes de sociabilidade tecidas por Nena Garcez na cidade, as aulas em casa, a construção do seu perfil docente, as práticas professorais e a atuação no meio social. Apresenta-se as peculiaridades de Nena que conduziram a construção imagética de uma pessoa moderna para seu tempo, que ousava empreender nas artes, no comércio, no meio social, mas também se atualizar profissionalmente, mesmo com idade avançada. Para concluir, considera-se a singularidade das experiências empreendidas na trajetória de Nena Garcez, incluindo sua formação e relações sociais, revelando os projetos de vida de uma mulher que, apesar dos limites impostos pela sociedade patriarcal de sua época, mostra-se determinada a ser dona do seu próprio destino.

CAPÍTULO I⁷



⁷ As imagens apresentam algumas das fontes e aportes teóricos deste trabalho: Jornais A União e Diário do Estado; livro 'O Desafio Biográfico'; Diploma da Escola Normal (1898); capa do livro 'Professora Nena Garcez e Eu'; livros de acervo Histórico.

1. TRILHAS: O CAMINHO E OS APORTES TEÓRICOS

O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”.

(Walter Benjamin)

Trazer à tona uma história de vida dedicada à educação é dar visibilidade ao, até então, invisível. É transformar o ausente em presente por meio da escrita biográfica. (MACHADO, FIALHO; VASCONCELOS, 2013.) Dessa forma, compreende-se que escrever a história de vida de Nena Garcez implica situá-la na Paraíba na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, principalmente na cidade de Mamanguape, visto que esse é o cenário que teve maior representatividade em sua vida pessoal e profissional enquanto docente.

Para tanto, leva-se em conta a crescente presença e importância que os estudos biográficos adquiriram na conjuntura atual da produção das pesquisas educacionais, ampliando o número de autores que se dedicam aos estudos que envolvem histórias e narrativas de vida, biografias romanceadas ou jornalísticas, (auto)biografias, hagiografias, prosopografia, entre outras. Nessa perspectiva, cito Françoise Dosse, Antônio Nóvoa, Marie Christine Josso, Giovanni Levi, Franco Ferrarotti, Alexandre de Sá Avelar, Benedito Bisso Schmidt, Sabina Loriga, dentre muitos mais. De acordo com Bueno (2002, p. 03), o fenômeno da pesquisa educacional abordando a escrita de histórias de vida e biografias de professores tem correlação com o redirecionamento da área verificado na esfera internacional, que passou a considerar a subjetividade envolvida na vida, formação e prática dos professores, aspecto até então desprezado pelos teóricos.

Nóvoa (1992), afirma que esse redirecionamento tem início em 1984 com a publicação da obra *O professor é uma pessoa*, de Ada Abraham, a partir da qual a historiografia da educação “é invadida por obras e estudos sobre a vida dos professores, as carreiras e os percursos profissionais, as biografias e autobiografias docentes ou o desenvolvimento pessoal dos professores” (1992, p. 15).

Consoante com este autor, Bragança (2009, p. 41) acrescenta que:

Os polos acadêmicos que desenvolveram essa abordagem foram a Universidade de Genebra, com os pesquisadores Pierre Dominicé, Marie-Christine Josso e Mathias Finger; e Quebec, com Gaston Pineau, [...] onde as histórias de vida se colocaram como possibilidade de pesquisa-formação e de autoformação [...].

O interesse em pesquisar histórias de vida e biografias de professoras se deu em 2015, por indicação da Dr.^a Tatiana de Medeiros Santos, durante uma conversa informal na qual me orientou a participar, como aluna especial, da disciplina Tópicos em História da Educação: pesquisa (auto)biográfica, fruto de leituras do projeto “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações”, coordenado pelo professor Dr. Charliton José dos Santos Machado em colaboração com a professora Dr.^a Maria Lucia da Silva Nunes

Ao final da disciplina, fui aceita por estes professores para participar do seu grupo de estudos em História da Educação, com ênfase à História das Mulheres Educadoras, História Biográfica e (Auto)Biográfica, História Oral e Memória. A partir disso, tive contato com textos, publicações e pesquisas realizadas por estudiosos e teóricos que trabalham nessa perspectiva. Com o estímulo despertado pela disciplina e pelos estudos do grupo, participei como colaboradora do IX Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE, realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2015. Também desenvolvi estudos iniciais sobre trajetória da professora Nilza Fernandes de Souza, publicando artigo no “V Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais (SNGPC) Feminismos, cidadania e participação política no Brasil”, realizado pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em Fortaleza – CE. Dava-se o início do meu envolvimento com a pesquisa educacional no campo da História da Educação, com foco maior em concepções biográficas e (auto)biográficas de mulheres educadoras.

A valorização da história das mulheres, especificamente de mulheres educadoras, se dá pela necessidade de resgate e visibilidade do feminino na história oficial, haja visto que a mulher foi por muito tempo desconsiderada como protagonista da história. Apesar das produções já existentes na atualidade, é importante que novos estudos possam dar continuidade à temática pois ainda há muito a fazer dado que muitas mulheres com vivências importantes e significativas ainda permanecem invisíveis na historiografia oficial. Nesse sentido, Machado, Nunes e Silva (2012, p. 8) afirmam que “Contar as histórias das educadoras é insistir no rompimento de um

silêncio histórico que perdurou tempo demais”. Machado (2010, p. 24-25) ainda destacam que:

Tome-se, por exemplo, as educadoras, em regra mulheres comuns, que, por tradição histórica, revezaram-se ao longo da vida entre a labuta doméstica e as atividades públicas [...], todavia, ainda hoje são tratadas por diversos historiadores como anônimas, sem histórias, por conseguinte, pouco aparecem ou não são identificadas na historiografia tradicional da educação [...]

Também a este respeito, Freitas (2009, *apud* MACHADO e NUNES, 2009, p. 08) afirma:

[...] para ultrapassar o silêncio do esquecimento precisamos contar a história das mulheres professoras, intelectuais e literatas que atuaram na Paraíba, nascidas ou não no Estado, e daquelas que oriundas dele também marcaram o cenário nacional.

Durante os estudos empreendidos no mestrado, em arrolamento do Estado da Arte⁸ sobre outras pesquisas desenvolvidas no PPGE/UFPPB⁹ na linha de História da Educação, foi possível constatar a riqueza e abundância de trabalhos produzidos desde a criação desta frutífera linha de pesquisa organizada desde 2007, “resultante de um longo processo de sistemático trabalho empreendido por professores/pesquisadores e estudantes notoriamente vinculados ao HISTEDBR-PB”.

Desde então, a Linha de Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal da Paraíba tem sido referência aos estudos produzidos no campo da historiografia da educação, expandindo de modo significativo suas pesquisas, sendo descrita como:

Linha de Pesquisa História da Educação - Estudos e pesquisas sobre as memórias e as histórias da educação brasileira, tomando como principal “locus” de discussão as experiências educacionais nordestinas e, mais particularmente paraibanas. Tais estudos e pesquisas fundamentam-se na pluralidade teórica e metodológica dos campos da história e da educação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Projeto, 2007, paginação irregular, *apud* PINHEIRO; CURY; ANANIAS, 2014).

⁸ Trabalho realizado pelo grupo de mestrandos Auristela Rodrigues, Bruna Gomes, José Roberto Morais Santos, Renata Cristina da Silva e Thaís Jussara de O. Guedes Isidro, integrantes da turma 36 do PPGE/UFPPB em relação ao período 2009 a 2016.

⁹ Para maiores informações sobre o Estado da Arte das produções científicas da linha de História da Educação do PPGE/UFPPB no período de 2009 a 2016, consultar a dissertação de mestrado intitulada NILZA FERNANDES DE SOUZA.

Destaque-se que a História da Educação, conforme afirmação de pesquisadores do campo,

é uma área nova, com crescente interesse e impulso nas últimas décadas, oferecendo uma vasta possibilidade de exploração, que pode contemplar desde a história das instituições escolares, da legislação, dos objetos, do cotidiano escolar, passando pelos programas das disciplinas, pelos materiais didáticos chegando às práticas, muitas vezes, via memória de ex-professores(as), estendendo-se à sua própria historiografia (MACHADO, NUNES e RODRIGUES, 2010).

Ante o considerável crescimento e significativa produção da Linha, compreende-se a importância e o sentido de um estudo do estado do conhecimento sobre tais produções, pois quando o assunto é História da Educação e educação feminina no Brasil, “o estado da arte para pesquisas é uma referência de grande relevância para subsidiar novas produções acadêmicas” (FERNANDES, PRANTO E SANTOS, 2020). Com este intento, foram realizados levantamentos acerca das produções da Linha de História da Educação, inicialmente abarcando o período entre 2009 e 2016 (até o mês de junho), tendo sido dado prosseguimento ao levantamento de dados por mim até o presente ano de 2022 (mês de agosto), visto que muitos outros relevantes trabalhos foram desenvolvidos após a primeira pesquisa em 2016. Ressalte-se aqui que “a compreensão do estado do conhecimento contribui para a busca do entendimento das relações sociais por meio da ciência e da História”. Foram tomados como fontes básicas de referências os trabalhos de mestrado e doutorado registrados em através da Plataforma Sucupira, Biblioteca Digital da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Plataforma do CNPq, plataforma digital CAPES e do site do PPGE/UFPB.

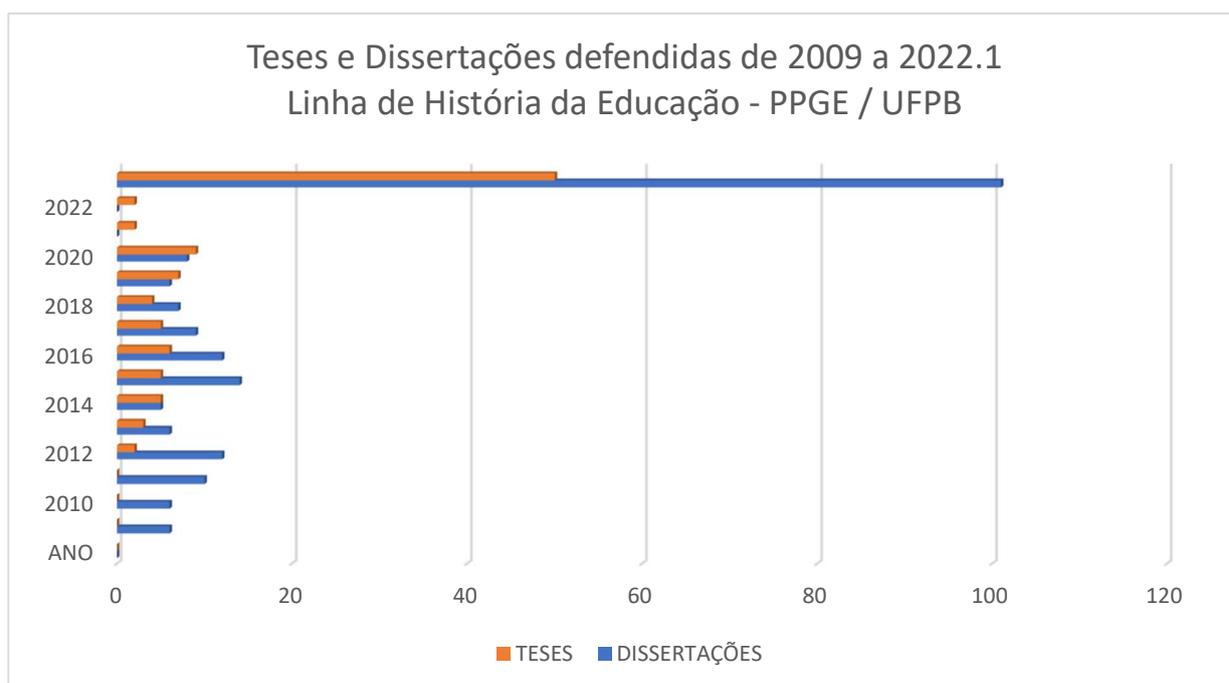
A seguir, os dados levantados:

QUADRO 01: Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2022.1.

LINHA DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB		
ANO	DISSERTAÇÕES	TESES
2009	06	00
2010	06	00
2011	10	00
2012	12	02
2013	06	03
2014	05	05
2015	14	05
2016	12	06
2017	09	05
2018	07	04
2019	06	07
2020	08	09
2021	00	02
2022	00	02
TOTAL	101	50

Fonte: Elaborado pela autora

GRÁFICO 01 - Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2022.1.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar no **QUADRO 01** e no **GRÁFICO 01**, levando em conta que a Linha de História da Educação se constituiu em 2007, é de salientar que somente no ano de 2009 foi possível serem publicadas as primeiras dissertações, sendo o total de 06 (seis).

Do mesmo modo, as primeiras teses foram publicadas em 2012, sendo 02 (duas), tendo-se ampliado a produção de dissertações significativamente, ocorrendo 12 (doze) defesas neste ano.

Podemos ainda notar o total de 50 teses e 101 dissertações produzidas num período de 13 anos (2009-2022), sendo que o ano de 2015 o de maior representatividade em termos de dissertações publicadas, sendo estas em número de 14 (catorze).

No tocante as teses, tem-se o ano de 2020 o de maior expressão com o quantitativo de 09 (nove) teses defendidas. Não obstante, percebe-se que nos anos de 2021 e 2022, como consequência da efervescência da pandemia de COVID-19 e o isolamento social em virtude da doença, as produções foram prejudicadas e não constam defesas de dissertações, havendo apenas 02 (duas) teses publicadas em cada ano.

Levando-se em conta que o levantamento foi realizado ao fim do primeiro semestre de 2022, infere-se que o quantitativo apresentado até o momento ainda deve se ampliar.

É de se notabilizar que o crescimento da Linha de Pesquisa em História da Educação fica evidenciado pelo quantitativo crescente de suas produções, desfrutando de mérito perceptível e inegável no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Verifica-se também as orientações dos professores que participaram e/ou participam da linha de pesquisa de História da Educação, sendo observado o montante de orientações por professor(a), conforme pode-se verificar no quadro a seguir:

QUADRO 2. Total de orientações dos professores¹⁰ que contribuíram na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2009-2022.1)

TOTAL DE ORIENTAÇÕES DOS PROFESSORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A LINHA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PPGE/UFPB			
ORIENTADOR (A)	PRODUÇÕES DOS ANOS DE 2009 a 2022.1		TOTAL
	DISSERTAÇÕES	TESES	
ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO	07	08	15
CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO	04	01	05
CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO	16	11	27
CLAUDIA ENGLER CURY	03	07	10
FABIANA SENNA DA SILVA	06	03	09
IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA	04	01	05
JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA	08	05	13
MARIA ADAILZA M. DE ALBUQUERQUE	03	02	05
MARIA DO SOCORRO NÓBREGA QUEIROGA	05	00	05
MARIA ELIZETE G. CARVALHO	10	01	11
MARIA LUCIA DA SILVA NUNES	15	06	21
MAURICEIA ANANIAS	08	03	11
WOJCIECH ANDRZEJ KULESZA	09	04	13
SEVERINO BEZERRA DA SILVA ¹¹	03	00	03
TOTAL GERAL	101	52	153

Fonte: Elaborado pela autora¹².

¹⁰ Os nomes dos professores presentes nesta tabela foram organizados em ordem alfabética.

¹¹ Embora o professor Severino Bezerra da Silva não seja da Linha de História da Educação, assumiu as orientações de três mestrados(as) da Linha por adversidades ocorridas no percurso das pesquisas.

¹² O trabalho de Estado da Arte aqui apresentado realizado em duas etapas de pesquisa, sendo a primeira em grupo composto mestrados Renata Bringel, Bruna Gomes, Autristela dos Santos, José Roberto M. dos Santos e Thaís Jussara de O. Guedes Isidro, da Turma 36 do PPGE/UFPB, a qual arrolou dados de 2009 a junho/2016. A segunda etapa foi realizada individualmente pela autora e compreende o período de julho/2016 a agosto de 2022, complementando os dados anteriores pela necessidade de atualização, visto que se passaram 06(seis) anos da primeira inventariação.

GRÁFICO 02 - Total de Orientações dos Professores que contribuíram na Linha de História da Educação do PPGE / UFPB - (2009 – 2022.1)



Fonte: Elaborado pela autora.

Nos **QUADRO 02** e **GRÁFICO 02**, constata-se que Charliton José dos Santos Machado (16 orientações) e Maria Lúcia da Silva Nunes (15 orientações) foram os professores com o maior número de dissertações orientadas no período de 2009 a 2022. No que se refere às teses, verificamos serem os professores Charliton José dos Santos Machado (11 orientações) e Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (08 orientações) os que orientaram o maior número. Verifica-se que comparando o quantitativo total, há praticamente o dobro de dissertações (101) em relação as teses (52), o que se justifica pelo maior aprofundamento e tempo de realização do doutorado (04 anos)

para o mestrado (02 anos). Visualiza-se também a profícua produção da Linha de História da Educação, com o montante de mais de 153 (cento e cinquenta e três) pesquisas concluídas desde a sua criação em 2007.

Foi durante a realização da investigação e coleta das fontes para a escrita da dissertação que se deu o encontro com a professora Umbelina Garcez, a qual chamou a atenção na época. Entretanto, naquele momento, foi preciso abandonar o que pareciam indícios para uma nova pesquisa, sem deixá-los no esquecimento. Contudo, a inquietação com a ínfima presença de educadoras na memória historiográfica educacional foi estímulo para retomar a busca pela história da professora Umbelina, desenvolvendo o projeto de Pesquisa “Normalista Nena Garcez: vida, formação e missão educacional (1898-1937)”, que tem como **principal objetivo** (re)construir a história de vida, formação e atuação desta professora normalista, dando visibilidade a ela enquanto sujeito histórico que participou da expansão da educação pública no interior da Paraíba e até o momento se encontra ausente na historiografia educacional. Consoante ao proposto, elenco como **objetivos específicos**: a) Explanar sobre os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, escrita biográfica, História Oral e Memória, que delineiam epistemologicamente esta pesquisa; b) Construir o perfil biográfico da professora Umbelina Garcez a partir do olhar da filha, dos familiares e de outros atores sociais próximos de sua história, compreendendo as influências e confluências dos grupos-referência¹³ e momentos charneira¹⁴ em trajetória; c) Refletir e problematizar sobre como se deu o processo de formação docente de Umbelina Garcez na Paraíba do Século XIX; d) Deslindar a importância do(a) professor(a) Normalista na Paraíba no final do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, contribuindo com a constituição da historiografia da educação paraibana.

Centrada nas especificidades e particularidades da vida da educadora Nena Garcez, esta investigação converge para um trabalho biográfico que considera a

¹³ Os “grupos-referência” são constituídos pelos grupos os quais “pertencemos desde a mais tenra idade, como a família, a escola, a igreja, a comunidade, dentre outros.” (GABRIEL, Gilvete Lima. Narrativa autobiográfica como prática de formação continuada e atualização de si: os grupos-referência e o grupo reflexivo na mediação da constituição identitária docente. – 1.ed. – Curitiba, PR : CRV, 2011.).

¹⁴ Momentos ou acontecimentos “charneira”, ou seja, “aqueles que representam uma passagem entre duas etapas da vida, um “divisor de águas”. Charneira é uma dobradiça, algo que, portanto, faz o papel de uma articulação. Esse termo é utilizado [...] para designar os acontecimentos que separam, dividem ou articulam etapas da vida” (JOSSO, 2004, p.90 *apud* GABRIEL, 2011, p. 61).

pertinência e relevância da pesquisa acerca da profissão docente e história de vida de professores, pois o itinerário individual é representativo e por meio dele é possível apreender também os caminhos percorridos pelo sistema educacional paraibano em direção à sua estruturação, visto que a formação de Umbelina Garcez como aluna da Escola Normal e sua atuação como professora de Cadeira isolada no município de Mamanguape ocorreu concomitantemente ao processo de expansão e organização do sistema público do ensino paraibano.

Segundo Loriga (1998, p. 249):

Por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, 'façam' eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.

A importância de tê-la como objeto de estudo de uma tese de doutorado se dá em virtude das peculiaridades de sua vida e formação. Cito aqui os fatos de ter vivenciado os anos finais da república e as transformações sociais durante a passagem do século XIX para o século XX, ser filha de família abastada que veio a falir com a perda dos escravos após a abolição, ter sido alfabetizada tardiamente e, conseqüentemente, concluído sua formação no magistério em idade avançada (aos quarenta anos). Além disso, foi enviada para Mamanguape por meio de nomeação pública aos 48 anos, como primeira professora formada no curso normal a exercer a docência no município, exercendo oficialmente a função por 32 (trinta e dois) anos, ou seja, até os 80 (oitenta) anos de idade.

Nessa conjuntura, sublinho que a pesquisa biográfica é de natureza qualitativa, haja vista que o estudo da história de vida e formação dos sujeitos implica em um trabalho de desvelamento, elucidação e análise em que os itinerários são interpretados a partir da interação entre o social, o profissional e o pessoal. Esta forma de abordagem trabalha com um universo de sentidos, representações, crenças, valores e atitudes, aprofundando um lado velado das vivências humanas e permitindo a compreensão das relações sociais, o que contribui significativamente para as Ciências Humanas pela eficácia em áreas exploratórias e campos temáticos

onde há dificuldades em relação as fontes. Além disso, desempenha importante papel na elaboração de hipóteses, construção de novas teorias e na “compreensão de fenômenos que se manifestam em longos intervalos de tempo - como o caso de trajetórias de mobilidade social ou mudanças geracionais - ou ainda manifestações sociais que, por sua abrangência, exigem a coleta exaustiva de dados padronizados” (CAMARGO, 1987). A Pesquisa Qualitativa desdobra-se pelas fronteiras da antropologia, sociologia e da etnografia, adentrando à etno-metodologia, a hermenêutica e às diferentes modalidades de estruturalismo, à história comparada, aos relatos orais, ao *Método Biográfico* e à *História Oral*.

Emoldurada na metodologia de caráter qualitativo, a abordagem biográfica se caracteriza por um comprometimento com a história como processo de rememoração e (re)construção no qual as vivências vão sendo revisitadas. Neste contexto, utiliza-se da memória e do relato oral como metodologia desta pesquisa, corroborando com a afirmação de sua valiosa importância para a construção do conhecimento histórico, sem esquecer que isso implica seu resgate cuidadoso e ético. Lembramos, contudo, que não se trata de uma pesquisa biográfica com a intenção de apresentar “grandes feitos” nem “grandes nomes”. A intencionalidade deste estudo volta-se para o desvelamento de uma história de vida professoral.

Considerando o percurso pessoal da professora Nena Garcez e os determinantes sócio-históricos que a envolveram, a formação e profissão docente foram discutidas a partir de um trabalho com fontes orais e documentos oficiais e não-oficiais, buscando articular vida e história. Dessa forma,

[...] eles [os percursos] se inserem sempre em biografias que não são redutíveis ao mecanismo exclusivo de coerções sociais exteriores nem a uma instância puramente subjetiva e, tiram precisamente, a singularidade deles de um jogo único de inter-relações entre modelos sociais e experiências individuais, entre determinações sócio-históricas e história pessoal (SOUZA; PASSEGI; ABRAHÃO, 2008, p. 11).

Nesse estudo biográfico da professora, os quadros que retratam sua trajetória muitas vezes são colocados de forma descontínua e/ou contraditória, mas que permitem a compreensão de uma época por serem carregados de significados e estabelecerem as conexões entre o pessoal, o profissional e o social, possibilitando as compreensões acerca das dinâmicas e das representações de uma época. Longe

do esboço de uma vida linear, cronologicamente organizada, com verdades absolutas e imutáveis, intentou-se estabelecer as conexões e coerências entre os acontecimentos, as escolhas e os contornos sociais que permearam a vida e as ações desta professora.

Sublinhe-se que pesquisas sobre o feminino se revestem de relevância em razão da “ascendência da mulher na luta por sua equidade social ter influência direta no espaço de fala e investigação acadêmica”, sendo alavancado como temática de pesquisa atualmente na Historiografia, bem como uma profusão de assuntos contemporâneos para o século XXI.

Na seara investigativa deste estudo, parto da indagação “Que importância teve a professora Nena Garcez para a consolidação e expansão da educação pública de Mamanguape-PB?”.

Sob a premissa de Nena Garcez ter sido a primeira professora a exercer a docência no município de Mamanguape-PB como educadora formada pela Escola Normal e nomeada pelo poder público, a tese defendida é que ela teve papel fundamental para a efetivação e expansão do ensino público no município, sendo personalidade de significativa importância para a educação pública desta região. No entanto, outras indagações emergem, causando inquietações e a busca por respostas. Afinal, quais itinerários formativos a professora Nena Garcez vivenciou? Que trabalhos ela desenvolveu enquanto educadora? Como e onde desenvolveu a sua prática educativa? Quais grupos influenciaram sua construção identitária pessoal e profissional? Tais indagações convergem para a busca de respostas nos diversos documentos e fontes orais estruturando, por meio dos estudos empreendidos e respostas encontradas, os demais capítulos desta tese.

Confesso que constituir a investigação sobre a história de vida dessa professora mostrou-se um desafio permeado por incertezas, dificuldades e receios; tanto pela temporalidade, que a princípio depreende uma dificuldade de fontes, quanto pelo desconhecimento de qualquer trabalho, registro ou pessoas que tivessem informações mais significativas sobre sua história. Vieram então novas indagações: Como encontrar as respostas das questões pensadas inicialmente? Onde procurar? Terei condições de responder as perguntas formuladas? As fontes serão suficientes? Onde encontrar e como analisar as fontes que porventura eu encontrar?

As respostas a tantas interrogações, no começo se mostraram imprecisas, e por vezes até distantes, causando incertezas e desconfianças sobre a assertividade na escolha do objeto. Mesmo tendo a compreensão de que a escrita biográfica “pode ser, simultaneamente, verdadeira e incapaz de alcançar a vida” pois o conjunto de fatos ligados a um indivíduo, “por mais corretamente que seja descrito, não é suficiente para explicá-lo” (AVELAR E SCHMIDT, 2018, P. 08), o submergir inicial das fontes trouxe consigo o desafio de ultrapassar os limites que se apresentavam e descortinar a trajetória¹⁵ da professora Nena Garcez.

No entanto, como num quebra-cabeças onde as peças aos poucos vão se encaixando e revelando as imagens obscurecidas, o diálogo com outras pesquisas, com documentos que foram se revelando e comigo mesma começaram a delinear o caminho, elucidando imagens antes ofuscadas.

Neste momento recorro a Ferrarotti (2014, p. 126), quando assegura que as biografias são material de primeira ordem e, por isso mesmo, há a dificuldade em obter “uma quantidade suficiente de documentos pessoais válidos” para uma análise “adequada e necessária ao trabalho qualitativo”. Deixar-se conduzir pelas marcas históricas daqueles e daquelas que nos antecederam reflete a importância de possibilitar as fontes “falarem” durante o percurso da pesquisa, ajudando-nos a perceber uma processualidade de espaços e tempos necessários para o amadurecimento do problema e objeto que, portanto, possui peculiaridades a serem consideradas (BARRETO; MACHADO; NUNES, 2021).

Apesar das dúvidas, desassossegos, encruzilhadas e contradições que permearam as reflexões iniciais sobre o caminho a seguir para a construção desta pesquisa, o encontro com Nena Garcez transformou-se em conquista encorajadora e compensatória à medida que as fontes foram se mostrando e os tracejados indícios iniciais converteram-se em linha contínua a delinear o percurso, ainda longo a percorrer para a constituição de sentidos nos enredos de um tempo distante.

Nesse caminho de deslindar as tramas do tecido de uma vida numa perspectiva biográfica, deu-se o encontro com as primeiras fontes significativas por meio de pesquisa na internet, que conduziram ao livro “Prof.^a Nena Garcez e Eu”, de cunho

¹⁵ Tomo aqui a ideia de trajetória com caráter indeterminado, não possuindo a conotação de “uma linha que se desenvolve em um mesmo e único sentido”, mas de “trilha heterogênea onde se esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes” (Certeau, 2003, p. 46).

biográfico escrito por Lourdes Garcez, única filha da professora Umbelina, atualmente com 97 anos de idade, mas totalmente lúcida e com uma memória vivaz.

A partir da leitura desse livro, comprado pelo site do Sebo Cultural, foi possível dar início a procura por indícios que me aproximassem de Nena Garcez, visto que nele estão registradas algumas informações a respeito de sua família, como também datas referentes a sua formatura no magistério, nomeação como professora da rede pública de Mamanguape, aposentadoria e data de falecimento. Contudo, algumas informações ainda não deixavam claras questões centrais como, por exemplo, o local de nascimento e sua “real” data de nascimento, já que informa que 14 de julho era o dia que ela “adotou para festejar seu aniversário”. Seu nome completo também não é citado, de forma que, ao procurar informações na internet novamente, optei por colocar o sobrenome do pai, “Garcez Alves de Lima”, pois era comum no século XIX colocar-se apenas o sobrenome paterno. A decisão foi acertada, pois a partir dela obtive acesso a novas informações, abarcando tanto seus irmãos, como também da própria professora Nena. Tal fato trouxe novo ânimo tendo em vista que mesmo ainda sendo apenas um “gotejo” das fontes, abriam-se novas possibilidades para a procura das mesmas.

Com tais informações à mão, dá-se início a procura nas redes sociais pelos familiares ainda vivos, encontrando a neta, também de nome Lourdes Garcez, como a mãe, e o neto Roberto Garcez. No entanto, após deixar inúmeras mensagens, por meses seguidos não obtive qualquer resposta. Também não encontrava nada mais registrado a seu respeito na internet, somente tendo descoberto a Escola Estadual de Mamanguape que leva o nome “Umbelina Garcez” com poucas informações na página da referida escola e nos “arquivos” da própria instituição escolar que leva seu nome como patronesse. Nesse ponto, utilizo Le Goff (2010, p. 20) ao afirmar que

O sentimento da dificuldade que evoco à primeira vista pode parecer paradoxal. Como as publicações biográficas têm sido abundantes há alguns anos, porque o gênero está na moda, pode-se pensar que se trata de um exercício fácil, no qual é suficiente estar documentado, o que é geralmente possível, e ter um certo talento para escrever. [...] Convenci-me, assim, desta evidencia amedrontadora: a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história.

A dificuldade em encontrar as fontes já causava desânimo quando, em conversa com a professora Nilza Fernandes, sujeito da minha dissertação de

mestrado, obtive o contato de uma sobrinha de Nena Garcez chamada Gizélia Garcez, residente em João Pessoa. Em um desenrolar onde a vida conspira para o desatar das amarras do percurso, na mesma semana em que conversei com dona Nilza Fernandes, obtive resposta dos netos da professora Nena pelas redes sociais, estabelecendo os primeiros contatos com a família e com a filha da professora Umbelina. Foi um momento de grande alegria que se refletiu no primeiro telefonema para Lourdes Garcez, a qual demonstrou grande entusiasmo pela realização da pesquisa, colocando-se à disposição para contribuir com o que fosse possível.

Nesse contexto, consolidava-se a pretensão de compor a história de vida da professora Umbelina Garcez, de apelido Nena Garcez, por meio da abordagem biográfica, no recorte temporal de 1898 a 1937, que compreende o período de sua formação no curso Normal e atuação no magistério como professora da rede pública de Mamanguape-PB, até o ano em que foi aposentada. Enfim, a pesquisa saía do mundo das ideias para começar a se efetivar no campo da História da Educação.

Concernente ao reconhecimento e a consideração do caráter científico da pesquisa biográfica, Le Goff, amparado pela 3ª geração dos *Annales*, ratifica e amplia a compreensão e credibilidade do gênero ao escrever *Francisco de Assis (2001)* e *São Luís (2010)*, asseverando a possibilidade de se elaborar um estudo historiográfico pertinente no campo da História. Afinal, segundo Paul Veyne (1983, p. 36) “[...] a história é um romance; mas um romance de verdade” e, nessa direção, os educadores, autores e historiadores procuram narrar acontecimentos “verdadeiros” que tem o homem como ator.

No sentido de eleger pesquisar o sujeito e suas práticas, ao invés de leis, instituições, espaços e objetos escolares, não significa menosprezar ou eliminar tais elementos. Significa visualizar tais elementos por meio da ação educativa do indivíduo pesquisado, elevando o sujeito a protagonista da história. Tal perspectiva oportuniza a pesquisa das experiências e práticas educativas de diferentes períodos, como também os percursos formativos, condições do trabalho docente, cotidiano escolar e contextos sociais, políticos e econômicos que incidem sobre um determinado tempo e espaço históricos, proporcionando ao campo da História da Educação relevantes contribuições.

Intenta-se aqui evocar o coletivo pois, conforme Bezerra e Lima (2014, p. 26):

A construção da história pela memória, especificamente a memória coletiva, fundamenta-se na necessidade de se recorrer ao passado a partir do tempo presente visando servir ao futuro dentro de um jogo contínuo e descontínuo, de começo e recomeço.

É necessário considerar que atualmente estamos defronte a um cenário de produções historiográficas nas quais a mulher tem tido cada vez mais sua presença como artista principal na composição do roteiro científico. No entanto, essa recorrente aparição nas últimas décadas é resultado de um longo período de silenciamento, o que acarretou no esquecimento e conseqüentemente exclusão do sexo feminino como sujeitos de interesse dos pesquisadores.

Nesse ínterim, traçar o percurso vivenciado por Nena Garcez justifica-se pela possibilidade de trazer à baila e dar visibilidade a história de vida da referida educadora, efetivando o compromisso de reconstruir historicamente a trajetória individual de uma mulher que participou efetivamente do desenvolvimento da educação pública de Mamanguape – PB, mas não foi contemplada pela história oficial.

Como afirma John Milton Cooper Jr, há muitas razões pelas quais as pessoas escolhem seus sujeitos e escrevem suas biografias. Para mim e para minha corporação acadêmica, há sempre a exigência que nossos sujeitos tenham relevância histórica e que iluminem aspectos importantes sobre o tempo em que viveram e os eventos nos quais participaram. Isto é para o historiador o equivalente à necessidade do biógrafo literário de escolher um personagem que atenda aos padrões de significância estética e cultural. (COOPER JR, 2004, p.81).

Destarte, a escrita da biografia histórica de Nena Garcez consiste na elaboração de um registro histórico relevante para o município de Mamanguape, que apesar de tê-la homenageado colocando seu nome como patronesse em uma escola estadual¹⁶, inaugurada em 1961 - dez anos após seu falecimento - pouco sabe a seu respeito. Aproveito para proclamar a consciência de que será necessário “extrair uma voz muito mediada por outras”, muitas vezes buscando resgatar essa voz em meio a uma “documentação adversa ou inteiramente silenciosa sobre o objeto desejado”, visto que o documento histórico é raramente “dócil, aberto ou fácil” (Pinsky e Luca, 2017).

16 A Escola Estadual Umbelina Garcez foi inaugurada em vinte e um de janeiro de mil novecentos e sessenta um (21/01/1961). Uma realização conjunta dos governos do Brasil e Estados Unidos (EUA), através de convênio entre o Estado da Paraíba, SUDENE e USAID, dentro do programa “Aliança para o progresso”, do governador do Estado Dr. Pedro Moreno Gondim.

Corroboro com Nunes (2014, p. 16) quando profere a riqueza de investigar uma dada realidade pelo viés da trajetória do sujeito, posto que esta é transposta pela subjetividade e pela probabilidade de problematizar questões e aspectos que outras abordagens e outros métodos impossibilitariam. Todavia, registrar as histórias e memórias de educadoras do século XX torna-se essencial para a historiografia educacional, já que as mesmas são sujeitos que desempenharam e, ainda desempenham, ações prioritárias e essenciais para que a educação se materializasse em contextos de rupturas culturais e históricas. Sobre essa questão Menezes, Machado e Nunes asseveram que “mesmo marcada pela associação da função da professora à maternidade e à afetividade, representou também uma ruptura com a ordem vigente.” (MENEZES; MACHADO; NUNES, 2009, p. 47).

É necessário ressaltar, ainda, que ao tomar a trajetória de uma professora como objeto de pesquisa, entendo que a profissão docente compreende as experiências nas instituições de formação, os suportes legais para o exercício da profissão, a relação dos professores com os saberes pedagógicos, científicos e artísticos, dentre outros, além das vivências para além do espaço escolar. Compreenda-se aqui que “a identidade de uma coletividade, de uma profissão, ou de uma classe não pode ser considerada evidente, independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem.” (REVEL, 1998, p. 34).

Nessa acepção, recorro aos fundamentos da Nova História Cultural¹⁷ como aporte teórico epistemológico para o desenvolvimento da pesquisa, visto que com a mesma houve uma “ampliação do campo historiográfico que fez emergir uma riqueza de possibilidades para o desenvolvimento dos estudos históricos”, levando à renovação da historiografia (ISIDRO, 2018). E, certamente, provocando a relevância de instituir no campo da história, novos problemas, novos objetos e novas abordagens. (PORPINO; MACHADO, 2022). Desse modo, a partir da contribuição da Escola dos Annales¹⁸, em particular a terceira geração, a história começa a ser pensada sob uma

¹⁷ Configuração historiográfica emergida nas últimas décadas do século XX, tendo por referência, sobretudo, o pensamento historiográfico francês, especificamente da terceira geração da Escola dos Annales. A Nova História Cultural abriu-se aos diálogos interdisciplinares, relacionando a História com outros campos do conhecimento, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia, dentre outros e às novas problematizações. Jacques Le Goff e Pierre Nora (1988) sintetizam os novos caminhos da pesquisa histórica: novos problemas, novas abordagens e novos objetos.

¹⁸ Através do periódico Escola dos Annales, em 1929, fundada e articulada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a concepção de História e de fontes históricas ampliou-se, o que propiciou uma renovação da

ótica renovada que proporciona uma amplitude na compreensão dos objetos, das fontes e dos sujeitos históricos. Ante o exposto, delinheio esse estudo a partir de fontes documentais diversas, como documentos oficiais, jornais, periódicos, documentos pessoais, livros, fotografias, cadernos, diários, revistas e outros possíveis documentos propícios a revelarem o sujeito biografado pela pesquisa. Também utilizo a História Oral¹⁹ por meio do testemunho da filha da professora Nena Garcez e dos depoimentos de suas sobrinhas e outros personagens que conviveram com a professora e contribuíram com suas memórias, na tentativa de esquadrihar a vida desta docente e de evidenciar seus contornos e suas formas por meio das vivências nos espaços sociais e profissionais nos quais se inseriu.

Para situar epistemologicamente a pesquisa nos debates teóricos da historiografia contemporânea, aponto as possibilidades da construção da História por meio dos entrecruzamentos entre as fontes orais, documentais e escritas. Intentando dar conta das relações e tensões entre a Biografia e a escrita da História, utiliza-se como fundamentação as contribuições teóricas Dosse (2009), Avelar e Schmidt (2012 e 2018), Loriga (2011) e Ferrarotti (2000). Com aporte na Nova História Cultural, Burke (1990 e 2004), Chartier (1994 e 1990) alicerçam os estudos que ora se apresentam.

O Paradigma Indiciário, contribuição de Ginzburg (1979), que suscita a prática de rastreamento de sinais, indícios e signos também se faz presente nessa pesquisa por meio da postura investigativa que se assume ao seguir os rastros deixados pelos documentos, discursos e depoimentos que envolvem a professora pesquisada; como argumenta Ginzburg (1989, p. 150), “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”.

representação de tempo histórico. As orientações sobre fontes que passaram a integrar os estudos divulgados por estes autores desarticulam-se dos ‘grandes vultos’ e ‘renomados feitos heroicos’, para dar lugar à análise das ações coletivas e individuais no cotidiano, nas mentalidades, nas resistências de sujeitos antes silenciados

¹⁹ “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para estudos da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.” (ALBERTI, 2010).

CAPITULO II



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

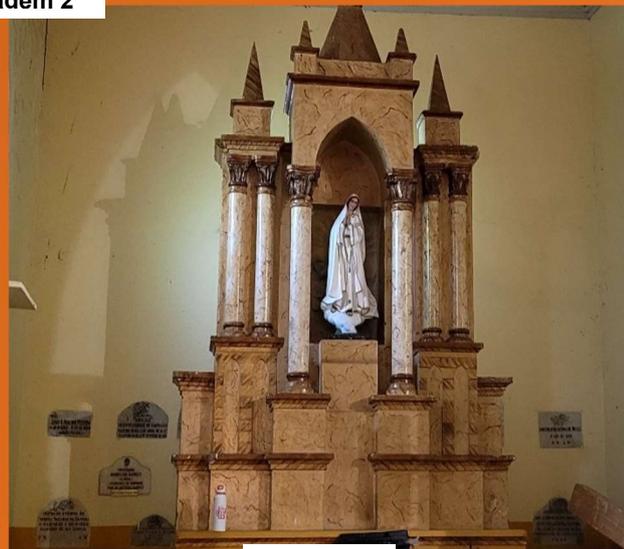


Imagem 5

Imagem 1 – Contracapa do missal de Umbelina Garcez (1888). Fonte: GARCEZ, Lourdes, 2023.

Imagem 2 – Lourdes Garcez (filha da profª. Umbelina Garcez). Fonte: ISIDRO, 2023.

Imagem 3 – Lourdes Garcez, S/D. Fonte: Família GARCEZ.

Imagem 4 – Giselha e Gláucia Garcez (sobrinhas da profª. Umbelina Garcez). Fonte: ISIDRO, 2023.

Imagem 5 – Altar de N. Sª. de Fátima, Igreja Matriz de Mamanguape, 2023. Fonte: ISIDRO, 2023.

2. NENA GARCEZ: DO GOTEJAR DAS FONTES À HISTÓRIA DE VIDA

[...] narrar uma vida implica produzir para ela um sentido, tornando-a, por essa via, não apenas partilhável, como também significativa, e dessa forma tornando o tempo uma experiência socialmente compartilhável.

(GUIMARÃES, 2008, p. 19)

Partindo da epígrafe acima fazemos alusão à importância que a escrita de uma vida, uma escrita biográfica, possui enquanto formadora de sentido, tanto da própria existência narrada, quanto da história sociocultural que ela abarca.

O texto biográfico, por meio de documentos, registros e memórias, possibilita um diálogo com o passado que envolve “aspectos temporais, históricos, sociais e culturais” (ISIDRO, 2018). Partilhar uma história de vida é também partilhar o tempo vivido. Sugere que o indivíduo se constitui na interação com o passado a partir do presente, posto que por mais imponente e presunçoso que seja o presente, é nele que se ancoram as forças do passado, sem o qual o conhecimento na concepção presentista seria incompleta.

Neste capítulo intenta-se desvelar a História de Vida da professora Nena Garcez a partir de fontes primárias e secundárias, sendo estas os depoimentos orais de sua filha Lourdes Garcez e de outros familiares, além dos documentos legais, jornais, cartas, fotografias e outros registros que conduzam a composição de sua figura pessoal.

Cabe ressaltar que construir a história de vida e formação desta professora normalista, nomeada para ser a primeira professora da rede pública do município de Mamanguape-PB, evidencia o quanto a trajetória de uma vida é importante para a formação do sujeito, validando como suas escolhas deixam marcas e influenciam o desencadear de novos rumos, novas perspectivas e desfechos improváveis.

Sendo essa uma pesquisa de cunho biográfico, elucida-se que, segundo Pineau (2006, p. 339-341), existe uma diferença entre termos semelhantes utilizados nas pesquisas de cunho biográfico, sendo:

Biografia – escrita da vida de outrem; **Autobiografia** – escrita da vida do autor por ele mesmo; **Relato de Vida** – aponta para a importância da expressão do vivido pelo ‘desdobrar narrativo’, dessa enunciação seja oral, quer seja escrita; **História de Vida** – o objetivo perseguido é o de construção de sentido temporal, sem prejuízo dos meios.

Além do caráter documental e bibliográfico, o uso da História Oral adotada neste interim, permite a participação ativa dos sujeitos colaboradores da investigação, no intuito de esmiuçar os caminhos e descaminhos da educadora, articulando os discursos para descortinar o passado e compor o presente. Significativo clarificar também que as entrevistas com Lourdes Garcez se deram na tranquilidade de sua casa, ambiente favorável tendo em conta seus 97 anos.

Foram realizados três encontros on-line comigo via WhatsApp, com o auxílio de Lourdes Maria, sua filha e neta mais nova de dona Nena. Eu e Lourdes Maria conversávamos durante a semana, quando eu passava pra ela aquilo que queria saber, os assuntos de maior interesse e as perguntas que gostaria que dona Lourdes Garcez respondesse. Aos domingos, quando Lourdes Maria ia visitar a mãe, fazia a ligação por vídeo e eu tinha a oportunidade de estabelecer e gravar os diálogos. Em outros momentos, a própria Lourdes Maria entrevistava a mãe, gravava e me enviava para que eu pudesse transcrever e utilizar as memórias como fonte.

Trataram-se de momentos profícuos pois, quando começava a responder os questionamentos, dona Lourdes dava vazão às memórias que tem da mãe, Nena Garcez, enriquecendo e adensando nossas fontes.

A partir disso, deu-se o enfoque ao contexto familiar da educadora pesquisada, procurando deslindar os momentos charneira de sua vida. Muito embora a vida particular da educadora em questão não seja o objeto direto de estudo desta pesquisa, certamente tais detalhes contribuirão significativamente para entender os contextos históricos e revelar acontecimentos que conduziram Dona Nena a formação no magistério e, conseqüente, exercício da docência, com a possibilidade de vir a ser uma verossimilhança com os acontecimentos que margearam a vida dessa professora.

Considera-se que para compreender o percurso educacional e profissional da professora Umbelina Garcez e sua contribuição para a sociedade de Mamanguape, é necessário reconstruir sua historicidade, desde os desafios enfrentados para a sua escolarização até a conclusão do seu curso na Escola Normal e sua atuação enquanto

docente, além da sua origem familiar e aos contextos políticos, econômicos e sociais que circundaram suas vivências. Sua biografia constrói-se a medida em que as fontes trazem à tona sua história de vida pessoal, educacional e profissional.

2.1 Prendas domésticas mais que leitura e escrita

O panorama educacional é, sem dúvida, aspecto que nos auxilia a aclarar a trajetória de mulheres que viveram no período de transição do século XIX para o século XX no Brasil. Doravante pesquisas realizadas no campo da História da Educação acerca dos modos de existência das mulheres brasileiras neste período, percebe-se que as práticas voltadas para a educação feminina eram comumente delineadas pela representação de um modelo idealizado de filha, mãe e esposa, “moralmente digna”. As prendas domésticas e os preceitos morais e cristãos eram enaltecidos, atribuindo valor ao papel da mulher na família e no meio social. Segundo Machado e Nunes (2013, p. 190),

Atividades que se aproximassem mais do perfil da mulher e das atribuições tidas como “inerentes” e naturais, como cuidar, acompanhar, educar, fazer trabalhos manuais. Na verdade, o que toda família almejava para suas filhas era um bom casamento.

Nesse sentido, pensar na formação educacional de Umbelina Garcez e a ascensão que teve num contexto desfavorável à sua instrução escolar possibilita evidenciar o entendimento do caso em particular, mas também compreender que sua trajetória se encontra inserida num processo histórico, social e cultural próprio, no qual eram travados embates pela ampliação do papel da mulher na sociedade.

A professora Nena Garcez iniciou sua alfabetização tardiamente, já na idade adulta, sendo alfabetizada inicialmente por sua irmã Amália, depois dando continuidade ao letramento com o auxílio de um professor que morava vizinho a sua casa. Tendo sido criada por Francisca Joaquina Alves de Lima, sua avó paterna, recebeu orientações e formação voltadas apenas para os afazeres domésticos, o que era habitual nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. De acordo com

Lourdes Garcez, sua filha adotiva, a educadora só foi receber instrução escolar na vida adulta. A esse respeito ela nos conta:

Ela foi criada pela avó e a avó dela nunca mandou ela pra escola, entendeu?! Ela mesmo, quando começou a aprender, já foi adulta. Ela não foi pra escola. Ela foi educada pela avó, que foi a avó que tomou conta dela quando ela nasceu e depois levou pra morar com ela com a desculpa que ela era franzina e precisava que cuidassem mais dela. Aprendeu muita coisa. Aprendeu a fazer comida, doce, bolo, bordava, costurava, fazia tudo, mas não sabia ler nem escrever. Mas a irmã dela, Amália, que se formou como professora. Ela depois foi morar com Amália. Ela contava que a avó era muito rígida, temperamento difícil. Quando ela brincava com os irmãos, eles não podiam rir que a avó ralhava logo, dizendo “muito riso, sinal de pouco siso”. A avó mandava sorrir os escravos por qualquer coisa que ela não gostasse, sabe? Ela contava. Dizia que parecia que a avó gostava de ser assim. (GARCEZ, 2021)

A contar do relato de sua filha, torna-se evidente que a infância da professora Umbelina Garcez teve seus dissabores. Nena residia no espaço rural de Cruz do Espírito Santo, povoamento do município de Santa Rita, na Paraíba, e foi educada pela avó, Francisca Joaquina Alves Lima, para ser dona de casa, embora seus outros irmãos e sua irmã, que ficaram morando com os pais, tenham recebido instrução escolar. Sua avó era bastante conservadora e, na época, muitos pais viam a educação escolar, especialmente a das meninas, como algo supérfluo; aprender modelos de comportamento, música e um pouco de francês era o suficiente para as garotas. Enquanto os filhos homens iam estudar nas escolas públicas e universidades, o resguardo do lar era o lugar mais adequado para as meninas.

Entre as “lidas” domésticas aprendidas por Nena, cozinhar merece destaque no discurso, aparentando ser considerada habilidade singular uma vez que as mulheres deveriam zelar pelo “bom funcionamento da casa”.

A avó Francisca é apresentada com postura sisuda e conservadora, deixando claro em suas atitudes a crença de que as mulheres deveriam ser mais “educadas do que instruídas”, comportamento comum que reforçava o patriarcalismo na sociedade do século XIX. Segundo Cunha e Silva (2010, p. 100):

Aos responsáveis pelas meninas bastava apenas o aprendizado das prendas domésticas mais do que a leitura e a escrita, portanto a educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade para os pais das meninas, principalmente as pobres – a preocupação fundamental era de que as meninas arrumassem um bom casamento. Já a educação das meninas de famílias mais abastadas se dava na própria casa, uma vez que os pais pagavam um preceptor e acompanhavam todo o processo educativo. Não havia a necessidade de as meninas obterem conhecimentos além daqueles que ajudassem a consolidar a sua moral e os bons princípios.

Ainda a respeito da avó paterna, o comportamento austero também é exemplificado no discurso pelo dito popular “muito riso, pouco siso”, que se traduz em “quem muito ri, pouco juízo tem”. Compreende-se nesta passagem que o caráter modelador da educação se fazia presente no modo de conceber o mundo, sendo solicitado das pessoas em geral, e principalmente das mulheres, uma postura séria e austera pois o porte reservado retificava a moral íntegra. O riso, que comumente costuma “desarmar” as pessoas endurecidas ou contrariadas atenuando as hostilidades, ao contrário, irritava Francisca Joaquina por ser considerado sinal de leviandade.

Num velho estudo composto em 1855 a respeito do significado da caricatura, Charles Baudelaire reconhecia no riso um caráter demoníaco, no sentido de que sua manifestação franca representava sempre uma ameaça. O riso rebaixa, denuncia, ridiculariza a seriedade do poder, a grandiloquência dos poderosos, tentador, de satânico. [...] Em situações de opressão, rir pode vir a ser uma forma de expressão da liberdade de manifestação e, por conseguinte, uma forma de transgressão e de subversão da ordem estabelecida. (JUNGES, 2011, p. 18-19).

Levando-se em conta o ditado era pronunciado pela avó para seus netos, crianças que riam em seus momentos de brincadeiras e descontração, supõe-se que Umbelina era duramente reprimida pela avó, tendo suas interações sociais e seu comportamento frequentemente fiscalizados e contidos. Mais tarde, na vida adulta, Nena também manteve uma postura sisuda e séria para conservar o respeito e atitude de autoridade perante a sociedade da época, como também cumprir as orientações da igreja. Atualmente, no Brasil, as pessoas tem liberdade para rir ou chorar, porquanto o riso é tido como expressão legítima dos sentimentos e das emoções humanas, assim como o choro.

Quanto a passagem sobre a avó mandar surrar os escravos, temos a indicação das posses da família e, mais uma vez, da rispidez e aspereza da avó. Tais inferências oferecem subsídios para visualizar o contexto histórico da sociedade escravocrata, na qual seres humanos eram tratados brutalmente, sofrendo todo o tipo de violências, principalmente as físicas.

De acordo com Rocha (2007, p. 107), “a escravidão perdurou na província da Parahyba do Norte o quanto pôde, cerceando a liberdade de pessoas e negando sua humanidade”. Para mais, como forma de regular o seu modo de agir e punir o mau comportamento, os castigos físicos também eram aplicados a Nena Garcez pela avó:

Teve uma comemoração de sete de setembro, a avó fez um vestido branco, bem bonito, todo enfeitado de renda para elas irem assistir os festejos. Eu me lembro bem, que ela contava. No caminho, ela tropeçou numa pedra e caiu. Sujou o vestido e rasgou, ralou os joelhos. A avó ficou tão brava que voltou pra casa dali mesmo e lhe deu vários bolos de palmatória nas mãos, mas ela deu com tanta força que, minha mãe contava, que ficou com as duas mãos tão inchadas que não conseguia segurar nada, nem os talheres pra comer. A mucama, uma escrava que se chamava Marta, é quem dava comida na boca pra ela. Nessa época ela já era mocinha, adolescente. Aí, quando os pais dela souberam disso, mandaram buscar ela pra morar com eles e os irmãos. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista em 23/10/2021)²⁰.

Segundo Veiga (2003), até meados do século XIX, no Brasil, os castigos físicos eram naturalmente praticados para educar as crianças, fossem nas relações familiares, fossem nas relações escolares (professor/aluno).

Ao castigar a neta com a palmatória, dona Francisca dá indícios de uma personalidade autoritária, intolerante e agressiva, tendo no ato de humilhar e dar bolos um reflexo claro da

Disposição geral que existia nas práticas de tratamento dos escravos, marcadas pelo abuso de poder e pelos castigos terríveis que os senhores aplicavam aos negros desobedientes ou fujões” (FREYRE, 2006).

²⁰ Entrevista realizada com Lourdes Garcez, filha adotiva da professora Umbelina Garcez, que mora atualmente em Belém do Pará – PA. No período das entrevistas, Lourdes estava com 96 (noventa e seis) anos de idade. Alguns relatos foram realizados por meio virtual, em conversa com a pesquisadora através de aplicativo. Pode-se contar com o auxílio da neta, Maria de Lourdes Garcez dos Santos, que gravou as conversas e enviou o material pelo Messenger, o qual foi transcrito.

A palmatória também foi instrumento disciplinar muito utilizado nas escolas brasileiras no oitocentos, dando origem a expressão “dar a mão à palmatória”. Os castigos físicos não eram considerados maus-tratos e eram comumente utilizados na família, pois não havia diálogo entre pais e filhos; a repressão por meio das agressões físicas era normal. Como a escola era considerada uma extensão da família, era permitido que esta também aplicasse castigos físicos aos alunos.

De acordo com Santana (2014, p. 09),

O uso de castigos físicos nas práticas escolares brasileiras desta época é uma herança direta da congregação Lassalista que, desde o século XVII, instaurou no ensino brasileiro estes elementos como ferramentas indispensáveis ao disciplinamento do sujeito que estava sendo educado, quando este não mantivesse a postura colegial adequada e necessária.

Os Lassalistas viam a correção dos atos inapropriados por meio da palmatória e de outros instrumentos como uma forma de ‘pedagógica’ de assegurar a organização e o ordenamento durante as aulas. Segundo Veiga (2003), os castigos e agressões eram

[...] um meio pedagógico importante para manter a ordem em sala de aula, sendo possível punições através de palavras e de penitência e pelo uso de instrumentos como a fêrula, o chicote ou a disciplina (um bastão de 8 a 9 polegadas, na ponta do qual estão fixadas 4 ou 5 cordas e cada uma delas terá na ponta três nós) e finalmente a expulsão. (VEIGA, 2003, p. 501-502).

Diana Vidal (2003, p. 37) contribui, destacando que os castigos físicos utilizados nas escolas como forma de correção das crianças, a exemplo da palmatória, deveriam ser usados “apenas pelo mestre e servir para bater ‘somente’ na palma da mão esquerda, com dois ou três golpes no máximo”. A violência no meio social era, portanto, uma prática comum, embora já não fosse bem vista pelo poder público.

Veiga (2003, p. 502) afirma que:

O uso da violência era legítimo não apenas no universo escolar, mas em todo o processo que envolvia relações humanas, sejam elas entre senhor e escravo, marido e esposa ou pais e filhos. Todavia, nos anos 1800, essas práticas não já não eram vistas com tanta naturalidade, pelo menos pelas instâncias de poder, pois não estava de acordo com uma sociedade que se pretendia civilizada e desenvolvida.

É sabido que quanto mais autocontrole em prol da coletividade tivermos, mais seremos considerados civilizados, já que civilizar pressupõe uma mudança de comportamento em direção ao controle dos sentimentos. Contudo, o comportamento civilizado demanda intenso processo de aprendizagem, pois não é natural do ser humano.

Partindo deste contexto, o “Estado se manifesta elaborando leis que visam racionalizar comportamentos”. No espaço escolar, o Estado passa a intervir a partir da promulgação da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 (em meio a outros exemplos) que, entre diversas prescrições, incorre sobre “a proibição dos castigos físicos nas escolas, substituindo-os pelo de cunho moral”. (SÁ; SIQUEIRA, 2006). Todavia, mesmo com a regulamentação, os castigos físicos continuaram a acontecer pois já se encontravam arraigados na cultura paraibana, como em outras localidades do Brasil. O Estado resolveu então regular os castigos com a palmatória, como forma de amenizá-los e coibir sua prática. Um decreto da Assembleia Legislativa estipulou, por meio da Lei nº 20 de 6 de maio de 1837, a quantidade de palmatoadas que os estudantes poderiam receber, de acordo com a infração cometida. Vejamos a lei:

Lei no 20 – de 6 de maio de 1837 Bazílio Quaresma Torreão, Presidente da Paraíba do Norte, faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte. [...]

Art. 12. Terão por obrigação, tanto os professores quanto as professoras:

§ 4º) Observar e fazer observar em suas aulas os presentes estatutos, administrando o infrator; caso porém não aproveite a primeira e segunda admoestação, poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de palmatoadas, que não excederão as seis em cada dia; usando porém deste castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos. Em argumentos de atrasados, que o professor, ou professora deverá estabelecer uma vez em cada semana, ou em desafios de uns com outros se admitirá também entre eles as palmatoadas até o número de doze, cada dia. (MIRANDA; CURY, 2008. p. 5).

Na Paraíba, o artigo 36 do Regulamento de 1849 determina o fim dos castigos físicos, autorizando “**apenas**”²¹ aqueles inseridos na lista a seguir:

Art. 36 – Os discípulos nunca devem ser batidos. Os castigos autorizados são os seguintes:

1o) Uma ou mais notas más.

²¹ Grifo nosso.

- 2o) A perda do lugar alcançado em diversos exercícios;
- 3o) A restituição ou privação de um ou diversos prêmios;
- 4o) A privação de uma parte ou da totalidade das recreações com aumento de trabalho
- 5o) Os rótulos com as palavras falta de verdade, indisciplinada, falador, preguiçoso, etc., designando a natureza do erro. Estes rótulos colocados em papelão são pendurados ao pescoço do discípulo por um cordão, caindo-lhe sobre as costas, que assim conservarão somente dentro da escola.
- 6o) O ajoelamento durante uma parte da aula, ou da recreação: este castigo nunca excederá de um quarto de hora.
- 7o) A exclusão provisória das aulas, com participação a autoridade respectiva.
- 8o) A exclusão definitiva, que só terá lugar, quando a presença do discípulo for julgada de perigo para os outros, que só se poderá dar por decisão do Presidente da Província, com audiência das autoridades respectivas.

Figura 2: Palmatória



Fonte: <https://portallitoralsul.com.br/como-surgiu-a-expressao-popular-dar-a-mao-a-palmatoria/> Acesso em: 22/03/2023.

Retomando a fala de Lourdes Garcez sobre a professora Umbelina, aponta-se que após o episódio do vestido rasgado e do castigo sofrido com a palmatória, os pais de Nena Garcez passaram a tê-la novamente sob seus cuidados, afastando-a da casa da avó. Ela passou a ter a companhia dos irmãos e a convivência familiar mais leve. Contudo, não se tornou uma pessoa alegre, sorridente ou, ao menos, carinhosa. A família passou por muitos percalços, levando Nena a permanecer com o semblante fechado e a fisionomia austera na vida adulta. A esse respeito, sua filha nos conta que:

Ela não era uma pessoa assim, vamos dizer assim, amorosa de demonstrar. Ela era de cuidar, de suprir, mas ela era seca, não era carinhosa. Ela nunca sorria. Ela já tinha perdido toda a família dela. O pai dela morreu enforcado, sabe por quê?! Porque ele era um homem muito rico, tinha muitas terras, né? Fazia parte da guarda do imperador, tinha muitas terras. Ai, quando veio a abolição da escravatura, os escravos saíram das terras dele e ele teve prejuízo grande, não tinha quem cuidasse. Ele ficou desesperado. Ai ele não aceitou a pobreza, ele preferiu se suicidar. O pai dela se matou. Ela tinha 30 anos. (GARCEZ, 2020).

Nesse depoimento chama a atenção o fato da professora Umbelina Garcez “nunca sorrir”, o que indica uma seriedade de semblante e, possivelmente, atitude assumida desde a infância devido as orientações quanto a uma postura de “dignidade, caráter e moral”. Relembramos aqui a rudeza da avó Francisca, por quem foi criada até a adolescência, e que a advertia para “não rir”. Ao citar que a professora já havia “perdido toda a família”, Lourdes Garcez relaciona as perdas dos familiares e entes queridos a sisudez e dureza da mãe. Contudo, relata que embora fosse “seca” no trato com as pessoas e não fosse “amorosa de demonstrar”, inclusive com a filha, a forma de dona Umbelina mostrar seu amor era através do “cuidado econômico, suprimindo as necessidades”. Como a professora assumiu a responsabilidade pela manutenção da casa e sustento da família desde o falecimento da irmã, sua atenção atrelava-se diretamente a subsistência da família, refletindo em seu comportamento cotidiano.

O pai da professora Umbelina Garcez era Miguel Garcez Alves de Lima, foi capitão do 2º Batalhão da Guarda Nacional da Paraíba. Pernambucano de ascendência espanhola, casou-se em 21 de junho de 1857, aos 26 (vinte e seis) anos de idade com Umbelina Augusta Rêgo Barros, que tinha na época 20 (vinte) anos, também pernambucana e sua parenta.

Figura 03 – Manoel Garcez, Cap. do 2º Batalhão da Guarda Nacional - Pedido de licença de seis meses

Despachos.

N. 967.—Requerimento de Jose Belmiro de Souto, por si, e como procurador de Galdino Candido de Souto, ambos membros da mesa parochial de Pedra Lavrada representando contra a maioria da dita mesa por não querer acceitar o protesto, que junto apresentão, e pedindo se lhes faça justiça.—Informe a mesa parochial da freguezia de Pedra Lavrada.

N. 968.—Idem de Manoel Garcez Alves de Lima, capitão do 2.º batalhão da guarda nacional, pedindo seis meses de licença para ir á provincia das Alagôas.—Venha pelos canaes competentes.

N. 969.—Idem do bacharel Antonio Henrique de Almeida Junior, juiz municipal e de orphãos do termo de Mamanguape, pedindo 15 dias de licença com vencimento para tartar de sua saúde.—Como requer.

Fonte: Jornal "O Publicador, nº 622 de 29 de setembro de 1864.

Durante a pesquisa nos arquivos históricos, sites, revistas e periódicos, encontramos os sobrenomes da família escritos ou digitados de diferentes formas - Garcês, Garces, Gares, Garcez, Garcia. E ainda, Alves Lima, Alves de Lima, e Alvares de Lima, sendo que todos se referiam a mesma família. Também encontramos "Manoel" Garcez, ao invés de "Miguel Garcez". Tais ocorrências inicialmente dificultaram a pesquisa, sendo que aos poucos os fatos foram sendo elucidados durante a procura por informações nos arquivos e documentos disponíveis na internet, verificando-se que tratavam da mesma pessoa. A partir de uma postura indiciarista, observou-se nos documentos os "rastros e indícios" - datas, árvore genealógica, filiação, local e demais dados - que possibilitassem identificar se tratar das mesmas pessoas ou não. Procurou-se trabalhar com o paradigma indiciário na investigação de pequenos detalhes, fatos e dados; resíduos e pormenores tomados enquanto pistas, geralmente desprezados na pesquisa mas que permitiram, a partir dos fragmentos encontrados, compreender toda uma rede de relações familiares e sociais a partir de uma temporalidade específica.

A publicação no jornal de 1864 comprova que o pai de Nena Garcez serviu na Guarda Nacional, tendo a patente de Capitão. Nota-se que o pedido de licença de seis meses é solicitado pela necessidade de viajar para Alagoas, sem contudo, que haja

uma justificativa para a viagem explicitada no despacho, sendo lhe orientado que solicite “pelos canaes²² competentes”.

Na “Coleção de Registros de Batismo e Casamentos do Brasil (1888-1935)” encontra-se o registro de casamento dos pais da professora Nena Garcez, como também os batismos de vários membros da família. Tem-se as seguintes informações:

QUADRO 03: Dados do pai da professora Nena Garcez

Miguel Garcez Alves Lima (1831-1888)²³	
Filho de	Joaquim José Alves Lima
	Francisca Joaquina Alves Lima
Casamento	21 de junho de 1857, Santa Rita, PB

Fonte: www.familysearch.org.pt,²⁴ acesso em 23/10/2021.

QUADRO 04: Dados da mãe da professora Nena Garcez

Umbelina Augusta do Rego Barros (1836-1913)	
Filha de	Antônio Francisco do Rego Barros
	Maria Marroquina de Jesus Nazareno
Nascimento	1836, Pernambuco, Brazil ²⁵
Casamento	21 de junho de 1857, Santa Rita, Paraíba, Brazil
Falecimento	17 de março de 1913, Mamanguape, Paraíba, Brazil

Fonte: www.familysearch.org.pt, acesso em 23/10/2021.

Proprietário do Engenho Junqueira, Miguel Garcez sentiu a gradativa perda de poder do patriarcado rural a partir das transformações das relações econômicas no campo, principalmente após a abolição da escravatura.

²² Grafado como aparece na publicação.

²³ No documento não constam as datas de nascimento e morte de Miguel Garcez. As datas colocadas foram constatadas por meio dos indícios, cálculos a partir da idade de Nena Garcez no período da morte do pai (30 anos) e da idade citada no período do casamento (1857).

²⁴ A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias oferece gratuitamente os serviços do FamilySearch a todos, independente de tradição, cultura ou afiliação religiosa. Por meio do site, de aplicativos e/ ou pessoalmente em seus mais de 5 mil centros, os recursos do FamilySearch auxiliam pessoas a descobrir sua história da família por meio de nosso site, de aplicativos para dispositivos móveis e pessoalmente em nossos mais de 5 mil centros de história da família locais.

²⁵ Brazil – escrito conforme está apresentado no documento consultado.

Lourdes Garcez conta que as terras do engenho, localizado em Cruz do Espírito Santo, foram doadas pelo Imperador D. Pedro II para o desenvolvimento da agricultura. Já possuindo vivência e experiência anterior com o cultivo de terras e trato com escravos, o Capitão Miguel Garcez prosperou com a plantação e engenho de cana de açúcar.

O pai dela recebeu as terras do Imperador. Ele doou pro capitão Miguel Garcez muitas terras, era pra ele desenvolver a agricultura. Pra cultivar, né?! Por isso, por que era muita terra, o capitão teve que comprar muitos escravos, né?! Então, ele comprou os escravos e cultivava as terras. E ele ficou muito rico, teve muita... prosperidade. A família tinha muitas condições, tinha muita fartura, tinham escravos... Aí, quando veio a abolição dos escravos, ele perdeu muitos escravos, eles foram indo embora e não tinha quem trabalhasse nas terras. O capitão ficou sem gente suficiente pra trabalhar nas plantações e no engenho. Precisava de muita gente. E o capitão adoeceu, mergulhou numa depressão profunda por ver a fortuna se perdendo, né? Ela quase não falava da morte do pai, mas uma vez ela contou que tinha dias que ela via o pai passar a noite perambulando pela casa, com insônia, sem conseguir dormir. Então ele ficou assim, em depressão, e acabou se matando. Ele era muito católico, praticante, mas mesmo assim acabou se suicidando, dando fim a própria vida. Minha mãe sempre falava com muito carinho do pai. Na sala da nossa casa tinha uma fotografia bem grande dele, pintada. Ficava num lugar bem visível, de destaque. Todo mundo que chegava lá via logo a fotografia dele. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 23/10/2021).

Até a promulgação da Lei de terras pelo Imperador D. Pedro II, em 18 de setembro de 1850²⁶, a posse das terras devolutas no Brasil foi sendo firmada a partir da concessão da Coroa Portuguesa – as sesmarias – ou pela simples ocupação, que também era considerada modo legítimo de “aquisição” da propriedade. Nesse período, as formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de alguns poucos privilegiados, embora a terra não tivesse, até então, valor comercial. Nesse contexto, o Capitão Miguel Garcez foi beneficiado pela Coroa Portuguesa com uma grande extensão de terras para cultivar, o que lhe possibilitou acumular fortuna ao longo dos

²⁶ A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, “dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. O art. 1º proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse 153 o de compra; ou seja, a partir dessa lei, a obtenção legal da posse da terra ficou restrita, em regra, a relações onerosas devidamente registradas. Promoveu-se, imediatamente, a absolutização da propriedade, na qual o direito de acesso foi desassociado da condição de efetiva ocupação, adquirindo o estatuto de mercadoria. Disponível em www.senado.org.br. Acesso em: 22 fev. 2021.

anos. Com a assinatura da Lei das Terras, estas converteram-se em mercadoria para os proprietários que já possuíam "cartas de sesmaria" ou provas de ocupação "pacífica e sem contestação". Proprietária formal de todo o território não ocupado, a própria Coroa Portuguesa passou a promover leilões para a venda de terras, instituindo a propriedade privada do solo brasileiro.

Segundo MOTTA (2008, p. 136), com o fim do sistema de sesmarias, o

uso da terra como prática de cultivo para colonização muda de cenário, o que significou também o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação”, aonde a Lei de Terras chega com o intento de demarcar as terras em uso, conferindo reconhecimento sobre as áreas privadas que se encontravam em cultivo, e “definindo as terras em desuso como posse do Estado”.

A segunda metade do século XIX no Brasil, no entanto, foi palco de grandes transformações e mudanças de rumos. O movimento republicano tomou impulso a partir do ‘Manifesto Republicano de Itu’ (1870)²⁷, levando o parlamento imperial a dar andamento a várias propostas republicanas, talvez para impedir ou postergar a mudança do regime de governo (SAVIANI, 2010). A aristocracia rural, que mantinha privilégios intocados ao longo de quase todo o período monárquico, teve sua supremacia abalada com a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Abolição da Escravatura (1888). Considerando que a mão-de-obra escravizada era uma importante força de trabalho em todo o período de vigência da escravidão, a ruína de alguns senhores de engenho se deu como possibilidade real com a assinatura da abolição, embora esta não tenha acontecido repentinamente, mas por processos parciais no decorrer do oitocentos. De acordo com Nunes e Vilar (2010, p. 02),

Com a promulgação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, os escravos tornaram-se livres, abandonando seus senhores e o trabalho escravo. Era comum à época da Abolição, a falência dos senhores proprietários de terra, que se viam, de repente, sem a força de trabalho que alimentava e aumentava suas riquezas.

No séc. XIX quase tudo no Brasil dependia do trabalho escravo e muita gente, e não só os fazendeiros, pensava que o país ia cair em ruína caso não houvesse como

²⁷ Em 1870, foi lançado o Manifesto Republicano, documento que criticava a centralização do poder na monarquia e exigia um modelo federalista no Brasil (modelo que dá autonomia às províncias). Esse manifesto também atribuía à monarquia a responsabilidade dos problemas do país e indicava a república como a solução.

manter o sistema escravocrata. Com a perspectiva real e crescente de abolição a partir de 1880, muitos senhores das oligarquias canavieira e cafeeira se encontravam temerosos pela possibilidade da perda de seu “capital humano”. Na Paraíba, Silva (2016, p. 41) afirma que houve forte resistência dos coronéis e senhores de engenho quanto a libertação dos escravos, prolongando a escravidão por maior tempo. Rocha (2007, p. 107) também afirma:

Apesar da baixa presença de escravos na Paraíba, como em todo o Brasil, formou-se uma sociedade escravista – no sentido de que a escravidão fundamentava as relações de trabalho e todo o tecido social – portanto, as elites locais tiveram de enfrentar as mudanças no Oitocentos. Essa “insistência na escravidão”, temos visto como fruto da Cultura Política Escravista, que mesmo em uma província distante dos centros de poder (econômico e político) e com um baixo percentual de escravizados, havia até o último ano, a presença de pessoas negras submetidas ao cativoiro.

Em 1846 e 1847 encontramos registros de publicações em nome de Miguel Garcez Alves Lima (pai da professora Umbelina Garcez) no jornal “Diário Novo, Typographia Imparcial, Pernambuco – PE”, oferecendo recompensa por (re)captura de escravo. Nesta data Miguel Garcez ainda não era casado, o que indica que a família paterna já possuía escravos e engenho, sendo uma família abastada.

Figuras 04 e 05: Recompensa por (re)captura de escravos fugidos²⁸

ESCRAVOS FUGIDOS.

100:000 rs. de gratificação
 A quem trouxer um escravo de nome Antonio, nação Muchicongo, estatura regular, pouco se entende do que falla, é delgado do corpo, os pés pequenos e sêcos, o rosto descarnado, os dentes da frente um tanto sahidos, levou vestido seroula de algodão e camisa de baeta: este escravo já fez uma fugida e foi pegado na villa do Cabo, e em fins de Outubro p. p. fugio de um sitio do engenho Junqueira: quem o levar a seu senhor Gaspar da Silva Froes, na rua das Trincheiras n. 18, ou ao dito engenho a Miguel Garcez Alvés Lima, receberá a quantia acima.

Fonte: Diário Novo, 1846, Typographia Imparcial, Pernambuco – PE.

alguém, e por isso julgo-se ter sido desencami-
 nhado, como succedeu, ha poucos dias, com
 uma escrava que o annunciante recebeu de Ma-
 ceió, a qual foi fuitada e conduzida para o Rio
 Formoso: roga-se portanto as authorities
 policiaes que deitem suas vistas sobre esta ca-
 lli de ladões, flagello da humanidade. — An-
 tonio Luiz dos Santos, rua do Crespo n. 11.

Fugio em 16 de Maio passado de bordo
 do patacho Esperança um preto de nome Da-
 mião, genio de Cabinda, escravo do falecido
 Antonio Raimundo Franco de Sá, com os si-
 gnaes seguintes — bem retinto, cara riscada,
 estatura baixa, falla muito bucal: quem o ap-
 prehender leve-o a casa de Manoel Joaquim Ra-
 mos e Silva, na rua da Cadea do Recife n. 58,
 que se lhe dará recompensa.

Fugio no dia 25 do corrente de Tiriri
 feiras de Algodões, um escravo pardo de nome
 Faustino, com idade pouco mais ou menos de
 30 annos, sêco, estatura regular, rosto comprido,
 cabello encarapinhado, pouca barba; des-
 confia-se ter ido para Pajeú de Flores, de donde
 veio. Quem o pegar e levar a seu senhor Gas-
 par da Silva Froes, na rua Bela n. 40, ou em
 Tiriri a Miguel Garcez Alves Lima receberá al-
 vicaras.

Fonte: Diário Novo, 1846, Typographia Imparcial, Pernambuco – PE.

²⁸ *Diário Novo* (1846, p. 04), Typographia Imparcial, Pernambuco – PE. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 Março 2020.

Em ambas as publicações pode-se observar a oferta de recompensas para quem entregar os escravos fugidos, sendo que a publicação do lado esquerdo o valor da recompensa se encontra em destaque - “100.000rs” (Cem mil réis). Na publicação do lado direito encontra-se apenas o dizer “receberá alviçaras”, sem pronunciar o valor a ser recebido. São publicações referentes a escravos diferentes, já que um fugiu de “um sítio do Engenho Junqueira”, e o outro fugiu de “Tiriri, terras de Algodóas”; porém, devendo ambos serem entregues ao senhor Miguel Garcez Alves Lima. Atenta-se para o fato das notícias serem publicadas em jornal de Pernambuco e as famílias dos pais de Nena Garcez serem originárias desse Estado, vindo depois residir na Paraíba, na então “Villa de Espírito Santo”, parte do município de Santa Rita-PB.

Como desde 1870 o país passou a incentivar a entrada de trabalhadores imigrantes, principalmente vindos da Europa, muitos latifundiários já haviam se organizado e contratado esses trabalhadores. Era normal os trabalhadores escravos e assalariados conviverem em espaços de trabalho comuns (MARINGONI, 2011). Entretanto, muitos proprietários de escravos viram-se arruinados a partir da desagregação do regime escravocrata, fato que possivelmente aconteceu com o capitão Miguel Garcez Alves Lima, levando-o ao suicídio e deixando a família, que era dependente dele, desestruturada.

2.2. Uma família (des)afortunada?

Após a morte do patriarca a família, que era numerosa, passa por uma repentina mudança, fazendo com que a mãe e os filhos busquem novos meios para sobreviver. Nesse período Amália, que contava com 30 (trinta) anos de idade, já era professora do Externato Normal em João Pessoa e levou Nena Garcez, juntamente com sua mãe – D. Zuzú (apelido pelo qual era conhecida), para morarem com ela na capital. Começa aí um período difícil onde inúmeros infortúnios vão, praticamente, dizimar a prole.

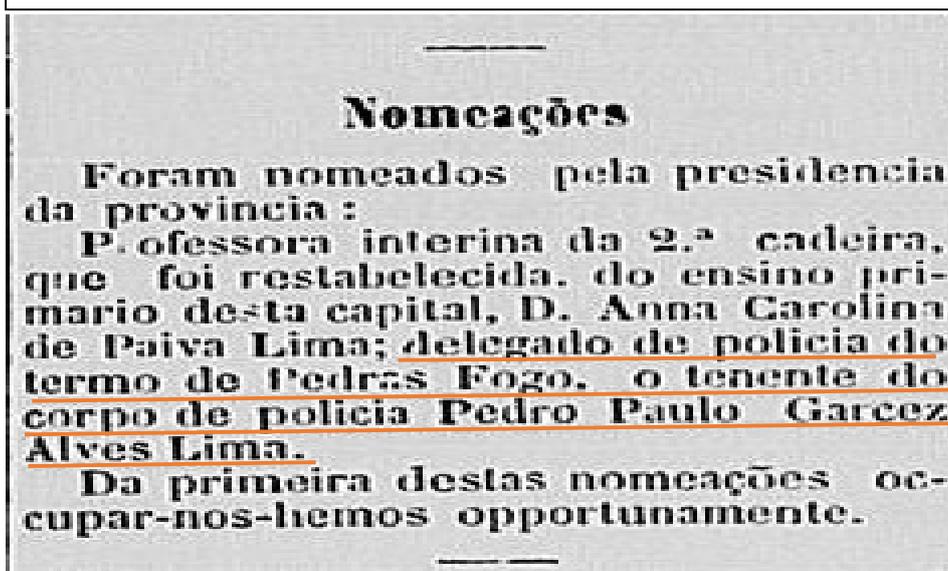
Minha mãe (Umbelina Garcez) era a filha mais velha de uma família com oito filhos, mas na infância ela conviveu pouco com seus irmãos porque foi levada pela avó pra morar com ela. Aí depois ela voltou, mas ela já era mocinha. De filha mulher era só ela e a Amália, o resto era homem. Tinha Joaquim, Pedro Paulo, Miguel – igual ao nome do

pai – minha mãe também tinha o mesmo nome da mãe dela, Umbelina. Por isso que chamavam ela de Nena, pra ficar diferente da mãe. A mãe dela era Umbelina Augusta. E de irmãos tinha também Efraim, Oscar e Jorge. Mas foram todos morrendo e ficou só a minha mãe. Ela era a mais velha, nasceu em 14 de agosto de 1858, em Cruz do Espírito Santo, que era vila, e os pais moravam lá, no sítio, sabe? Eles casaram em Santa Rita em 1857 e ela nasceu em 58. Quando o pai faleceu, só o Pedro Paulo que já era delegado, lá em Piancó, e a Amália que era professora. A Amália era professora na Escola Normal, na capital, era em João Pessoa. Os outros tiveram que procurar o que fazer, mas parecia que a família tava destinada a ficar pobre e quase desaparecer. Morreram tudo. (GARCEZ, 2021).

As dificuldades e tristeza passou a se fazer presente frequentemente na família Garcez após a perda de seus bens, findando a riqueza e também a vida de quase todos os seus componentes. Joaquim, ainda criança, engasgou-se com uma espinha de peixe durante um almoço com a família e veio a falecer tragicamente por asfixia, diante de todos. No ano de 1892, os irmãos Pedro Paulo e Oscar também vieram a óbito no mês de abril, sendo o primeiro no dia 10 e, no dia 12, Oscar. Pedro Paulo era delegado da polícia de Itabaiana e Oscar era cadete em São Paulo, ambos solteiros.

Sobre Pedro Paulo, encontramos registro referente a sua nomeação como tenente no jornal “Gazeta da Paraíba” e sobre sua morte no jornal “O Parahybano”, conforme figuras a seguir.

Figura 06 – Nomeação de Pedro Paulo Garcez Alves Lima para delegado de Pedras de Fogo.



Fonte: Gazeta da Parahyba. (Arquivo).

Pedro Paulo Garcez Alves Lima foi delegado em Pedras de Fogo e, depois, Comandante da força policial de “Itabayanna”, ofício que exerceu até sua morte em 10 de abril de 1892. Em publicação da nota de falecimento, observa-se homenagem póstuma pelos serviços prestados, ressaltando seu trabalho e sua participação ativa na política do Estado evidenciada pela fala a respeito de Venâncio Neiva, primeiro governador republicano da Paraíba, sendo formalmente reconhecido como Presidente do Estado do Parahyba do Norte mas que sofreu forte oposição dos conservadores, exercendo o cargo por apenas dois anos e vinte dias (1889-1891), sendo derrubado por “uma Junta Governativa, mais exatamente uma Junta comandada por um militar, embora nem todos os seus membros fossem do Exército ou da Polícia, mas, sim, civis”. Através da leitura da homenagem póstuma no jornal, subentende-se que Pedro Paulo Garcez teve significativa atuação no combate ao governo de Venâncio Neiva, fato que veio a agravar seu estado de saúde que já se encontrava comprometido. Infere-se que o comandante policial tinha aclamado desempenho e representatividade na região de Itabaiana-PB, posto que a publicação é destacada no jornal e trata-se de um texto extenso para o tipo de publicação, além de salientar a “profunda mágoa pela sentida perda” sofrida pela morte de “tão prestimoso filho”.

Figura 07 – Nota de falecimento de Pedro Paulo Garcez Alves Lima

O PARAHYBANO

Capitão Pedro Paulo Garcez Alves Lima

Após longos dias de acerbos sofrimentos faleceu, hontem, pelas oito e meia hora da noite o jovem e inditoso capitão Pedro Paulo Garcez Alves Lima, comandante da força policial aqui estacionada.

Doze meses de sofrimento foi o longo período de moléstia que, zombando do vigoroso treinamento a que fora submetido, fizera sucumbir tão ilustre paladino, cuja morte prematura a comarca de Itabayanna pranteia amargurada sob a impressão do sentimento de dor e de saudades.

Cidadão de caráter espartano, amigo dedicado, filho extremoso e irmão carinhoso eram as qualidades que o caracterizavam e tornavam distinto e estimado de todos quantos dele se aproximavam.

Na campanha de 27 e 31 de dezembro do anno próximo findo, que tivemos como epílogo a salvação da pátria parahybana, fora elle um dos fortes elementos, não se poupando com sacrifício de sua saúde já alterada, a promover os meios para o triunfo da santa cruzada de que foram principais protagonistas a sua ilustre família representada na pessoa do distinto dr. Antonio Balthar e o dr. Diogo Sobrinho. Os sacrificios, a que então se impusera, nessa gloriosa luta, em que ao lado d'aqueles cavalheiros não descansou e desanimou um momento sequer, em que veio coroado de feliz êxito a idea, em prol da qual esforçadamente combatia; em que finalmente presenciara sumir no barathro de esquecimento e maldição o satapra Venancio Neiva, foram o motivo do aumento e agravação do mal que lhe roubou sua preciosa existência. Itabayanna, imersa em profunda mágoa pela sentida perda que acaba de sofrer a Parahyba com a morte de tão prestimoso filho, desfolha saudosa sobre o seu túmulo uma coroa de cyprestes unindo suas condolências a desolada família do ilustre finado.

Fonte: Jornal “O Parahybano”, 11 de abril de 1892.

Após a morte de Pedro Paulo, Nena Garcez e a mãe continuaram a morar em João Pessoa com a filha mais nova, Amália Garcez. Sobre ela, o jornal “O Publicador”, dos dias 10 de abril e 23 de maio de 1885²⁹, traz a lista das discentes do Externato Normal matriculadas nos três primeiros anos de funcionamento, que tinha como objetivo preparar unicamente professoras, a fim de melhorar a qualidade do ensino primário. Conforme a matéria do jornal, Amália Garcez Alves Lima consta na lista de alunas da turma de 1885, 1886 e 1887, que foram constituídas conforme descritas a seguir:

TURMA DO EXTERNATO NORMAL DE 1885:

1. Francisca Presalina Pessoa Cabral
2. **Amália Garcez Alves Lima**
3. Felismina Etelvina de Vasconcelos
4. Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque
5. Cherubina Etelvina Cavalcante de Albuquerque
6. Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque
7. Rosa Amélia Y Pla
8. Zulima Maria Y Pla
9. Anna Miquelina da Silva Lima
10. Amélia Joana Y Pla
11. Amélia Augusta Pessoa de Albuquerque
12. Maria Amélia Ferreira Dias
13. Anna Hygina Bittencourt Pessoa
14. Aquilina Amélia d'Oliveira
15. Maria Emilia Lucas
16. Maria d'Assumpção Rosas
17. Camerina Rosas
18. Córdula Augusta de Lima
19. Vergolyna Elisa Cavalcante
20. Graçulina Thifhania Fernandes Rozas
21. Maria do Carmo Silva
22. Maria Cecília Ferreira

²⁹ Jornais encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

QUADRO 05: Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1886

2º ANO
1. Amália Garcez Alves Lima
2. Anna Hygina Bittencourt Pessoa
3. Aquilina Amélia d'Oliveira
4. Felismina Etelvina de Albuquerque
5. Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir das informações contidas no jornal *O Publicador*, 04/12/1886.

QUADRO 06: Alunas que frequentaram o Externato Normal em 1887

3º ANO
1. Amália Garcez Alves Lima
2. Anna Hygina Bittencourt Pessoa
3. Aquilina Amélia d'Oliveira
4. Etelvina de Vasconcelos

Fonte:

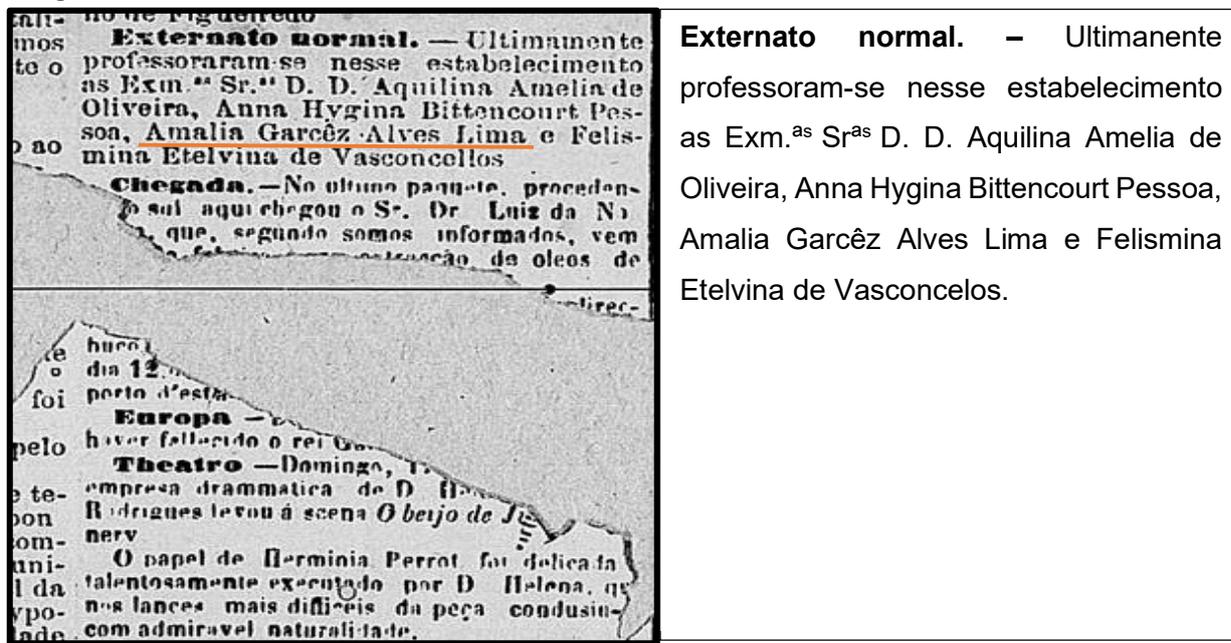
Quadro organizado pela autora³⁰ a partir das informações contidas no *Jornal da Parahyba*, 29/11/1887.

O Curso Normal tinha três anos de duração, sendo concluída a primeira turma, da qual Amália Garcez fazia parte, em 1887. A formação garantia o diploma de professora ao final do curso, assegurando a atuação em escolas públicas primárias de ambos os sexos, sem a necessidade de passar por concurso. No entanto, pode-se observar na lista de matrículas e em notícia sobre a formatura no “Jornal da Parahyba” (figura 05) que, das vinte e duas alunas que começaram a primeira turma, apenas quatro concluíram sua formação. Tal fato está atrelado às dificuldades da sociedade paraibana da época em aceitar a formação de mulheres além do curso primário, considerando “promíscuo e pernicioso” a presença de alunas jovens e homens

³⁰ Estes nomes foram encontrados na lista dos resultados dos exames finais publicada no *Jornal da Parahyba* do dia 29/11/1887, localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

(professores) num mesmo espaço físico. O pequeno quantitativo de concluintes denota que, apesar do discurso em torno do progresso e modernidade, era difícil o reconhecimento e aceitação de novos princípios e realidade social.

Figura 08: Formatura no Externato Normal 1887 – Amália Garcez



Fonte: Jornal da Parahyba, março de 1887, p. 03. **Disponível em:** <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-da-parahyba/809144>

A professora Umbelina Garcez só adentrou a Escola Normal anos mais tarde, após a morte de sua irmã mais nova, Amália³¹, a qual foi referência para a escolha da carreira de normalista.

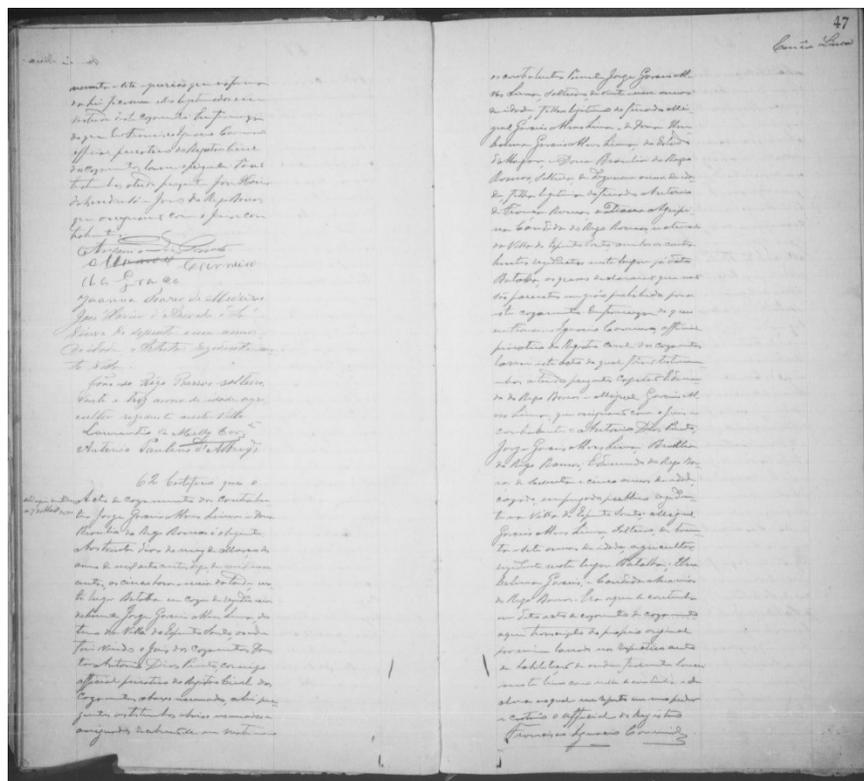
Continuando com ‘desaparecimento’ da família, outros dois irmãos ainda vieram a sucumbir: Efraim, que foi embora para a Amazônia com o intuito de fazer fortuna nos seringais e lá contraiu *bexiga-lixá* (varíola), e Miguel, que ficou morando no sítio da família, casou-se com Francisca Freire do Nascimento e depois veio a falecer de “*febre braba*” (Febre Amarela). Dos oito irmãos, Miguel Garcez foi o único que deixou filhos: Pedro, Corina, Maria, Paulo e Querubina.

Jorge Garcez Alves Lima também chegou a casar com Bráulia França Ramos, sua prima, mas não teve filhos legítimos, porém, teve um filho com uma escrava,

³¹ Não encontramos nenhum documento acerca do falecimento de Amália Garcez ou de seu desligamento da Escola Normal em virtude de sua morte. Segundo depoimento de Lourdes Garcez, Amália faleceu em 1893 de pneumonia contraída após um choque térmico sofrido por Amália após chegar do trabalho com o corpo quente e tomar banho frio.

mucama de Nena Garcez quando ela era criança. O registro de casamento entre Jorge e Brasília foi encontrado nos arquivos digitais da igreja católica.

Figura 09: Registro do casamento de Jorge Garcez e Brasília do Rego Ramos.



Fonte: www.familysearch.org.pt, acesso em 23/10/2021.

O registro de casamento de Jorge Garcez diz que ele contraiu matrimônio na capela de Nossa Senhora da Batalha, localizada em Cruz do Espírito Santo-PB, em 30 de março de 1900, com Bráulia França Ramos. De acordo com informações do escritor Adauto Ramos, Bráulia era sua parenta e faleceu na capital em 13 de julho de 1926 sem deixar descendentes. Não foi encontrado mais nenhum registro sobre Jorge Garcez.

Em consulta aos arquivos da igreja católica encontrou-se vários registros referentes a família Garcez, porém alguns com os nomes escritos de forma equivocada. Entretanto, pelas pistas e indícios menos vistosos, mas ao alcance do olhar investigativo, foi possível descobrir rastros da árvore genealógica e perceber que se referem a mesma família.

2.3 Devota de Nossa Senhora

A professora Umbelina Garcez era devota de Nossa Senhora Auxiliadora. Originária de família católica, era praticante e atuava ativamente na igreja matriz de Mamanguape, além de também estimular seus alunos e alunas ao catolicismo e exercer a função de catequista, preparando jovens para a primeira Eucaristia.

Ela era uma pessoa muito católica, viu?! Ela era devota de Nossa Senhora Auxiliadora e ela, na igreja, ela era zeladora do altar de Nossa Senhora Auxiliadora. Na época que o padre da paróquia de Mamanguape era João Medeiros, ela pertencia a todas as irmandades, das Filhas de Maria e de todos os grupos da igreja. Era ela quem comprava as toalhas bordadas pra botar no altar. Era ela quem comprava os jarros, os castiçais, as velas, pro altar de N. S^a. Auxiliadora, o estandarte da procissão de Nossa Senhora. Ela já tinha três anos quando foi batizada em Santa Rita, onde era o sítio da família, mas se criou muito católica. E ela ia a missa todos os dias, comungava todos os dias, e depois da missa era que ela ia dar aula. E ela lecionava, mas ela não só lecionava, ela educava também; porque quando ela botava no caderno do menino as primeiras palavras que ele ia escrever ela colocava...falava em Deus, né? Aí ela dizia né, o primeiro mandamento da lei de Deus é esse assim, para o caderno ela passava as coisas da religião Então ela tinha uma maneira de lecionar que até nos papeis estava escrito J.H.S. Sabe o que quer dizer? Jesus Homem Santo. A religião pra ela, a religião dela era tudo, Deus era tudo pra ela, né? E ela passava isso. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 2021).

Nena Garcez foi criada em uma família que seguia o catolicismo, religião predominante no Brasil desde a vinda dos Jesuítas. No município de Mamanguape – PB, a igreja católica teve e ainda tem forte influência, exercendo um papel fundamental nas relações sociais entre os habitantes da cidade sendo, por décadas, local de encontro e interação social para crianças, jovens e adultos. Dessa forma, tornou-se preponderante na vida da professora Umbelina Garcez, que frequentava diariamente as missas e transitava pelos movimentos e irmandades instauradas/os pela igreja como colaboradora assídua, tecendo uma rede de sociabilidade. Observa-se também que como “Zeladora do Altar de Nossa Senhora”, Umbelina Garcez mantinha um trabalho voluntário se encarregando de manter a limpeza e os utensílios utilizados (toalha, velas, castiçais, jarros, estandartes), isentando a igreja de tal despesa. Trabalhos voluntários são comumente encorajados pela igreja católica desde seus primórdios por meio da ideologia da ‘caridade’. No tocante as mulheres, associações

de voluntariado feminino também vem dos primórdios do catolicismo, sendo a Associação Mundial de Mulheres Jovens Cristãs, fundada na Inglaterra em 1855, ativa ainda nos dias atuais. As irmandades voltadas ao culto de Nossa Senhora, figura feminina sagrada, também são costume na igreja católica, sendo as “Filhas de Maria”³² um grupo frequentemente citado por mulheres frequentadoras dessa igreja. Este grupo foi fundado originalmente pelo Papa em 1867, tendo como objetivo trazer para as “fileiras católicas jovens fiéis devidamente disciplinadas, de acordo com os valores e ensinamentos católicos”. Esse modelo de associação, segundo a própria Sé Romana, era uma das maneiras mais eficientes de “cuidar da virtude do sexo frágil” (MANUAL DA PIA UNIÃO, 1926. p. XXV³³). Era ainda, uma possibilidade de recrutar membros e discipliná-los de acordo com os princípios, ensinamentos, normas e dogmas da igreja, constituindo um maior potencial de domínio e expansão. Segundo ISIDRO (2018, p. 76),

A igreja católica, após a Constituição Republicana que transformou o país em Estado laico, procurou manter seu controle e hegemonia religiosa por meio de correntes missionárias assistencialistas e da influência política, para garantir sua sobrevivência institucional. Nesse intento, a organização de congressos, seminários, grupos de jovens, congregações femininas, comunicações públicas, visitas e a vinda de religiosos estrangeiros, principalmente da Europa, faziam parte das atividades organizadas para maior aproximação com a população. Tais eventos serviam também aos propósitos das elites políticas, industriais e oligárquicas, pois era mais fácil de lidar com “o homem bom”.

No depoimento de Lourdes Garcez evidencia-se a preocupação da professora com a formação cristã dos alunos, dando início às aulas com as orações e abordando “o primeiro ensinamento da Lei de Deus”, a doutrinação católica estava muito presente em sua prática docente evidenciando a religiosidade nos cadernos e nos papéis que usava por meio da escrita de textos ou da sigla J.H.S. (Jesus Homem Santo), sendo essa evangelização considerada uma forma de “educar”, ou seja, preparar o

³² As **Filhas de Maria** são uma associação laica do caráter devocional; irmandade leigo-religiosa formada exclusivamente por mulheres solteiras católicas. Espaço multifacetado, essa irmandade se constituía como lugar de disciplina e norma, enquanto se mostrava também como espaço de distinção e de liberdade. Concebida para formar modelos femininos de conduta moral, a Igreja cuidava para que suas associadas não se deixassem corromper pelas influências mundanas da modernidade.

³³ **Manual Da Pia União Das Filhas De Maria**, Edição da Federação Mariana da Arquidiocese de São Paulo, 1926, p. XXV. Acesso em 12 de maio de 2022. Disponível em [Manual da Pia União das Filhas de Maria by Museu Histórico e do Café - Issuu](#)

educando para ser uma “boa pessoa, temente a Deus e seguidor dos ensinamentos da fé Cristã”³⁴.

Compreende-se que ao dizer “A religião era tudo pra ela, né?!”, Lourdes Garcez afirma que a religiosidade era presente em tudo que Nena Garcez fazia e que, diariamente, ela costumava usar seu missal³⁵ para acompanhar as atividades religiosas nas missas da igreja ou em suas orações em casa, não deixando de incluir a religiosidade também no exercício da docência.

Figura 10: Missal de Umbelina Garcez (1888-1898)



Fonte: Acervo da família Garcez.

³⁴ Grifo nosso.

³⁵ O missal trata-se de um livro litúrgico que contém os textos e rubricas para a celebração da missa no Rito Romano da Igreja Católica. No século XIX o bispo Pierre Louis Parisis de Langres e o abade Prosper Guéranger iniciaram um movimento de retorno ao uso Missal Romano, que havia sido deixado de lado pelo uso de inúmeros missais independentes publicados na França e países vizinhos a partir do século XVI. O papa Leão XIII então, tomou a oportunidade de emitir, em 1884, uma nova edição típica, que considerava todas as mudanças introduzidas desde o pontificado de Urbano VIII. O papa São Pio X também empreendeu uma revisão do Missal Romano, publicado e declarado típico por seu sucessor, Bento XV, em 25 de julho de 1920. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Missal_Romano Acesso em 18/07/2023.

Figura 11: Folha de rosto do Missal de Nena Garcez (1888 – 1898)

TABOA DO TEMPO E DAS FESTAS MUDAVEIS

ANNOS	LETRAS DOM.	SEPTUAGE- SIMA	CINZAS	PASCHOA	PENTEC.	N.º DE DO PENT.	1º DOMINGO DO ADVENSTO
1888	A G	29 jan.	15 fev.	1 abril.	20 maio.	27	2 dez.
1889	I	17 fev.	6 març.	21 abril.	9 jun.	24	1 dez.
1890	c	2 fev.	19 fev.	6 abril.	25 maio.	26	30 nov.
1891	d	25 jan.	11 fev.	29 març.	17 maio.	27	29 nov.
1892	c b	14 fev.	2 març.	17 abril.	5 jun.	24	27 nov.
1893	A	29 jan.	15 fev.	2 abril.	21 maio.	27	3 dez.
1894	g	21 jan.	7 fev.	25 març.	13 maio.	28	2 dez.
1895	f	10 fev.	27 fev.	14 abril.	2 jun.	25	1 dez.
1896	e d	2 fev.	19 fev.	5 abril.	24 maio.	26	29 nov.
1897	c	14 fev.	3 març.	18 abril.	6 jun.	24	28 nov.
1898	b	6 fev.	23 fev.	10 abril.	29 maio.	25	27 nov.

A Ascensão : A quinta-feira depois do 5º Domingo que segue a Paschoa.
A Festa do Corpo de Deus : quinta-feira da Semana da Santissima Trindade.

Fonte: Acervo da família Garcez.

O missal de Umbelina Garcez traz o calendário litúrgico – “TABOA DO TEMPO E DAS FESTAS MUDÁVEIS” – com datas de 1888 a 1898, o que indica a data provável de seu uso pela professora. A capa é de madrepérola, com as laterais das folhas douradas, tendo sido produzido pela editora Guillard, Aillaud & Cia. - Paris, com filial em Lisboa – Portugal.

A religião católica foi transmitida para a professora Umbelina por sua família, que era cristã e criou os filhos dentro dos rituais do catolicismo. Todavia, a certidão de Batismo de Umbelina Garcez confere a narrativa de sua filha, mostrando que ela foi batizada aos três anos de idade, na paróquia de Santa Rita - PB, embora fosse costume batizar as crianças até o oitavo dia de nascido, tendo em vista “as ameaças e perigos que assombravam as crianças recém-nascidas”, incluindo-se neste rol as

doenças e mortalidade infantil³⁶ conjugadas às abstrações que se faziam em torno do Batismo nas sociedades tradicionais (CHAGA e NADALIN, 2008, p. 3).

Praticado por católicos e por outras comunidades cristãs, o Rito do Batismo trazia consigo expressivas representações, significando não só um sacramento de purificação, mas também uma forma de apresentar a criança para Deus e a comunidade dando início a vida religiosa do indivíduo, além de proteger a criança das forças do mal. A prática deste sacramento visava apenas consagrar a criança a Deus. Posteriormente, os responsáveis deveriam levá-la à igreja para dar continuidade em sua formação e participação efetiva na fé Católica.

Em consulta a registros de batismo e casamento da Igreja por meio do "Arquivo Digital de Registros Paroquiais" foi possível verificar que tanto Pedro Garcez como Umbelina, foram batizados em 1862, sendo que no dia 05 de fevereiro, seis meses antes da irmã, embora ela fosse mais velha do que ele. Em relação aos demais irmãos, foram encontrados os registros de batismo de mais três irmãos: Joaquim Garcez (1860), Amália (1863), Miguel (1864).

Apresenta-se a seguir a Certidão de Batismo de Umbelina Garcez:

³⁶ Marcílio, 1986:202. Agregamos que a historiografia que menciona e (ou) estuda a mortalidade infantil nas sociedades ditas tradicionais é muito rica, mas pouco se diz a propósito da grande possibilidade de incidência do tétano neo-natal que, no Brasil, era popularmente conhecido como "mal dos sete dias" (Nadalin, 2004:44, nota 37).

Figura 12: Certidão de Batismo de Umbelina Garcez.

 **ARQUIDIOCESE DA PARAIBA**
Praça Dom Adauto, s/n – Centro
58010.670 - João Pessoa – Paraíba – Brasil
Fone: (0**83) 3241-3048 – Fax: (0**83) 3222-1629
E-mail: arquivo@arquidiocesepb.org.br

CERTIDÃO DE BATISMO

CERTIFICO que, à página 103 (verso) do livro 03 (de Batizados) da Paróquia Santa Rita – Santa Rita/PB, que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, está lavrado o seguinte:

“**Umbelina** idade tres annos, filha legitima do Cap.^m Miguel Garces Alves de Lima, e Umbelina Augusta Garces, foi baptizada com Santos Oleos per mim no oratorio privado dos mesmo Cap.^m sendo padrinhos Edemundo do Rego Barros, e D. Amelia Augusta, aos vinte quatro de agosto de mil oito centos secenta e dois, do que mandei fazer este assento. O Vig.^o Joze Glz.^o Our.^o Vasc.^o.”

Nada mais continha o dito lançamento a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

João Pessoa, 10 de Fevereiro de 2009.

 
Ricardo Grisi Veloso
Notário

Fonte: Documentos pessoais da família Garcez.

A partir dos indícios documentais que apresentam as datas de batismo dos outros irmãos, infere-se que Umbelina não foi batizada antes por ter sido criada pela avó e não ter sido levada para receber o sacramento pouco tempo após o nascimento. De acordo com RAMOS (2009), o batizado aconteceu “possivelmente na casa grande do sítio Santa Tereza”, onde a família residia. Os padrinhos, Edmundo Francisco do Rego Barros e Amélia Augusta do Rego Barros, ainda segundo RAMOS (2009), eram tios de Nena Garcez por parte de mãe.

Dando continuidade ao depoimento, Lourdes Garcez rememora:

Quando padre João Medeiros morreu, foi um padre novo pra paróquia de Mamanguape e este padre não gostava porque ela tinha amizade com quem era protestante, com quem era espírita. Ela era muito conhecida, muito atuante. Então, teve um ano que ela foi pra João Pessoa passar a Semana Santa, que ela sempre ia. Todos os anos ela ia. Aí, nós ficamos na casa de duas irmãs que tinham sido alunas dela e eram professoras em João Pessoa. Só que as duas frequentavam a Igreja Batista, que também é cristã, mas é protestante. E nós fomos com elas no culto, que era a noite. Depois, ela recebeu uma carta do padre, lá em Mamanguape mesmo, o padre censurou ela, repreendeu porque ela era católica e tinha ido num culto na igreja Batista. E ela respondeu a carta dele. Respondeu dizendo, ela mandou um bilhete dizendo que Deus era um só, e que ela ia onde Deus estivesse. Disse pro padre que Jesus era só um e que podia se rezar em qualquer igreja que Deus estava lá. Ela ia para a igreja, se ajoelhava pra receber a comunhão, ele passava por ela e não dava a hóstia consagrada. Mas ela era teimosa e continuava indo todos os dias pra igreja e ia pra receber a comunhão, e o padre não dava. Mas essa briga com o vigário durou. As pessoas pediam pra ela não ir a mesa da comunhão, mas ela ia. Acabou o padre tirando o catecismo dela e ainda colocando outra pessoa pra cuidar do altar de Nossa Senhora. Foi preciso D. Santino Coutinho, se não me engano, mandar o Cônego Severino Pires ir a Mamanguape para acabar com a implicância dos dois. E depois tiveram outras coisas também. Mas ela participava tanto da igreja, e das novenas, das procissões, das festas da igreja... (GARCEZ, Lourdes. Entrevista em 23/10/2021).

As disputas entre católicos e protestantes se originaram com a Reforma instituída por Lutero em 1517. A igreja católica reagiu violentamente para combater a disseminação do protestantismo, perseguindo seus seguidores. No Brasil, embora a igreja protestante tenha chegado séculos mais tarde, a disputa por poder, domínio e fiéis também teve momentos de acirramento. Quando Nena Garcez, católica praticante e integrante de vários movimentos católicos, participa de culto protestante da Igreja Batista, é severamente repreendida pelo padre de sua paróquia, passando ser 'perseguida' por ele. No entanto, a professora Nena persiste firmemente em sua fé católica e não deixa de tratar bem e manter relações de amizade com pessoas de outras religiões, como a Batista e a Espírita, embora fosse tratada como "transgressora" da fé. E ela realmente transgredia a ordem católica vigente e dominante naquele momento. Ao combater o preconceito religioso em vigor, Nena rompia os paradigmas sociais e as barreiras culturais impostas por uma sociedade marcada pelo racismo, o machismo e o sexismo. Representativamente aos valores

apregoados e a situação vivenciada por Nena Garcez, encontrou-se no meio das páginas do missal usado pela professora, o bilhete³⁷ enviado pelo padre negando-lhe o sacramento da comunhão:

Figura 13: Bilhete enviado a Nena Garcez pelo pároco da igreja matriz de Mamanguape – PB, 1931.

Exma. Sra. D. Nena Garcez
Em resposta ao seu cartão,
tenho a dizer-lhe que se
comenta que o vigário disse-
ra que a senhora onde fi-
zesse uma confissão ali
comungasse, porque
era resolução d'elle, não
lh'a dar mais, ainda
mesmo que levasse a
elle P. João M. Madruga, attestado
de de confissão feita
com outro sacerdote.
Do Ilmo. servo in Christo.
14/5/1931

Fonte: acervo da família Garcez.

No bilhete enviado é possível observar a exasperação do vigário externada ao afirmar que daria mais a comunhão a Nena “*ainda mesmo que levasse a ele atestado de confissão feita com outro sacerdote*”.

³⁷³⁷ O referido bilhete apresentado na Figura 13 traz a seguinte mensagem: “Exma. Sra. D. Nena Garcez – Em resposta ao seu cartão tenho a dizer-lhe que se comenta que o vigário dissera que a senhora onde fizesse a confissão, ali comungasse porque era resolução dele não lh’a dar mais, ainda mesmo que levasse a ele atestado de confissão feita com outro sacerdote. Do Ilmo servo em Christo. 14/05/1931.” É visível também um timbre ou carimbo no papel com o nome “P^a. João M. Madruga, que não sabemos ser o sacerdote ou o pároco que enviou o bilhete.

Na primeira metade do século XX, o catolicismo considerava os evangélicos como “uma infiltração estrangeira a ser banida” pois eles concorriam com a igreja católica pelo controle do mercado de bens e serviços religiosos. A igreja católica reagia a perda de poder político e expansão de outras vertentes cristãs com maior rigidez e disciplinamento derivados do ultramontanismo³⁸, movimento eclesiástico que teve seu ápice no séc. XIX o Papa Pio X. No Nordeste, “as vilas os povoados e cidades do sertão foram o principal palco das ações coercitivas diretas e indiretas” que tinham como fim “censurar e punir as condutas desviantes” (AZZI, 1982, p. 15). A perseguição aos que se “desviavam do caminho” era algo comum então, pois as rivalidades entre o catolicismo e os evangélicos / protestantes tinham por justificção a luta pela produção de sentido e pelo controle sobre as representações e ideologias religiosas. Pastores, bispos e padres disputavam no meio social o arbítrio de estabelecer como a religiosidade cristã deve ser experienciada e quem tem autoridade para gerir a reminiscência religiosa que liga a comunidade à geração da doutrina cristã.

Os católicos apresentavam ideias conservadoras em relação à modernidade, em franco combate a secularização, buscando preservar o tradicionalismo católico e

³⁸ A palavra ‘ultramontanismo’ deriva do latim ‘ultra montes’, que significa ‘para além dos montes’, isto é, dos Alpes. A verdadeira origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval que denominava de ultramontanismo todos os papas não italianos que eram eleitos. A palavra foi novamente empregada depois da reforma protestante, entre os governos e os povos do norte europeu, onde se desenvolveu uma tendência a considerar o papado como uma potência estrangeira, de modo especial quando o papa interferia nas questões temporais. O termo ultramontanismo também foi utilizado na França para identificar os defensores da autoridade pontifícia em contraposição às ‘liberdades da igreja anglicana’. O termo era utilizado de forma difamatória, pois também sugeria a falta de apego à própria nação. No século XVII, o ultramontanismo foi associado àqueles que defendiam a superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo em questões temporais. Nesse período, a Companhia de Jesus foi fortemente identificada com o ultramontanismo. Na Alemanha, no século XVII, o conceito se ampliou e passou a ser usado para identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito entre os poderes temporais e espirituais (Igreja – Estado). O ultramontanismo, no século XIX, caracterizou-se por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. [...] O fortalecimento da autoridade pontifícia, consolidado com a definição da infalibilidade papal nos pronunciamentos *ex-cathedra* durante o Vaticano I (1869-1870), foi um dos momentos culminantes da vitória ultramontana no âmbito eclesiástico, mas não nas suas relações com os Estados do século XIX. O processo de separação entre os dois poderes, o indiferentismo estatal, o anticlericalismo, o regalismo exacerbado tolhendo a liberdade da instituição eclesiástica e a autoridade de sua hierarquia, teve como contrapartida a busca de um ‘centro’ que tivesse melhores condições e interesses em proteger os membros da comunidade clerical. (SANTIROCCHI, Italo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*; Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universitá Gregoriana, Roma, 2010, p. 195).

os ideais da fé “integral”, na qual não há separação da vida religiosa e a vida social. Pierucci (1992) observou como característica fundamental do posicionamento “integrista”, surgido no século XIX e que defendia o catolicismo tradicional, o objetivo de denunciar os católicos “favoráveis à incorporação das ideias modernistas ao catolicismo”, responsabilizando-os pela crise vivida no seio da Igreja Católica. Além disso, os integristas afirmavam que o catolicismo era a única religião capaz de garantir a coesão social por ser a “única religião original e verdadeira” (PIERUCCI, 1992, p. 146). Para esse grupo de intelectuais que aspira conservar a sociedade dentro dos princípios da “verdadeira” fé cristã - ou seja, a que se enquadra na perspectiva conservadora do catolicismo - as várias correntes modernas, tanto as “de fora”, que não são ligadas ao catolicismo, quanto as “por dentro”³⁹, que são as correntes referentes aos grupos católicos favoráveis à modernidade, visavam destruir a Igreja. A partir desta realidade, as atitudes de amizade e acolhimento de Nena Garcez com evangélicos foi duramente combatida, embora ela fosse frequentadora assídua da igreja, conhecida na comunidade pelas redes de sociabilidade que mantinha e persistisse firmemente em sua fé católica. Segundo Ramos (2009), o Cônego Severino Pires havia sido alfabetizado por Nena Garcez quando criança, sendo, por isso, o mediador na resolução do conflito para reestabelecer o equilíbrio entre ela e o vigário:

Como ela era respeitada e reconhecida na cidade e pela comunidade da igreja, o Cônego interviu no conflito e demonstrou “o reconhecimento, a benevolência e bondade da igreja” batizando um quadro do Sagrado Coração de Jesus na sala de sua casa e ministrando-lhe a comunhão (RAMOS, 2009, p. 12).

Pela decisão da igreja de enviar um padre com proximidade à Nena Garcez para resolver o conflito, além da postura apresentada pelo Cônego Severino Pires dando-lhe a comunhão e abençoando o quadro do Sagrado Coração de Jesus em sua casa, compreende-se que a igreja preferiu cultivar e conservar a professora como sua serva fiel, tendo em vista que ela era multiplicadora da fé católica. Nesse contexto, infere-se que era melhor mantê-la na “verdadeira fé” baseada nas estruturas sociais e morais já constituídas, em lugar de se abrir para as possíveis perdas de fiéis que poderiam advir da contenda instaurada:

³⁹ Grifos nossos.

Então quando as crianças de pequeninas já aprendiam que o mal desagrada a Deus e que não se deve fazer, entendeu?! Na escola dela tinha o catecismo aos sábados, que ela dava pra quem queria fazer a Primeira Comunhão. Ela preparava as crianças de sete anos pra primeira comunhão. Eu fiz a primeira comunhão já com 7 anos de idade, frequentei o catecismo, fiz a primeira comunhão com 7 anos de idade. Ela me ensinava as orações e tinha que decorar o catecismo e ela fazia as perguntas que vinham no livrinho do catecismo e tinha que responder. Eu aprendia com ela as aulas, mas também tinha o catecismo da igreja. As orações, Pai-Nosso, Ave Maria, Creio em Deus Pai... “Santo Antônio Pequenino me levei em bom caminho, que o demônio não me atende nem de noite, nem de dia, nem no pino de meio dia. Se eu tiver dormindo acordai-me, se eu morrer iluminai-me”. Sei lá, eu já me esqueci, mas acho que era assim. Tanto que ela está sepultada, o corpo dela foi sepultado na Igreja Matriz de Mamanguape, no lado esquerdo do Altar Mor de Nossa Senhora. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista concedida em 2021).

Segundo a igreja católica, a catequese é um rito de introdução dos jovens, sendo necessária por ser uma educação da fé das crianças e dos jovens, que compreende “especialmente um ensino da doutrina cristã com o fim de os iniciar na plenitude da vida cristã” (CIC, 5). Por ser muito católica, Nena Garcez incentivava seus alunos ao catolicismo e também fazia o trabalho de catequização para a “Primeira Comunhão”, ritual sagrado do catolicismo, catequizando inclusive, sua filha. Chama-se a atenção para a idade das crianças a serem catequizadas - 07 anos – ou seja, ainda bem pequenas e no início da alfabetização ou recém alfabetizadas. Atualmente, as aulas de Catecismo, bem como o ritual da Primeira Comunhão ainda acontecem em algumas escolas, em especial nas da rede privada; a idade das crianças, no entanto, passou a ser em torno de 10 anos e 11 anos.

Por meio do relato nota-se também que a professora Umbelina fazia uma exposição da doutrina católica a ser assimilada através do catecismo e ser obedecida sem questionamentos, uma vez que representavam os “ensinamentos de Deus” e deveriam ser “decorados”⁴⁰. Assim, a professora constituía uma cultura escolar em que o etos do campo religioso católico era mantido na escola pública laica. Destaque-

⁴⁰ Segundo Athusser (1970, p. 33-34), “a ideologia dominante invade os aparelhos de estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados aparelhos ideológicos de Estado, mesmo que pertençam formalmente ao Estado o conservem um jurídico ‘privado’: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural etc.”.

se que ao discorrer acerca dos contornos da civilização, da cultura e da educação brasileira, não pode-se prescindir de sua origem, fortemente imbricada ao cristianismo difundido pela igreja católica por meio das diversas ordens que aqui chegaram desde o início da colonização portuguesa. Ao longo dos praticamente quatro séculos (séc. XVI, XVII, XVIII e XIX), sob os quais o Brasil esteve na condição de colônia e, depois, império de Portugal, a ordenação doutrinária e dogmática da igreja católica manteve-se ratificada pelas variadas versões do catecismo cristão, sendo presente ainda hoje em muitas escolas. Em geral, é possível afirmar que o catecismo católico que era difundido nas instituições educacionais nesse período, tinha a função de fortalecer a evangelização cristã e assegurar o poder institucional da Igreja, demarcando um lugar de importância e destaque na sociedade brasileira. Compreende-se que, a partir do exposto, a catequese, a formação de professoras catequistas e a relação entre estas e a educação escolar, especialmente no tocante a educação pública, suscitam um estudo e aprofundamento à parte, em outro trabalho de pesquisa.

Dando prosseguimento às memórias de Lourdes, ela relembra a oração do “Pai Nosso Pequenino”, que foi ensinada por sua mãe, a professora Umbelina Garcez, durante sua infância e à qual nunca esqueceu.

No que tange ao sepultamento na igreja, até meados do Séc. XIX havia uma forte cultura funerária intimamente ligada às instituições religiosas. Acreditava-se que dessa forma, os mortos estariam mais próximos dos santos, sendo o sepultamento no interior dos locais sagrados era sinal de prestígio para os católicos. Esse costume permaneceu, oficialmente, até serem instituídas leis que se preocupavam com a saúde pública e as doenças que os corpos em decomposição traziam para os frequentadores assíduos das igrejas, proibindo o sepultamento nas igrejas. Extraoficialmente, os sepultamentos nas portas, paredes, pisos e altares das igrejas ainda continuaram acontecendo até os cemitérios se consolidarem como locais próprios para o enterro dos mortos. Segundo ROLNIK (1997),

Com maior assimilação da população sobre as novas noções públicas de higiene, é que essa tradição foi definitivamente encerrada e os cemitérios, que antes eram vistos como locais de proximidade com os santos, passaram a ser vistos como locais de disseminação de doenças.

No caso da professora Nena Garcez, ela foi sepultada primeiramente no cemitério público da cidade, sendo depois removida e transferida para a igreja, como

poderemos constatar a partir de sua certidão de óbito. Adotando um olhar indiciarista, inferimos que por ela ser católica praticante e ter participado ativamente das atividades da igreja durante toda a vida, sua família e o sobrinho resolveram transferir seus restos mortais para a igreja como forma de homenageá-la.

Figura 14: Certidão de óbito de Umbelina Garcez.(2009).


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 Maria da Penha Ribeiro da Cunha
 Oficial do Registro Civil
 Antônio Dutra Ribeiro
 Substituto
 Eliete Araújo Cavalcanti Ribeiro
 Escrevente
 Município de MAMANGUAPE-PB

REGISTRO CIVIL
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE MAMANGUAPE
 AVENIDA JOÃO PESSOA, 78 – FONE: (083) 292-2292

CERTIDÃO DE ÓBITO

Maria da Penha Ribeiro da Cunha, oficial do Registro Civil desta cidade, servindo na forma da Lei, etc.

CERTIFICO que, em data de 11 de abril de 1951, no livro 18-C, às fls 87v, 88, sob o Nº 4.586, foi feito o Registro de Óbito de **UMBELINA GARCEZ**, falecido(a) em dez de abril de mil novecentos e cinquenta e um, às 18:50 horas, domicílio, à Travessa Duque de Caxias, nº 44, Mamanguape, PB, do sexo feminino, de cor branca, profissão funcionária Pública aposentada, natural deste Estado, domiciliado (a) e residente nesta Cidade, com 93 anos de idade, estado civil solteira, filho(a) de Miguel Garcez Alves Lima, e de Umbelina garcez Alves Lima, falecidos, tendo sido declarante O seu Sobrinho: Pedro Garcez Alves Lima e o óbito atestado pelo Dr. Djalma de Araujo Barbosa que deu como causa da morte em consequencia de paralisia causa primaria e apoplexia cerebral causa secundária, O Sepultamento foi realizado no Cemitério Público desta Cidade. Observações: O óbito foi registrado no dia 11/04/1951. Que sua tia deixou bens com testamento conhecido.

O referido é verdade e dou fé.
 Mamanguape, 09 de fevereiro de 2009

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Maria da Penha Ribeiro da Cunha
 Oficial do Registro Civil
 Antônio Dutra Ribeiro
 Substituto
 Eliete Araújo Cavalcanti Ribeiro
 Escrevente
 Comarca de MAMANGUAPE-PB

Fonte: Documentos do acervo privado da família Garcez.

Figura 15 – Sepultura de Nena Garcez - Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, ao lado do altar de Nossa Senhora. Mamanguape, PB, 2023.



Fonte: Fotografia efetuada pela pesquisadora, 14/07/2022.

Observa-se na fotografia que a lápide da professora Umbelina Garcez traz a inscrição “Lembrança do sobrinho Prof. Dr. Antônio Garcez”. Em seu livro “Nena Garcez e Eu” (p. 15), Lourdes Garcez conta que Antônio era o sobrinho “bastardo” da professora Umbelina, filho de seu irmão Jorge com a escrava Martha Maria da Conceição⁴¹, que foi comprada em Alagoa Grande para ser mucama (babá) da professora quando ela era criança. Após ser libertada, a negra Martha foi morar na capital Parahyba (hoje, João Pessoa) com o filho, onde trabalhava como lavadeira.

Com o falecimento de sua irmã Amélia, Nena Garcez não teve condições de manter a casa e cuidar da mãe. Então, levou D. Zuzú de volta para o sítio em Batalha do Espírito Santo, onde morava o irmão Miguel, e passou a morar com Martha, sua ex-mucama, mulher negra, pobre, antes escravizada, tratada como objeto, mercadoria e patrimônio, que após liberta passou a viver à sua própria sorte, entregue às mazelas sociais da época, morando na capital e trabalhando como lavadeira. Mesmo depois de alcançar a liberdade, Martha mantém o vínculo com Umbelina e a acolhe em sua casa na capital, dividindo com ela o espaço e as responsabilidades do lar. Tais responsabilidades fizeram Nena Garcez valer-se das prendas domésticas aprendidas com a avó paterna e bordar vestidos de noiva, além de balas de laranja e de coco

⁴¹ O nome completo da escrava liberta Martha foi encontrado no registro de casamento de Antônio Garcez.

para Antônio, filho de Martha, vender no tabuleiro (GARCEZ, 2010, p. 17). Sobre a relação entre os escravos domésticos e as famílias que os mantinham sob domínio, Arlindo Caldeira (2017), em entrevista ao site “Nascer do Sol” profere:

Os escravos domésticos muitas vezes são considerados quase um elemento da família. [...] A situação varia muito e não é pelas condições de tratamento que podemos caracterizar o escravo. O que o caracteriza é a total falta de autonomia, a despersonalização, e a possibilidade de estar sujeito a todos os abusos (CALDEIRA, 2017).

Pode-se dizer que Martha era considerada “quase um elemento da família” pela professora Umbelina Garcez, pois foi sua mucama durante a infância e continuou mantendo contato muito próximo e o vínculo afetivo, mesmo depois de deixar a casa da família Garcez, sendo bem tratada. A relação de poder entre ambas, porém, permaneceu, sendo transmitida também a Antônio, que foi ensinado a chamar a professora de “Sinhá Nena” como sinal de “respeito”⁴² e obediência, tratamento que manteve até o falecimento dela. Tal fato conduz a inferência que Martha manteve-se sujeita a subserviência mesmo após sua “libertação”. Interpreta-se que tal postura se dava pelos anos que viveu sob dominação como escrava e pelos costumes e valores da sociedade daquele período, que ainda mantinham a visão escravista.

A situação do tratamento dos escravos variava muito, estivessem eles libertos ou não; o que faz com que se possa afirmar que a caracterização da condição de escravo não se dá pelo modo como é tratado, mas pela falta de autonomia, despersonalização e a possibilidade de estar sujeito a todo tipo de abusos. Importante esclarecer, ainda, que era comum os senhores, donos de escravos ou seus filhos, terem filhos com suas escravas por manterem relacionamentos que, nem sempre eram consensuais. O corpo da mulher escrava era objeto de desejo sexual por parte dos homens brancos, por ela ser negra e estar em condição de dominação. A mulher branca, ao contrário, era vista como mãe, dona de casa, protetora, devendo ser “respeitada”. A mulher negra escravizada servia para ser concubina e o homem branco podia se “amancebar” com ela, mas não podia casar pois a diferença socioeconômica, cultural, as crenças e o preconceito impediriam uma relação harmoniosa. De acordo com CONCEIÇÃO (2021, p. 110), “era considerado como um relacionamento vergonhoso, contrário ao status quo vigente, vilipendiado pela igreja

⁴² Grifo nosso.

católica, que por princípio, se recusava a celebrar matrimônio”. Uma família arrazoada pelos princípios tradicionais, não podia ser constituída fora dos padrões sociais estabelecidos pela igreja católica, que definia as regras e a conduta da sociedade. No entanto, havia uma ideia pré-concebida que, caso nascesse um filho homem do relacionamento, esse poderia ser reconhecido e adotar o sobrenome do pai; se nascesse uma mulher, teria que adotar o sobrenome da mãe ou, o da mãe e o do pai (somente se o pai concordasse em dar seu nome à filha). Nas famílias compostas entre o senhor e uma escrava, ao se legitimar o reconhecimento paterno dos filhos, a mãe era considerada liberta (SAMARA, 1984). A partir do contexto enunciado Antônio, filho da escrava Marta com Jorge Garcez, sendo filho de mulher negra escravizada com homem branco, recebeu o sobrenome do pai, tendo sua mãe liberta.

Quando Martha faleceu, Umbelina Garcez já era professora e morava em Mamanguape, estando em melhores condições econômicas e sociais. Assumiu, então, a criação do sobrinho Antônio, o qual ensinou e colaborou para a sua formação:

Por ser filho de uma escrava, ele aprendeu a chama-la de “Sinhá Nena”, forma como a tratou por toda a vida. Filho de negra com branco, Antônio nasceu caboclo numa época de maior preconceito racial que hoje. [...] Naturalmente, sofreu humilhações por onde estudou, mas o sofrimento talvez tenha reforçado sua luta para conquistar o título de “Doutor”, como acabou conseguindo ser um dia. Muitas vezes, quando Antônio se juntava aos primos para plantar ou brincar, perguntavam-lhe: “O que você vai ser quando crescer?”, ao que ele logo respondia: “Vou ser doutor!”. E os outros diziam zombando: “Onde já se viu um doutor negro?”. Antônio, injuriado pelo preconceito dos primos, ia se queixar a D. Nena, que lhe dizia: “O valor do homem é a sua sabedoria e não a sua cor. Quanto mais você aprender, mais valor terá na vida”. [...] Ela o ajudou com muito gosto porque ele era inteligente e tinha ambição de aprender e crescer. Tanto, que depois de se formar professor, já casado, foi para Recife estudar e se formou advogado. Era desejo de minha mãe (Nena Garcez) que todos os sobrinhos fizessem curso de nível superior, mas apenas Antônio, filho da escrava Marta, lhe deu essa alegria. Os outros não foram além do curso primário. (GARCEZ, Lourdes, 2010, p. 26-29)

Antônio era caboclo, filho de negra com branco, e sofria preconceitos e dificuldades numa sociedade racista, com ranços comportamentais do sistema escravista que se perpetuaram no regime republicano. No trecho citado, fica claro o racismo e o preconceito arraigado no meio social, já que Antônio era motivo de desdém dos próprios primos com quem convivia. Os desafios enfrentados na busca

pela escolarização e permanência na escola eram comuns às crianças com raízes negras, que precisavam lidar com dificuldades advindas da sua origem.

Embora as memórias escritas no livro “Nena Garcez e eu” visem a construção do perfil dedicado e virtuoso da professora Umbelina que, dentre tantas outras ações, acolheu o sobrinho sem levar em conta a sua cor, a passagem ilustra as tensões existentes acerca da escolarização da população negra e traduz a visão de condição subalterna desta gente no século XX, décadas após a abolição dos escravos e proclamação da república, quando a educação escolar se propagava no estado. Todavia, Antônio foi o único sobrinho que chegou à formação superior. Ele atuou como professor da Cadeira do sexo masculino em Bananeiras, sendo transferido para reger a 2ª Cadeira do mesmo sexo em Mamanguape⁴³, em 15/06/1920. Em 08 de março de 1929 Antônio formou-se como bacharel em Direito na Universidade Federal de Pernambuco⁴⁴, foi promotor público em Pernambuco e, advogado e juiz em Conceição do Piancó⁴⁵, na Paraíba. Antônio também gostava de escrever contos e poesias, o que era incentivado por Nena Garcez, chegando a ter alguns de seus poemas publicados nos jornais. “O Centro”⁴⁶, da cidade de Areia-PB, publicou “Soneto” em 06 de janeiro de 1911, “O Estado da Parahyba”⁴⁷ (19 set. 1912) deu vazão à publicação de “Que Importa!”, dedicado a Bôtto de Menezes⁴⁸, o jornal “A Imprensa” (07set.1912)⁴⁹, publicou “Mandacarú”.

Antônio Garcez casou-se⁵⁰ com Ormezinda Ignêz da Costa em 19 de setembro de 1917, na capital do Estado. Não foram encontrados registros de filhos do casal. Atualmente, há em Mamanguape uma escola estadual denominada “EEEM Prof. Antônio Garcez”, o que leva a crer que ele, assim como a tia, foi figura importante no

⁴³ Informação publicada no Jornal “O Norte” de 15 de junho de 1920, p. 02.

⁴⁴ Informação obtida no Livro de Registros de Diplomas de Bacharéis Custodiados pelo Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, p. 241, atualizado em 12/08/2022, realizado por Elivanda Souza. Disponível em

<https://www.ufpe.br/documents/590249/2934417/Livro+de+Registro+de+Bacharel+e+doutores+1926+-+1973+-+Realizado+por+Elivanda+Souza.pdf/5f1e1fe8-eaf4-4317-b4af-138010edb222> Acesso em 04/02/2023.

⁴⁵ Nomeação publicada no jornal “A União” em 10 de fevereiro de 1930.

⁴⁶ Jornal encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

⁴⁷ Acervo jornalístico do IHGP.

⁴⁸ Antônio de Aguiar Bôtto de Menezes nasceu na capital do Estado da Paraíba, no ano de 1887 e faleceu em 08 de março de 1971; fez parte da Academia Paraibana de Letras e era filho do Desembargador Gonçalo de Aguiar Bôtto de Menezes e D. Maria da Piedade Bôtto de Menezes.

⁴⁹ Jornal encontrado no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba – Cúria.

⁵⁰ Registro de Casamento no 1º Cartório do Registro Civil da Capital do Estado, livro nº 13, fl. 331. Disponível em www.familysearch.org Acesso em 23/10/2021.

cenário mamanguapense. A partir de sua ligação com Nena Garcez, que foi responsável por sua escolarização e formação, compreende-se a homenagem registrada na lápide da professora.

No atestado de óbito, é possível ler no campo ‘Observações’, já no final da página, a afirmação “*que sua tia deixou bens com testamento conhecido*”. Em visita ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGPB, o senhor Aduino Ramos, escritor, pesquisador e primo de Nena Garcez, me indicou livros de pesquisa e me presenteou com alguns livros de sua autoria, frutos de suas pesquisas e os quais me foram de grande valia na empreitada de desvelar a biografia da professora. Dentre os livros recebidos de Aduino Ramos consta “Testamentos e Inventários II”, que traz o testamento da professora Umbelina Garcez nas páginas 62 a 64, onde consta o seguinte texto⁵¹:

Testamento da Professora Umbelina Garcêz – Mamanguape 1994 – Umbelina Garcêz Alves de Lima filha do Capitão Miguel Alves de Lima e de sua esposa D. Umbelina Augusta do Rego Barros, estes casados aos 21.06.1857, na capela de São Felipe do Engenho Poxi de Cima, Cruz do Espírito Santo. A professora Umbelina (D. Nena) nasceu aos 14.08.1859, possivelmente no sítio Santa Tereza, em Cruz do Espírito Santo, onde foi batizada aos 27.08.1862. Formou-se pela Escola Normal da Paraíba no ano de 1898 e lecionou em Mamanguape. No ano de 1944 a professora resolveu fazer o seu testamento, o qual aqui transcrevemos.

CERTIDÃO

Certifico, a requerimento verbal de pessoa interessada, que da busca procedida nos livros de notas de escrituras deste cartório, verifiquei constar no livro 31, fl. 42/43v a escritura do teor seguinte: “Escritura de Testamento que faz D. Umbelina Garcez. Saibam quantos virem a presente escritura de testamento que aos vinte três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, nesta cidade de Mamanguape – sede da Comarca do mesmo nome, do Estado da Paraíba, em cartório, perante mim tabelião, compareceu como outorgante testadora D. Umbelina Garcez, maior, funcionária pública aposentada, solteira, brasileira, domiciliada e residente nesta cidade, minha conhecida e das cinco testemunhas idôneas adiante nomeadas, qualificadas e assinadas, também minhas conhecidas e que foram especialmente convocadas para este ato, do que dou fé. E perante essas testemunhas, pela outorgante testadora D. Umbelina Garcez que se encontra, digo, que se acha em seu perfeito juízo e no gozo pleno de suas faculdades intelectuais, segundo o meu e o parecer das testemunhas e livre de todo e qualquer induzimento ou coação, me foi dito que de sua livre e espontânea vontade, resolveu fazer o seu testamento e disposição de última vontade, revogatório de qualquer

⁵¹ Transcrito conforme apresentado no livro “Testamentos e Inventários II”, de Aduino Ramos, 2012, p. 62-64, encontrado no IHGPB.

outro anterior, usando em todas as suas declarações de idioma nacional, como de fato, pela presente escritura e na melhor forma de direito, ora o faz, declarando o seguinte: que tem setenta e oito anos de idade, não lhe ocorrendo a data exata de seu nascimento, tendo nascido nos subúrbios da Capital deste Estado; que não tendo herdeiros necessários, quer descendentes ou ascendentes, e podendo por isso dispor livremente da totalidade de seus bens que então existirem por ocasião da sua morte, quer e ora determina caibam uma casa aos filhos de Pedro Garcez, uma aos filhos de Corina Garcez; uma parte que tem em um Carrocel a Paulo Garcez, e o mais a Maria de Lourdes Garcez, esta sua filha adotiva que criou desde o nascimento, atualmente menor de dezessete anos de idade, devendo ditos bens virem a pertencer aos donatários referidos, sendo imposta a seguinte cláusula quanto a sua referida filha Maria de Lourdes Garcez: si ela se casar, os bens que lhe couberem não entrarão na comunhão de bens, tendo filhos passarão a estes, e não os tendo, ou falecendo solteira, passarão ditos bens ao orfanato D. Ulrico; que para seus testamentários nomeia, em primeiro lugar a D. Rosa de Lima Navarro, em segundo o Dr. Hermes Pessoa de Oliveira, que deverão servir na falta um do outro, aos quais dá por abonados em juízo ou fora dele; que pelo presente revoga todo e qualquer outro testamento que, por ventura haja feito anteriormente, para que só este tenha inteira e plena validade como manifestação de sua última vontade. Disse finalmente que por esta forma tem feito este seu testamento e disposição de última vontade e roga à Justiça do País, dê ao mesmo inteiro e fiel cumprimento, tanto quanto em direito se lhe possa dar. Assim o disse na presença das testemunhas, do que dou fé, me pediu e eu lhe lavrei esta escritura de testamento, a mim distribuída, a qual depois de lida a outorgante testadora em voz alta e bem clara, perante as testemunhas desde o início a tudo presentes, Manoel Hemogenes da Costa, brasileiro, funcionário público; Antônio Serrano Navarro, brasileiro, funcionário público, casado; Manoel Baltazar da Costa Farias, farmacêutico, brasileiro, casado; Alexandre Aragão, brasileiro, funcionário público, casado e João Leonardo Luna, brasileiro, artista, solteiro, todos idôneos, minhas conhecidas; dou fé, domiciliadas e residentes nesta cidade. Posto por fé haverem sido cumpridas todas as formalidades do artigo 1632 do Código Civil Brasileiro. Eu, Antônio da Silva Ramos, tabelião que o escrevi e assino em público e raso. Mamanguape, 23 de janeiro de 1944. Em tempo: Foi ainda dito pela testadora que deixa o seu Monte para a sua referida filha Maria de Lourdes Garcez, a respeito do que já fez declarações; dou fé. Custas Cr\$80,00. (aa) Umbelina Garcez – Manoel Hemogenes da Costa. Antonio Serrano Navarro. Manoel Baltazar da Costa Farias. Alexandre Aragão. João Leonardo Luna. Em Test^o (sinal) da verdade. O 1^o Tab. P^o Antônio da Silva Ramos. Era o que se continha em dita escritura aqui fielmente transcrita. Eu, Teresa Ramos Lins, tabelião, datilografei a presente. (RAMOS, 2012, p. 62-64).

Testamentos são documentos produzidos antes da morte, onde se registra a última vontade do testador, que precisa estar provido de suas plenas facultades mentais. Além do(s) testador(es), compõem um testamento a testamentária, que é a

execução do testamento, testamentário, que é a coisa do testamento, e o testamenteiro, que é a pessoa encarregada de executar a vontade do testador.

Inicialmente, os testamentos foram utilizados em estudos e pesquisas franceses sobre a 'História da Morte', alastrando-se naturalmente para pesquisas em outros países e passando a ser apresentados em investigações das mais diversas áreas, como a das mentalidades, morte, doutrina, religiosidade, crenças e comportamentos, dentre outros. Esses documentos possibilitam ao historiador (re)construir parte da identidade dos sujeitos, haja visto que descrevem “a composição das casas de moradia, o vestuário, os padrões de estado civil, o número de filhos, os agregados, as relações creditícias em que estes se envolveram, a religiosidade, o compadrio, a composição de riqueza” (MIRANDA, 2016, p. 72). Além de informar sobre a cultura material e a economia privada individual, os testamentos expressam modos de viver coletivos ao discorrer sobre comportamentos de grupos sociais, mobiliários, ferramentas de trabalho, animais de estimação, joias e outros objetos/ materiais através dos quais pode-se identificar a economia e os costumes de uma determinada região. Na atualidade, o Código Civil brasileiro acolhe três formas de testamentos ordinários, sendo o *público* - realizado pelo tabelião, o *cerrado* - também chamado de místico, feito sigilosamente pelo testador, que o submete à aprovação do tabelião, e o *particular* - que é escrito pelo testador e deve ser lido e assinado na presença de três testemunhas que, após a morte daquele, devem reconhecer em juízo o instrumento e confirmar seu teor (ARAÚJO, 2019).

Segundo os dados apresentados, o testamento de Nena Garcez foi feito em 23 de janeiro de 1944⁵², quando ela já tinha 85 (oitenta e quatro) anos, embora tenha sido

⁵² Nessa época estava em vigor no Brasil o Código Civil de 1916, o qual tinha como requisitos que fosse escrito por um oficial público, tivesse a presença de cinco testemunhas que deveriam assistir a todo o ato, que fosse lido pelo oficial na presença de todos(as) e que, em seguida a leitura, fosse assinado pelo testador. Atualmente, o Direito pátrio brasileiro admite três formas de testamentos ordinários: público (realizado pelo tabelião), cerrado (também chamado de místico, que é o feito sigilosamente pelo testador, que o submete à aprovação do tabelião) e particular (que é o escrito pelo testador e deve ser lido e assinado na presença de três testemunhas, que após a morte daquele, devem reconhecer em juízo o instrumento e confirmar seu conteúdo). E existem também três formas de testamentos especiais: marítimo (elaborado pelo próprio testador ou ditado ao comandante em navios nacionais, em viagens de alto-mar, perante duas testemunhas), aeronáutico (é o elaborado pelo próprio testador ou ditado à pessoa designada pelo comandante, em viagem em aeronaves nacionais, militares ou comerciais, perante duas testemunhas) e militar (é a disposição de última vontade de militares ou por pessoas a serviços das Forças Armada, em campanha, dentro ou fora do país, ou, em virtude de guerras). Essas formas testamentárias podem ser utilizadas por qualquer pessoa, em qualquer momento de sua vida, com exceção a algumas pessoas incapacitadas para certas formas. Cada uma dessas formas apresentará vantagens e desvantagens e a escolha cabe exclusivamente ao testador.

registrado que ela declarou ter 78 (setenta e oito) anos na época, dizendo também “*não lembrar a data exata do seu nascimento*”⁵³, fato que ela às vezes também afirmava para a filha. Contudo, foi assegurado pelos presentes (tabelião e cinco testemunhas, conforme o assegurado na legislação vigente no período) que Nena gozava inteiramente de suas faculdades mentais. Durante a leitura do testamento da professora pode-se observar que ela teve como foco a proteção dos familiares por meio das futuras gerações da família, deixando um imóvel para os filhos de cada um dos sobrinhos. Como principal herdeira, a professora nomeou a filha adotiva Lourdes Garcez (nossa principal testemunha e entrevistada nesta pesquisa), o que se fazia necessário para garantir que seus bens passariam a ela, já que não era filha “de sangue”. Verifica-se que o instinto de proteção ao bem estar e às condições materiais da filha também se encontra presente ao assegurar que, caso Lourdes viesse a se casar, sua herança não entraria na comunhão de bens e, tendo filhos, os bens herdados passariam a estes. Pressupõe-se que tal acautelamento se deu, possivelmente, em razão de ter vivenciado a decadência da condição financeira familiar após a morte de seu pai, passando dificuldades para se sustentar, gerir a família e reestabelecer uma condição financeira satisfatória. Focaliza-se, ainda, que caso a filha não casasse e/ou não deixasse herdeiros, os bens herdados deveriam ser destinados ao Orphanato Dom Ulrico, ocorrência que se justifica por Lourdes ter passado oito anos na referida instituição.

Concernente ao carrossel citado, este havia sido comprado em sociedade com seu compadre, João Evangelista, para rodar durante as festas da cidade, especialmente nos festejos dos santos padroeiros - São Pedro e São Paulo – e nas festas de fim de ano, sendo eu sobrinho Paulo Garcez o responsável e, à vista disso, também o herdeiro. Deduz-se que o carrossel fosse, na realidade, uma fonte de renda do sobrinho; contudo, não há comprovações disso, apenas indícios.

Por intermédio da leitura do testamento da professora Umbelina depreende-se a dinâmica da vida familiar nos anos pregressos a sua morte, as relações que ela

Existe ainda, dentro do testamento militar, a forma nuncupativa, que pode ser feito oralmente, perante duas testemunhas, por militares em combate, ou feridos. Há ainda uma forma restrita de dispor *causa mortis*, que é o *codicilo*, que consiste em um ato de última vontade escrito, datado e assinado por pessoa capaz de testar que dispõe de pequenas dádivas ou faz pequenas disposições sobre seu enterro, esmolas, roupas, joias de pequeno valor.

⁵³ *Grifo nosso*.

mantinha esses familiares, seus empreendimentos, as informações e os laços com a filha, seu progresso e sucesso diante das adversidades que enfrentou (expresso materialmente pelos vários imóveis que possuía e destinou aos familiares), seu dinamismo e seu pensamento audacioso e póstero ao certificar-se de manter a única filha (mulher e adotiva) financeiramente amparada.

2.4 Não tinha vocação pra mãe. Tinha vocação pra professora.

Adotada quando dona Nena já contava com 67 (sessenta e sete) anos de idade, Lourdes foi entregue pelo pai biológico quando tinha cinco meses e diz ter sido uma criança “levada” a qual a mãe adotiva, Nena Garcez, não conseguia acompanhar o dinamismo pelas limitações da idade já avançada. Lourdes esteve com ela nos últimos anos de vida, até a sua morte e conta que antes dela a professora já havia criado outras crianças.

Após a perda da mãe, D. Nena criou uma menina, Severina Gomes que, além de ser sua companhia, era encarregada dos trabalhos domésticos. [...] Severina era quem cuidava de mim enquanto minha mãe de criação lecionava. [...] Com a professora moravam Severina Gomes, Pedro (seu sobrinho) e a autora. Severina, a quem chamávamos de Bitá, estava namorando um rapaz de Rio Tinto chamado Raul. Pedro Garcez alertou que sua tia Nena não iria consentir o casamento com um jogador de baralho, sem profissão. Ela respondeu que iria fugir de casa com ele, mesmo sem casamento. Quando D. Nena soube dos planos de Severina, resolveu fazer seu casamento apenas no civil, para evitar a consumação de um matrimônio indissolúvel como exige a igreja católica. Ainda cedeu uma de suas casas, com mobília e tudo mais comprado por ela, para residirem depois de casados. A cerimônia do ato civil foi na sala de nossa casa, que estava cheia de convidados. Tudo decorreu muito bem, mas quando os noivos chegaram à sua casa, discutiram e brigaram a ponto de Raul surrar Severina. No silêncio da noite os gritos de socorro chegaram aos ouvidos de D. Nena, que morava a uma quadra de distância. Ela apressou-se em ir lá e trazer o casal para morar em nossa casa. Por algum tempo o casal permaneceu na casa da professora, mas depois Raul levou sua esposa para morar com a mãe dele em Rio Tinto. Como previsto, o casamento acabou. Severina mandou uma amiga escrever uma carta de João Pessoa, dizendo que estava doente, abandonada e sem dinheiro para comprar remédio. Infelizmente, a ajuda de D. Nena chegou tarde. O dinheiro enviado só serviu mesmo para fazer o enterro daquela pobre infeliz. (GARCEZ, 2010, p. 37-38).

Pelos rastros não ditos nas páginas do livro “Nena Garcez e Eu”, escrito por Lourdes, compreende-se que a personalidade conservadora de Nena Garcez, herdeira do sistema escravocrata e com fortes costumes arraigados, seguiu os ditames sociais do “tutelamento” de crianças ou jovens desvalidas para companhia e o desempenho do serviço doméstico não remunerado, tendo em vista que o trabalho era exercido em troca de subsistência. Como viu-se no caso de Severina Gomes, esta permaneceu em companhia de Nena Garcez até seu casamento, sendo também acolhida quando as complicações de relacionamento com o marido apareceram. No entanto, após a ida para morar com a família do esposo, não houve a manutenção do vínculo afetivo, retornando o contato apenas com o adoecimento dela, já próximo a sua morte.

No início do século XX a adoção ainda não possuía regulamentação no Brasil, sendo muito comum as famílias apenas transferirem a guarda da criança para outra família ou para os orfanatos mantidos, em sua maioria, por instituições e/ou ordenações religiosas. Grande parte das crianças adotadas não recebiam educação formal, sendo mantidas como criadas para trabalharem em serviços domésticos ou em oficinas, tendo em troca abrigo e comida. Na verdade, a grande maioria dos adotantes não queria adotar um filho, e sim, conseguir um meio de obter mão de obra barata, já que a escravidão havia “acabado” (legalmente).

Somente com o Código Civil de 1916 a situação da adoção foi regulamentada, devendo ser acordada entre as partes interessadas. Dessa forma, as coisas permaneceram praticamente sem mudanças significativas pois, já que não havia um controle da garantia de direitos dos adotados, muitos permaneciam na mesma situação de antes, sendo adotados para ocuparem o lugar de serviçais. As regras também não beneficiavam as crianças adotadas pois os candidatos a adotantes tinham que ter mais de 50 anos de idade, não ter filhos biológicos e ter, no mínimo, 18 anos de diferença de idade do(a) adotado(a) e, caso o(a) adotado(a) fosse acusado(a) de “ingratidão” contra o(a) adotante, o vínculo era considerado desfeito. Além disso, crianças adotadas eram consideradas “filhos de segunda categoria” e não tinham os mesmos direitos dos filhos biológicos. Segundo Azevedo (2004, p. 04),

[...] De modo geral, a análise dos documentos mostra que, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a tutela deixou de ser usada segundo os princípios de proteção da criança para se tornar um amplo mecanismo de agenciamento do trabalho infantil. Não raro, as pessoas faziam pedido de tutela para terem crianças e adolescentes executando-lhes serviços de forma compulsória.

Quando Lourdes nasceu, em 10 de abril de 1926, a normatização controversa do Código Civil de 1916 sobre os processos de adoção continuava em vigor e as adoções informais continuavam acontecendo. Aquelas famílias que realmente queriam ter filhos e, por algum motivo, não podiam, acabavam acolhendo crianças de pais que não podiam criar seus filhos e registravam em cartório como filhos legítimos. Dessa forma, Lourdes foi registrada como “Maria de Lourdes Garcez”, com o nome dado por sua mãe consanguínea e o sobrenome da professora Nena:

Em setembro de 1926, ao amanhecer, Rodolfo Lacerda e Maria, minha mãe, acomodaram-me dentro de um caçoá bem alcochoado, sobre o dorso de um cavalo, onde viajei pela primeira vez na vida por uma extensa estrada, do município de S. João a Mamanguape. Pela manhã, quando chegamos a casa da professora, ela ainda estava na igreja. Foi Severina quem me acomodou numa rede. [...] Eu tinha apenas cinco meses de idade. D. Nena, ao chegar da igreja, leu o bilhete que Rodolfo lhe entregou, onde minha mãe pedia que eu fosse batizada com o nome de Maria de Lourdes, falava do meu hábito de dormir emborcada e da minha alimentação com mingau de araruta. [...] D. Nena chamava-me carinhosamente de “Didi”. (GARCEZ, 2010, p. 30-32)

Por meio desse registro no livro “Nena Garcez e Eu”, Lourdes Garcez conta ser filha legítima de Maria (?)⁵⁴ e Rodolpho Lacerda Chaves⁵⁵, a época com vinte e dois anos. Ela foi adotada e criada pela professora Umbelina Garcez como filha e, a avó paterna, Julia Lacerda Chaves, auxiliava na criação de Lourdes mantendo uma vaca de leite no sítio de Nena. Embora não fosse muito de mimos e carinhos, a professora apelidou a filha adotiva de “Didi”, mantendo a postura de mãe. No entanto, a manutenção da casa e das condições de vida eram sua maior preocupação, conforme nos relata em entrevista a própria Lourdes Garcez:

⁵⁴ Embora no livro tenha o nome “Maria”, fui informada que Lourdes Garcez soube, depois, que o nome de sua mãe consanguínea era Lucília Nunes de Castro.

⁵⁵ Durante a pesquisa nos arquivos da igreja encontrou-se o registro de nascimento de Rodolpho Lacerda Chaves, contendo como sua data de nascimento 02/01/1904, sendo ele filho de Francisco Ferreira Chaves e Júlia Lacerda Chaves. Posteriormente, em consulta ao Family Search, foi encontrado o mesmo registro e o ano de seu falecimento como sendo 1982.

A minha relação com ela era de mãe e filha. Eu fui criada, fui com 5 meses de idade. Antes de mim ela criou outras 7(sete) crianças. Eu fui a oitava. Fui pra casa dela e ela me criou, mas fui levada pelo meu pai. E eu sou filha de um ex-aluno dela, que ele era muito novinho, Rodolfo Lacerda, e não tinha condição de me criar. Então, quando eu nasci, ele foi lá e perguntou pra ela se ela me criava como filha dela, ela disse que criava. Aí ele me levou pra ela me criar com 5 (cinco) meses de idade. Ela não era amorosa de fazer carinho, de afago. Não. Ela era de zelar, tomar conta, de prover, sustentar, de não deixar faltar nada, mas ela era dura, fria. Ela não tinha vocação pra mãe, não. Ela tinha vocação pra professora. Era de ensinar, de exigir, de corrigir os modos, o comportamento, entende?!. Mas assim mesmo ela foi ótima, porque ela fez tudo por mim que uma mãe podia fazer.

Neste depoimento, Lourdes afirma novamente que a forma de Nena Garcez demonstrar o amor e a preocupação com quem gostava era suprindo as necessidades e não deixando “faltar nada”, mas em relação a carinho, era uma pessoa seca e de poucos afagos. A filha define Nena Garcez como melhor professora do que mãe, tendo em vista que ensinar e corrigir, fossem as atividades escolares ou o comportamento cotidiano, fazia parte do seu dia-a-dia dentro e fora da sala de aula. Ao corrigir o comportamento da filha, transmitia não só os valores sociais da época, mas também reafirmava sua autoridade e sua identidade professoral. Por fim, a filha adotiva externa sua gratidão e carinho por Nena, numa fala de admiração e reconhecimento da professora enquanto mãe, frisando que a professora fez todo o possível para criá-la da melhor forma.

Neste momento infere-se que o ato de lembrar, que é uma construção pessoal de cada um de nós, parte do que eu vejo e como eu vejo, o que cada memória traduz para mim, porque “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...]” (BOSI, 1994, p. 55).

Nada mais pessoal que esse percurso, que essa vivência.

Ela não era muito rigorosa não, ela só me cobrava muito honestidade. A primeira surra que eu peguei foi porque os meninos da vizinhança começaram a dizer que ela era pobre, e eu disse que ela não era, e pediram pra eu mostrar o dinheiro. Eu fui em casa peguei uma porção de nota, botei na saia, e cheguei lá mostrei pra eles. Ai a vizinha que viu isso gritou “Olha, Nena! Ela tá distribuindo seu dinheiro aqui”. Ela foi me pegar pela orelha, quando cheguei em casa, peguei uma surra de corda. Na minha criação a lei era essa: apanha primeiro, fala depois. Eu fui criada na lei da surra. E ela me disse “não se deve pegar

nada que não seja seu sem pedir e também não pode sair mostrando que tem dinheiro querendo humilhar os outros”. Eu pegava de chinelada, eu pegava de cipó de goiabeira, de corda. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 17/07/2021).

Ela diz que a mãe não era muito rigorosa, mas afirma que na sua infância foi criada “na lei da surra”⁵⁶, o que parece um contrassenso, mas que se explica pelo fato de que, o que hoje nos parece violência e exagero quanto a severidade, na época era bastante comum. Compreende-se então que, apesar de ter levado “surras”, isso não foi internalizado por Lourdes como um rigor excessivo, já que o período histórico-social no qual se deu sua infância, foi uma época em que os castigos físicos eram o método principal de demonstração de autoridade e domínio, sendo utilizados também nas escolas, conventos e instituições que acolhiam crianças e jovens.

Segundo Sérgio Adorno, a história social e política do Brasil é revestida de violência, pois são seculares “as agressões cometidas silenciosa e cotidianamente no mundo doméstico contra mulheres, velhos e crianças...” (ADORNO, 1988, p. 9).

Introduzido no Brasil no século XVI pelos padres jesuítas, o castigo físico em crianças não fazia parte da cultura dos povos originários indígenas que não utilizavam tais práticas. Já para os padres jesuítas, a correção das crianças era uma forma de amor, um “amor correccional” para que a criança desenvolvesse a “boa educação” (grifo nosso). Segundo a historiadora Mary Del Priore,

‘muito mimo’ devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos. [...] O amor de pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar é castigar e dar trabalhos nesta vida”. Vícios e pecados, mesmo cometidos por pequeninos, deviam ser combatidos com ‘açóites e castigos’. [...] (Priore, 1999, pp. 96-97)

Considera-se interessante destacar que nas sociedades provenientes de regime escravocrata, como no caso do Brasil, as punições físicas demoram a ser abandonadas pois elas “herdam” a tradição punitiva de surras e torturas. Em tal contexto, as correções e disciplinamento das crianças faziam parte de um processo civilizador que intencionava transformar condutas, isto é, “uma mudança ‘civilizadora’

⁵⁶ Para uma breve historicização sobre a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil, devem ser consultados os estudos sobre a História da criança e da infância no Brasil, particularmente os trabalhos de Alencastro (1997), Azevedo e Guerra (2001), Alves (1996), Caldana e Biasoli Priore (1996), Costa (1982), Freitas (1997), Freyre (1994), Holanda (1936/1995), Marcílio (1988a, 1988b, 1999), Massimi (1999), Nizza (1998), Paiva (2000), entre outros autores.

do comportamento” (ELIAS, 1993, p.198). Essa cultura mantém a ideia de que os pais têm o “direito e o dever” de punir seus filhos a fim de “melhor educá-los” para o convívio social, corrigindo sua “natureza pecaminosa, desviante ou perversa” e enquadrando-os no “bom caminho”. Para isso, pais e educadores podem – e devem – punir corporalmente as crianças da maneira que for necessária, do modo mais “justo e adequado” o que, para Lourdes Garcez, significava levar surra de corda, chinelo ou cipó de goiabeira.

Sendo Nena Garcez criada por uma avó severa, proveniente de família escravocrata, e seguidora do catolicismo conservador, era ela também uma pessoa que utilizava os castigos e punições para “corrigir” condutas da filha vistas socialmente como impróprias. Os castigos e surras eram aplicados de forma consciente e com alguma forma de justificativa, pois essas práticas punitivas eram exercidas no intuito de educar e disciplinar. Nessa leitura, a violência evidencia padrões de sociabilidade, exemplos de comportamentos vigentes em uma sociedade num determinado momento do seu processo histórico. Remete-se às estruturas sociais e aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. É, portanto, um fenômeno sócio-histórico, estando “inexoravelmente atado ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (Adorno, 1988, p. 7).

No meio social brasileiro, os castigos corporais passaram a ser vigorosa e constantemente questionados, porém, outras modalidades de punição os substituíram, de atributos mais psicológicos do que físicos, todavia, igualmente agressivos. Acerca de suas traquinagens de infância, Lourdes continua:

A traquinagem menor que eu fazia... Na minha casa não tinha forro e da parede pro telhado, ficava um espaço que dava um homem com o braço pra cima. Então, o que é que eu fazia? Eu subia nas paredes da casa e corria lá em cima. Isso era das menores traquinagens. Eu me lembro que eu sempre gostei muito de camarão, num é? E uma vez a empregada pegou o camarão e botou numa peneira, chamava urupema, de tala, e colocou em cima da parede. A parede que não chegava no telhado, né? Aí, ela colocou. Aí, eu subi no armário da cozinha, eu subi, me escanchei na parede, comi camarão. Comi, comi, comi. Jogava só as cabeça fora e ia comendo. Aí, no outro dia a empregada pegou o camarão pra preparar um prato, aí disse pra minha mãe: “O rato deu no camarão. O rato comeu o camarão quase todo”. Era a rata de dois pés. (risos) E eu fiquei quieta. E eu era burra de dizer que fui eu? Eu dei graças a Deus da culpa ficar no rato! (risos) Eu era muito levada e ela não aguentava comigo. Ela já tinha muita idade, né?! (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 17/07/2021).

Na **Figura 16**, mapa rodoviário da Paraíba de 1936, pode-se observar que Mamanguape só era ligada à capital, à época chamada de Parahyba, por via de estrada de rodagem que passava pelo município de Sapé, o que tornava o percurso mais longo e a viagem mais demorada.

Lourdes destaca que tinha “apenas 04 anos de idade” e já ia dar recado ao motorista do ônibus, que reservava o banco da frente para a professora Nena. Nessa passagem, percebe-se na fala de Lourdes o olhar de hoje para as vivências de ontem; ela fala de um passado que, por momentos, parece mais o presente, o aqui e agora, de forma que “A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente” (DELGADO, 2006, p. 38). Percebe-se que ela leva em conta a evolução do meio urbano que, atualmente, com o trânsito incessante de veículos e as ruas movimentadas, além de outros perigos iminentes, tornam as mães receosas de deixarem seus filhos pequenos saírem sozinhos de casa.

Philippe Ariès (1981), ao estudar a infância e perceber a colocação das crianças da idade média, em grande parte mergulhadas no mundo adulto, considera que elas não tiveram infância. Porém, Kuhlmann Jr e Fernandes (2004) afirmam que, opostamente a tese de Ariès, havia uma nítida percepção da especificidade da infância, especialmente revelada pelo acolhimento ou rejeição da mãe. Ao discorrer sobre a questão, Ariès (1981) indica que a locução “sentimento de infância” não corresponde à afeição pelas crianças, mas equipara-se à compreensão das peculiaridades infantis, que diferenciam a criança do jovem e do adulto.

Aborda-se esse tema no intuito de observar que as representações e sentimentos de infância, presentes na realidade da criança Lourdes Garcez, divergem do que hoje se considera apropriado para o universo infantil e a educação dos filhos e filhas. Nas primeiras décadas do século XX acreditava-se que era preciso educar a infância nos primeiros anos de vida pois as primeiras aprendizagens seriam absorvidas pela criança, formando sua personalidade para a “deformação ou a razão” (SIKORA e SILVA, 2008, p. 32).

Como ela lecionava de manhã e de tarde, ela não tinha muito tempo de me prestar atenção. Eu me soltava muito, me soltava muito. Foi preciso ela me internar no colégio pra me acomodar. (risos) Eu fui internada com 8 anos de idade. Eu fiz primeira comunhão com 7, com 8 anos eu fui internada no orfanato Dom Ulrico. Era pra eu ir para o Colégio Nossa Senhora das Neves, mas quando ela...Na véspera dela me levar, ela prendeu o salto do sapato no trilho do bonde e torceu o

pé, não pôde levar. Quando ela viajou comigo pra João Pessoa pra me internar, com o enxoval pronto, tudo, ela foi no cinema a noite, aí na rua, quando ela foi atravessar a rua o salto do sapato prendeu no trilho do bonde. Neste tempo havia bonde. Ela caiu e torceu o pé, ficou sem andar. Aí, quando ela ficou boa e foi me levar, eu perdi a vaga porque passou do tempo. Eu perdi a vaga. O Colégio Nossa Senhora das Neves era colégio de menina rica, lá em João Pessoa. Aí, o Monsenhor Odilon Coutinho disse pra ela: “Olha, tem umas irmãs aqui, as irmãs Santa Catarina, que a educação é muito boa, só que é orfanato, mas podia botar ela lá”. Aí, minha mãe me botou lá. Aí, eu fui criada no orfanato por causa disso. Terminei o curso primário no Orfanato D. Ulrico. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 2021)

Lourdes afirma que a mãe, Nena Garcez, dava aulas nos períodos da manhã e da tarde, o que dificultava que Nena pudesse assistir melhor a filha. Dessa forma, Lourdes conta que ficava muito solta, ou seja, fica livre para fazer o que quisesse sem ter a vigilância mais acirrada da mãe. Nesse contexto e tendo idade já avançada, a professora Nena resolveu levar a filha para estudar em colégio interno na capital. A princípio, Lourdes ficaria interna no Colégio Nossa Senhora das Neves⁵⁷, escola que atendia as meninas provenientes da elite pessoense. Contudo, com a torção acidental do pé de Nena, ela acabou perdendo a vaga e ficando interna, por conselho do Monsenhor Odilon Coutinho, que na época era Vigário Geral da Arquidiocese da Paraíba e diretor do Lyceu Paraibano, no Orfanato D. Ulrico⁵⁸, instituição confessional também católica, mantida pelas irmãs Santa Catarina de Sena⁵⁹, mas destinada a tomar conta de meninas filhas das classes trabalhadoras, desvalidas e órfãs. Por ser católica praticante e atuante, Nena Garcez tinha as escolas e instituições católicas como referência para a formação escolar da filha e, embora o Orphanato D. Ulrico não

⁵⁷ O Colégio Nossa Senhora das Neves foi fundado em 1858 através da Lei Nº 13, de 04 de novembro de 1858, durante a gestão de Beaurepaire Rohan, que era o presidente da Província da Parahyba do Nortcom a finalidade de promover a “educação moral, religiosa e literária do sexo feminino”. Sendo considerado por décadas uma instituição de forte tradição na formação das moças da elite paraibana. O CNSN foi fechado em 2002 e no seu prédio funciona atualmente a Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. (SANTOS,

⁵⁸ O Orphanato D. Ulrico foi criado em 1912 tendo como fundador o Desembargador Heráclito de Cavalcanti. Paralelamente a sua criação, foi instaurada a Comissão de Proteção, com o intuito de angariar fundos necessários a construção do prédio que passou a funcionar em 1922, mantendo suas atividades até o ano de 2010. Atualmente funciona no prédio uma escola do SENAC. Nesta pesquisa optou-se por manter a escrita do nome da instituição com a ortografia do período, “ORPHANATO” sendo fiel ao registro documental acessado. Para saber mais, consultar ROCHA, 2014 e NASCIMENTO, 2015.

⁵⁹ A Congregação das Irmãs Catarina de Sena teve sua fundação na cidade de Sena, na Itália, em 08 de setembro de 1873 por Saviana Petrilli. Desde o início lidavam com a educação de meninas pobres na infância. As Irmãs chegaram ao Brasil em 1903 e atuaram, inicialmente, na cidade de Belém do Pará. (HISTÓRICO DO COLÉGIO DAS IRMÃS CATARINA DE SENA, 2005, p. 01).

fosse uma escola da elite, foi considerado adequado tendo em vista que a formação escolar era uma forma de garantir o futuro de Lourdes. Sendo esta uma instituição educacional católica, asseguraria a formação da menina dentro dos preceitos e da moral cristã de obediência, vigilância e controle, desenvolvendo o perfil de mulher considerado ideal naquele período, o que indicava uma educação para cuidar do lar, do marido e dos filhos. A historiografia paraibana aponta as instituições educacionais da igreja católica foram, por décadas, responsáveis por promover a educação e disciplinar tanto a elite, como os pobres da Paraíba.

Ela pagava cinquenta Réis, ou era cinquenta mil Réis, por mês pra eu ficar no orfanato. E eu estudei lá. Devia ser cinquenta Réis. Entrei com oito anos, saí com catorze. Ela foi me visitar só uma vez. É porque ela morava em Mamanguape, e o orfanato era em João Pessoa. Era ruim pra ela ir. O regime de internato, tinha algumas que não ficava nos finais de semana no internato... Então, não era igual para todas; tinha hora de rezar o terço... Olha, eu não sentia saudade e eu vou lhe dizer porque: porque na minha casa eu não tinha irmã e lá no orfanato eu tinha muita menina pra brincar. Naquele tempo, sabia lá o que era saudade não! Queria só saber que eu tava no meio das meninas, eu tava jogando bola. Todo mês ela mandava carta. Ela mandava pagar, mandava mais um dinheiro pra mim e mandava carta. Nunca falhou nem um mês. Eu respondia todas as cartas dela. Ela monitorava de alguma forma, como possível pra ela naquela época. E se eu cometesse algum erro de português, na outra carta vinha a correção. Era! Ela corrigia. Na outra carta, corrigia. Ela educava até a distância.

Nas primeiras décadas do século XX, as meninas chegavam aos orfanatos pelos mais diversos motivos (abandono, incesto, miséria, fruto de estupro, ilegitimidade), sendo os tutores vistos como distintos cidadãos por serem bondosos e caridosos ao mantê-las.

O Orphanato D. Ulrico, uma instituição assistencialista confessional para meninas desvalidas, fazia parte das estratégias de ordenamento e controle das crianças pobres, com participação de uma elite dirigente. Mantinha alunas filhas de trabalhadores em regime de externato, que passavam o dia e os responsáveis vinham buscar no final da tarde; de semi-internato, que iam para a casa de familiares ou responsáveis nos finais de semana, e as internas, como Lourdes, que moravam na instituição. Essas, só podiam receber visitas uma vez por mês, com dia e horário marcados e, segundo Petitat (1994), as famílias ricas que contribuía para essas instituições, depois de alguns anos costumavam receber as meninas prontas para

realizarem o trabalho doméstico nas suas casas, o que demonstra que essa instituição incorporava o âmbito educativo ao âmbito do trabalho.

Nos anos em que esteve interna no Orphanato, Lourdes Garcez recebeu a visita de Nena apenas uma única vez, fato incomum para uma mãe nos dias atuais, mesmo já sendo idosa. Na época, entretanto, muitas famílias que moravam no interior e tinham condições mantinham as filhas em escolas internas, predominantemente católicas, confiando às freiras o preparo das moças para o desempenho do papel “adequado” na sociedade, mas estas famílias costumavam visitar as internas mensalmente ou levá-las de volta ao aconchego da família nos períodos de férias. Sublinhe-se que as escolas destinadas às meninas e moças provenientes da elite se diferenciavam dos orfanatos, estes últimos mais preocupados em garantir que as jovens sob seus cuidados conseguissem trabalho e tivessem pra onde ir quando chegassem a maioridade.

Lourdes destaca que todos os meses recebia uma carta da mãe, junto com a contribuição mensal de ‘Cinquenta Réis’⁶⁰ para a instituição e “mais um dinheiro” para ela gastar. Ela justifica que não sentia saudades de sua casa em Mamanguape por ser ainda muito criança e não ter consciência da importância da presença da mãe. Para ela, ter a companhia de outras meninas para brincar era mais importante, já que era a única criança na casa de Nena Garcez. Todavia, tem que se levar em conta que o sujeito, ao contar suas memórias, não conta o que aconteceu, mas a reelaboração os fatos de acordo com as vivências do presente; são representações do real, ressignificadas e reconstituídas pela ótica do momento em que o rememorar acontece e é evocado. Percebe-se na fala a intencionalidade de não desmerecer a figura de “mãe” da professora por tê-la colocado interna em um orfanato. Também é perceptível o intuito de demonstrar que o ofício de professora estava impregnado em Nena Garcez pois, até as cartas pessoais que a filha enviava mensalmente, retornavam com a correção da escrita.

Eu era ruim de Matemática, então, tinha uma irmã que me ajudava muito: Irmã Francisca Fonseca de Lima; ela era do Piauí. Minha mãe mandava o dinheiro e ela me ajudava. Aí, ela passou a comprar caderno bonito pra mim, com a capa que vinha o hino nacional, e

⁶⁰ Moeda corrente do período colonial até 1942.

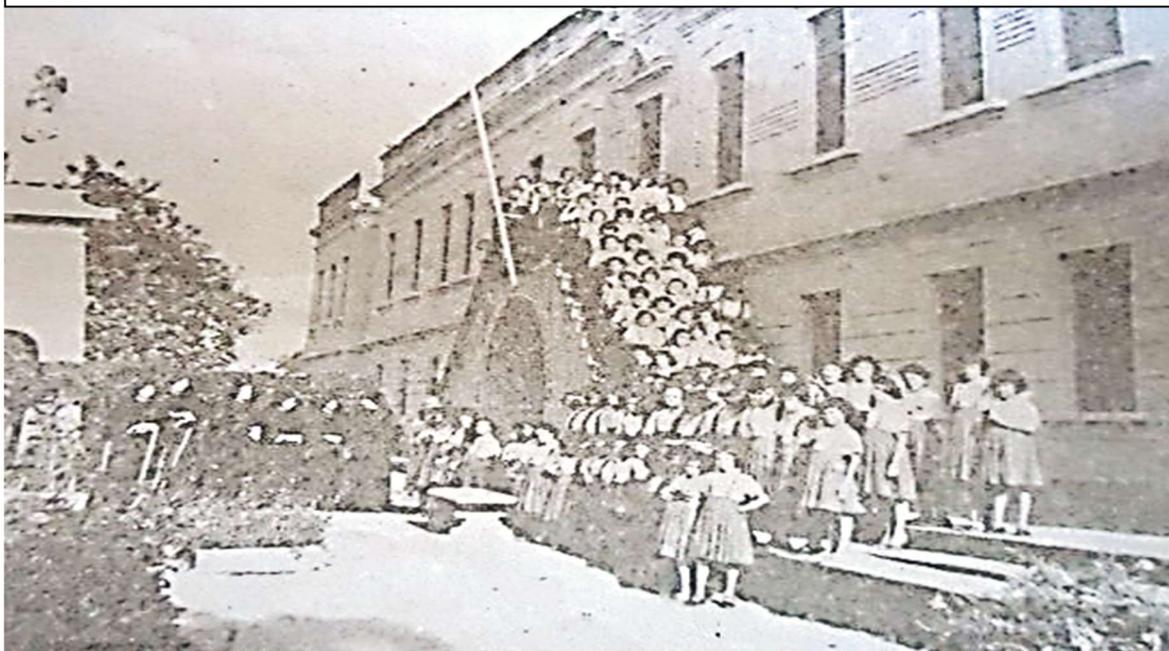
naquele tempo escrevia de...não tinha caneta automática, era tinteiro e caneta com pena, pena de metal. E ai ela comprava umas penas boas pra minha letra ficar bonita. A irmã Francisca pra mim foi meu anjo da guarda. Eu gostei muito dela lá no colégio. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 07/02/2021).

Além da contribuição mensal para o Orphanato, depreende-se que Nena Garcez mantinha as despesas extras de Lourdes, que passou a ter maior atenção da Irmã Francisca quanto às dificuldades de aprendizagem em Matemática e a compra de material escolar para ela. A partir da fala de Lourdes, vislumbra-se um cenário onde a instituição interage com os meandros das disputas sociais e suas contradições perenes; entre os ditos e os não ditos apresentados, se encontram constantemente as fragilidades e tensões presentes no contexto social do período. De acordo com Costa (2014), a relação de Nena com Lourdes durante o tempo em que esteve interna pode ser interpretada como “apadrinhamento”, sendo este uma estratégia presente na vivência de várias outras meninas do Orphanato, já que elas tinham poucos rendimentos ou nada e os padrinhos se responsabilizavam pelas despesas de suas afilhadas:

O apadrinhamento consistia em quando um membro da sociedade paraibana contribuía com as ações assistências para o Orphanato e, também, com os gastos das jovens. As internas recebiam produtos de higiene, roupas, sapatos e material de higiene pessoal, já que esses produtos eram escassos no Orphanato. Como forma de agradecimento pela ajuda recebida, caso o padrinho desejasse, a interna deixava à Instituição e ia residir junto ao seu protetor como forma de pagamento pelos benefícios que lhes foram concedidos. (COSTA, 2014, p. 98).

A formação voltada para as prendas domésticas, o disciplinamento e a obediência eram, então, essenciais na formação das meninas do Orphanato D. Ulrico para que elas fossem aceitas em alguma residência ou outra instituição.

Figura17: Internas na escada do Orphanato D. Ulrico (1927)



Fonte: Educação e Destino das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico no cenário da cidade da Parahyba (1913-1929). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8531/2/arquivototal.pdf> Acesso em: 21/032022.

Embora a foto da **Figura 17** não retrate os anos passados por Lourdes no Instituto, opta-se por utilizá-la para ilustrar e trazer uma ideia imagética do Orphanato e das meninas atendidas. Observa-se que as meninas menores estão alocadas na escada e as maiores no chão e na calçada, sendo esta a forma de dar visibilidade a todas na fotografia. Todas estão uniformizadas, vestindo jardineiras abaixo dos joelhos, blusas e meias brancas, sapatos pretos e, aparentemente, com o mesmo corte de cabelo, sem adornos ou enfeites. Segundo ISIDRO (2018, p. 103), os uniformes “exprimem sentidos, representações histórico-sociais e modos de representação da cultura ‘escolar’”, sendo utilizados para transmitir significados, identificar instituições e indicar posições sociais. No que tange ao Orphanato D. Ulrico, servem para expressar também ordenamento e disciplina.

Durante a pesquisa, tentou-se, por diversas vezes, obter acesso aos arquivos do Orphanato D. Ulrico para verificar se havia algum registro de Lourdes Garcez nas fichas de matrículas das alunas no período entre 1934 a 1940, anos em que Lourdes ficou no internato; no entanto, não foi logrado êxito pela burocracia e demora de retorno dos entes públicos.

Na primeira tentativa em 2020, obteve-se a informação que era preciso autorização da Secretaria Estadual de Educação – SEE para o acesso, localizado no Arquivo das Escolas Extintas da Paraíba. Enviou-se ofício solicitando a autorização, que foi negado alegando necessidade de anexar documentos. Estes foram enviados e, em 2021, nova negativa, alegando mudanças nos trâmites. Recorreu-se ao Gabinete da Secretaria, que solicitou entrar em contato com a GEAGE. Novamente, solicitação de documentos, envio para o Gabinete, o que gerou um protocolo, já em 2022. Em abril de 2023, após mais 8 meses do protocolo e várias ligações e contatos para obter resposta, recebeu-se a informação que os documentos haviam sido enviados para o setor responsável, mas que, por mudanças de pessoal, este setor não havia, sequer, olhado o processo.

Ainda houve uma tentativa de ir ao Arquivo das Escolas Extintas mesmo sem a documentação, o que não foi nos permitido o acesso aos documentos. Por fim, após mais uma última tentativa por causa do tempo, conclui-se esta escrita sem obter a autorização para a pesquisa no acervo.

Dessa forma, obtivemos informações por meio de sites, livros e trabalhos publicados Internet, do IHGP, arquivo do jornal A União, Jornal da Paraíba, BN Digital, Hemeroteca Digital, Relatório dos Governadores e trabalhos de pesquisa já realizados sobre a instituição, cito os trabalhos de Costa (2014)⁶¹ e Nascimento (2015)⁶². Encontrou-se fichas de alunas e outros documentos para consulta, porém com informações de 1913 até 1929 e após 1940, anos em que Lourdes Garcez não se encontrava na instituição pois, segundo a idade que ela permaneceu lá e sua data de nascimento, esteve no Orphanato de 1934 a 1940.

⁶¹ COSTA, Adriana Rocha da. Pré-diagnóstico do arquivo do orfanato Dom Ulrico, em João Pessoa – Paraíba. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9234> Acesso em: 16/05/2022.

⁶² NASCIMENTO, Roberta Maria Aguiar do. Educação e Destino das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico no cenário da cidade da Parahyba (1913-1929). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8531/2/arquivototal.pdf> Acesso em: 16/05/2022.

Figura 18: Orphanato Dom Ulrico, 2020.



Fonte: <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/obra-sobre-a-historia-do-instituto-dom-ulrico-sera-lancada-nesta-terca/> Acesso em: 17/06/2023.

2.5 O Retorno: a filha volta para casa

Após completar o curso primário, Lourdes permaneceu na capital para estudar, indo morar no “pensionato da D. Nini Coutinho”⁶³. Ingressou no Instituto de Educação da Paraíba para cursar o ginásio e permaneceu por quase três anos, tendo os estudos interrompidos devido ao sentimento de responsabilidade com a professora Nena Garcez, que estava morando sozinha em Mamanguape. Lourdes volta a Mamanguape para morar com a mãe em 1943, aos dezessete anos:

Depois do curso primário, estudei quase três anos no Instituto de Educação da Paraíba para cursar o ginásio, mas não concluí o curso. Duas irmãs que moravam com minha mãe e tomavam conta da casa tinham ido pra João Pessoa de mudança, que ela mandou dizendo que ia depois, só que ela não foi. Não queria sair de Mamanguape. Então, eu resolvi voltar. A obrigação de tomar conta dela era minha,

⁶³ Não encontramos nenhuma informação acerca deste pensionato ou de D. Nini Coutrinho.

que fui criada como filha. Interrompi meus estudos e voltei pra casa. [...] Ela tinha excelente saúde e muita lucidez. Gostava de ficar na janela esperando a hora dos estudantes voltarem da escola e pedia o caderno deles para ver. Ela me levava pra festa no Clube. Eu dançava. Com oitenta e cinco anos ela me levava pra festa e esperava que acabasse pra me trazer pra casa, acredita?! (risos) Ela ficava na festa enquanto eu me divertia, quando terminava, ela me levava de volta pra casa. Se eu dançasse três vezes com o mesmo rapaz, ela me chamava e dizia: “Tá dançando muito com uma pessoa só”. Aí, trocava. Mas existia muito respeito naquela época. Ninguém pensava em se aproveitar, não. Naquela época, o rapaz ia em casa e falava com a gente na janela. Ela deixava. Eu me pintava, pintava só a boca. Ela também era muito vaidosa. Ela pintava uma coisa, o cabelo. Que ela era ruiva, nasceu ruiva. Mas ela não gostava de ser ruiva, pintava de preto. Ela usava espartilho. Usou por muito tempo. Espartilho é uma cinta, né?! Então, aquela cinta que a pessoa aperta e fica com a cintura fina de qualquer maneira. Ela usava espartilho, usava sapato alto, não gostava de sapato baixo, sapato alto e um talco no rosto. Era muito vaidosa. E eu era mais que ela. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 23/10/2021).

O apego ao lugar, no caso de Nena, a Mamanguape, se explica pelo sentimento de pertencimento à vida constituída no município ao longo dos anos, as conexões emocionais com os ambientes de convivência e a identidade pessoal reconhecida e ratificada pela população da cidade. Esse apego fez com que Nena Garcez não fosse morar na capital permanecendo no interior, mesmo sozinha. A identidade de lugar constitui-se em percepções sobre o mundo físico, podendo estar relacionadas às atitudes, aos valores, à memória, às preferências, aos significados e ao entendimento acerca de comportamentos, como também a experiências ligadas ao cotidiano. De acordo com Danielle Macedo e *Co/s.* (2008),

[...] a identidade de lugar é definida por Proshansky e cols. (1983) como um subsistema da identidade do eu, cuja função consiste em descrever e socializar a pessoa por meio de suas interações com o mundo físico. Os lugares significativos emergem em um contexto social, cultural e econômico, são geograficamente localizados, fornecem aos indivíduos um senso de pertencimento, uma identidade territorial. (MACEDO e Cols., 2008, p. 442).

No transcurso do tempo de uma vida, as pessoas costumam investir parte de sua existência afetivo-emocional em seu lar, o lugar que reconhece como seu território, sentindo-se segura e protegida para enfrentar as adversidades do “mundo exterior” (*grifo nosso*). Da mesma forma que algumas pessoas são relutantes em se desfazer das velhas roupas, trocando-as por outras novas, determinados indivíduos,

em especial os idosos, resistem em sair do seu “*velho território*” e ir para outro novo, mesmo que isso signifique melhoria das condições de vida e moradia. Lima e Bomfim (2009) destacam que “o sentimento de comunidade existente em um território é um afeto direcionando, quer seja ao ambiente, quer seja nas inter-relações entre as pessoas”. Subintende-se então, que o direcionamento do afeto territorial de Nena Garcez estava relacionado a Mamanguape, fazendo com que se mantivesse no município.

Tendo Lourdes voltado para morar com a mãe no auge da sua juventude, gostava de ir às festas e eventos sociais da cidade, sendo sempre acompanhada por Nena, que mantinha a vigilância da filha, mesmo aos 85 anos de idade.

Com a compreensão de que os processos afetivos e cognitivos humanos representam os sentimentos e pensamentos de cada indivíduo, envolvendo o ambiente sócio-histórico-cultural em que estão enredados, traduz-se que a vigilância de Nena Garcez traz em si uma noção de poder e de afirmação identitária a partir das vivências inscritas no espaço e no tempo, lhe assegurando a existência e o afeto da filha. Merece destaque os cuidados de Nena com a filha no intuito de manter sua reputação frente a sociedade mamanguapense, demonstrando a relação intergeracional que se constituía, sobretudo, na qualidade dos vínculos estabelecidos entre mãe e filha. Dito de outra forma, as influências da relação entre as duas se dava de forma bilateral pois, a “medida em que o contexto muda o indivíduo, ele também modifica o contexto” (BIASOLI-ALVES, 1995, p. 34).

Se de um lado Lourdes Garcez se via como cumpridora da obrigação de cuidar da mãe idosa, por outro, ao ir morar com Nena, ela condiciona e reconstrói o cotidiano que a rodeia; modifica o ambiente por meio das particularidades do seu desenvolvimento, das suas necessidades, dos seus modos de agir e das suas reações. Isso significa que ambas, embora de gerações diferentes, estavam em constante aprendizagem uma com a outra numa relação dialética em que “a geração mais nova interioriza um mundo já posto que lhe é apresentado com uma configuração já definida, de cuja a construção ela não participou”, mas que é capaz de transformar (BIASOLI-ALVES, 1995, p. 34).

Pode-se dizer que uma vez que exista a compreensão entre juventude e envelhecimento, esse fenômeno do encontro de gerações torna-se dialético, não só pelo conflito entre a “herança e a inovação na transmissão da bagagem cultural”, mas

também pelo rechaço das indagações feitas pelas “classes de idades mais jovens sobre as certezas adquiridas pelos velhos em seus anos de juventude” (RICOEUR, 1913, p. 191).

Ao falar sobre a vaidade da mãe, fica mais uma vez evidenciada a admiração que Lourdes nutre pela professora Nena, destacando particularidades de cuidados com a aparência – o uso de sapatos altos, pó no rosto e espartilho – que chamavam sua atenção. Ao falar “Eu era mais vaidosa que ela”, deixa claro que Nena Garcez foi referência para o desenvolvimento de sua própria vaidade e de sua identidade pessoal e profissional, já que também foi professora e chegou a ter sua própria escola particular em Recife – PE, após a morte da mãe. Essas interações, vivenciadas em diferentes espaços e tempos, reúnem-se num agrupamento de experiências a tal ponto que a “[...] identidade pessoal torna-se um sistema de múltiplas identidades e encontra a sua riqueza na organização dinâmica dessa diversidade” (MOITA, 2007, p. 115), que, em contrapartida, se torna parte de algo maior que contribui no processo de pertencimento, de sentir-se parte integrante de um ou mais grupos, de um ou de diversos lugares, de um tempo ou de outros.

Considerando a interinfluência que tiveram Nena Garcez e Lourdes, uma na vida da outra, compreende-se que interpretar suas vivências, suas atitudes e a narrativa apresentada é, em parte, reconstituir o sujeito desta pesquisa, mas não só ele, como também o seu entorno e as marcas que deixou.

Figura 19: Lourdes Garcez, Mamanguape – PB, 1935.



Fonte: Acervo da família Garcez.

Figura 20: Nena Garcez e sua filha Lourdes Garcez , s/d.



Fonte: Acervo da família Garcez.

CAPÍTULO III



Imagem 1: Igreja São Francisco, s/d.



Imagem 2: Aduino Ramos, pesquisador e escritor. Primo da Profª Nena Garcez (2022)



Imagem 3: Escola Normal da Parahyba, s/d.



Imagem 4: Prédio da Escola Normal da Parahyba, s/d.



Imagem 5: Cartão postal – Parahyba do Norte, s/d.

Imagens relacionadas ao capítulo III.

3. CONSTITUIR-SE PROFESSORA: UMA CONQUISTA ALMEJADA

Ao longo da 1ª República (1889-1930) a instrução pública, assim como as estruturas sociais, passou por um lento reajustamento de sua organização e seus condicionantes devido, tanto a mudança da forma de governo, como ao desenvolvimento da indústria/comércio, além da crescente urbanização e modernização das cidades. A incorporação de novos valores e a substituição de outros que já existiam implicaram em transformações nos diversos setores da sociedade, incluindo a educação, que passava por crescente expansão e demandava um corpo docente 'minimamente' capacitado (grifo nosso). As mulheres, que almejavam adentrar ao mercado de trabalho ou sair do claustro de suas casas e do jugo de seus pais ou maridos, viram na educação uma oportunidade de obter instrução e/ou poder atuar nos espaços educacionais. De acordo com Machado, Nunes e Lacet:

[...] o exercício do magistério ainda era uma das poucas profissões aceitas como trabalho e 'vocação' do feminino, embora, historicamente marcado pelo desprestígio e a baixa remunera o, tanto nas redes de ensino públicas quanto privadas. (MCHADO; NUNES; LACET, 2019, p. 31).

Umbelina Garcez,  rf  de pai e arrimo da mãe, empobrecida, já passada da idade de casar, mas com personalidade forte, viu na forma o como Normalista a oportunidade de adentrar ao mercado de trabalho e manter-se de forma independente, mas, para chegar a Escola Normal, precisava concluir os estudos que haviam sido abandonados com a morte da irmã. Para isso, valeu-se de aulas noturnas com um professor que morava em frente a sua casa, enfrentado as dificuldades da falta de recursos:

Como ela foi estudar já depois de adulta, ela foi alfabetizada pela irmã dela, Am lia, mas seguiu estudando depois. Quando Am lia morreu, ela foi morar com Marta, uma negra que era escrava e tinha sido sua mucama. Na frente da casa de Marta, onde ela morava, residia um professor que dava aulas pra ela a noite, depois que ele chegava do trabalho. Naquela época, era a luz de lamparina ou de vela, mas ela não deixou de estudar e ir toda noite para o professor lhe ensinar.  s vezes ele dormia no meio da aula, aí, s  terminava a aula no outro dia. Era caneta de pena, com tinteiro; molhava a pena na tinta e escrevia. Ela contava que não podia comprar os cadernos, então, ela pegava os

papéis de embrulho, de pão, e aproveitava. Ela sempre contava isso. Passava os papéis de embrulho com ferro de engomar. Era aqueles ferros de brasa, sabe? De carvão. Os papéis eram grossos, aí então ela passava pra ficarem bem esticados, lisinhos e, como ela sabia costurar, juntava as folhas, organizava bem certinhas, e costurava como um caderno. Tinha que costurar bem reforçado pra não despregar. Naquele tempo tudo era mais difícil. Hoje em dia tem facilidade, né? Mas foi assim que ela estudou. Já era adulta. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista concedida em 23/10/2021).

Para se manter, Nena Garcez chegou a usar as habilidades domésticas que aprendeu com a avó, fazendo doces, costurando e bordando vestidos de noiva, mas não era suficiente pra quem tinha sido criada em família abastada, era determinada e almejava uma vida mais confortável. O serviço doméstico e artesanal era relacionado aos escravos e, por isso mesmo, desvalorizado, não lhe dando prestígio social ou os rendimentos que necessitava. Nesse interim, a habilitação para atuar como professora mostrou-se como possibilidade de ter uma profissão reconhecida e conhecimento, o que, até então, era reservado aos homens. Além disso, era uma boa alternativa no lugar do casamento, já que se encontrava com mais de trinta anos e era solteira.

Na entrevista, Lourdes conta que Umbelina Garcez estudava a luz de lamparina ou de vela, e utilizava os papéis de embrulho para confeccionar seus próprios cadernos. Torna-se inevitável esclarecer que apesar do desejo dos paraibanos de modernizar a Parahyba do Norte, ela não possuía infraestrutura condizente com a modernização almejada e “ingressou no século XX em descompasso com os ventos da modernização urbana” (VIDAL, 2004, P. 30).

A iluminação era fornecida apenas no centro da cidade e de forma irregular, ficando os lampiões acesos até as nove horas da noite, quando os sinos da igreja tocavam avisando a população que estava na hora de ir dormir e o encarregado passava apagando a iluminação, deixando a cidade completamente às escuras. Sobre as características da Parahyba do Norte, encontramos informações no *Almanake do Estado da Parahyba – 1899*⁶⁴, p. 93:

As principaes ruas são calçadas e illuminadas a kerosene. A água que a abastece provem de diversas fontes, notavelmente a de Tambiá e de cacimbas particulares, achando em vias de realisação um contracto de canalisação e construcção de chafarizes. (ALMANAKE DO ESTADO DA PARAHYBA, 1899).

⁶⁴ Documento localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

As pesquisas e documentos encontrados sobre o período corroboram com a declaração que para estudar a noite, Nena precisava se utilizar de lamparina ou luz de vela, pois a energia elétrica só foi instalada na cidade em 1912 e com pouca eficiência, já que não beneficiava toda a cidade e seus moradores.

Figura 21: Rua da Direita, atual Duque de Caxias, 1904, Cidade da Parahyba do Norte.



Fonte: RODRIGUES, Walfredo. Dois séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930). João Pessoa: Gráfica da Interplan.

Figura 22: O apagar dos lâmpões da iluminação pública, s/d.



Fonte: RODRIGUES, Walfredo. Dois séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930). Gráfica da Interplan.

Na **Figura 21** visualiza-se apenas um lâmpião na casa da esquina, o que leva a inferir que, apesar de já haver iluminação de lâmpões a querosene, eram poucos. Na **Figura 22**, ilustra-se o trabalho dos “acendedores” e “apagadores” de lâmpões públicos, profissão do século XIX na Parahyba. Sobre a chegada da luz elétrica na Parahyba, Maia, Gutierrez e Soares (2009, p. 03) discorrem que:

Em outubro de 1909 é lançada a Lei nº 320, que no art. 3º do parágrafo 9º, autorizava a Assembleia legislativa ao presidente do estado a “promover a execução dos serviços de viação, canalização d’água, esgoto e iluminação desta capital pelos meios de julgas convenientes aos interesses do estado”.

No dia 04 de outubro de 1910, o governador João Lopes Machado contratou o serviço de iluminação e viação urbano elétrico. Esses serviços passavam a ser divididos entre a empresa e o estado. Em 1911, a capital recebia a primeira remessa de postes e assim no dia

14 de março de 1912 era inaugurado o serviço de iluminação pública elétrica na Paraíba.

Inicialmente a luz elétrica se concentrou nas principais ruas da cidade alta e cidade baixa, onde havia maior concentração de habitantes com maior poder aquisitivo, o que evidencia o caráter excludente desse sistema.

O texto ratifica que a iluminação pública realizada por meio da energia elétrica só chegou à Cidade da Parahyba do Norte em 1912, atendendo inicialmente apenas as principais ruas da cidade. Como em toda sociedade capitalista, as elites foram privilegiadas e a população trabalhadora foi deixada pra depois.

Figura 23: Chegada da luz elétrica na Parahyba, 1912.



Fonte: RODRIGUES, Walfredo. Dois séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930). Gráfica da Interplan.

Sobre a configuração da cidade, elucida-se que até a primeira década do século XX a Cidade da Parahyba do Norte (atual João Pessoa) ainda mantinha seu desenho estrutural original com duas frações: a Cidade Alta, que reunia os palácios do Governo, da Intendência e do Bispado, a maioria das igrejas, o Lyceu Parahybano e a Escola Normal. Era local de concentração do poder militar, institucional, político e religioso, agrupando também as residências principais da elite local. Apesar disso,

podia-se observar becos e casas de palha espalhados em diferentes lugares no centro da cidade. Já a Cidade Baixa, também chamada de Varadouro, localizada nas proximidades do rio Sanhauá, reunia as construções relacionadas às atividades marítimas e comerciais, na qual prevalecia “um misto de área comercial e residencial, onde as famílias de comerciantes e seus caixeiros acomodavam-se nos andares superiores dos sobrados” (MAIA, 2005. p. 84). Tal configuração organizacional “correspondia a estrutura física da cidade e expressava as próprias relações de poder na sociedade parahybana” (TEIXEIRA, 2004, p. 24).

Além da iluminação precária e ineficiente, o abastecimento de água praticamente não existia, sendo fornecido apenas em bicas, fontes, cacimbas ou por aguadeiros (homens que distribuíam água em barris, cacimbas ou latões mediante o pagamento de uma taxa).

Foram nessas circunstâncias que Umbelina Garcez concluiu o curso primário indo, depois de todo o esforço empreendido, morar com parentes e prosseguir com os estudos e chegar ao seu objetivo principal: adentrar à Escola Normal.

Figura 24: Cidade da Parahyba do Norte, 1902 – Cidade Baixa (esq.) e Cidade Alta.(dir.)



Fonte: levyleiloeiro.com.br/id338576 Acesso em: 10/07/2022.

3.1 O Curso Normal: um sonho possível?!

A criação das Escolas Normais⁶⁵ visava formar professores para atuarem no ensino primário, como também possibilitar a qualificação daqueles que já atuavam sem nenhum tipo de formação específica⁶⁶. Até então, predominava o entendimento que para ser professor(a) era necessário apenas dominar os conhecimentos a serem ensinados. Segundo Nóvoa (1997), “desde meados do século XIX o ensino Normal se constituiu um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente”, possibilitando a consolidação da profissionalização do magistério e contribuindo para a concepção do perfil do professorado:

As Escolas Normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas Normais clegitimam um saber produzido no exterior da profissão, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer. (NÓVOA, 1997, p.16).

Embasadas em um modelo europeu, mais especificamente o francês⁶⁷, grande parte das iniciativas atinentes à concepção das instituições de formação docente no

⁶⁵ Parte da historiografia disponível acerca da história das instituições educativas indica que o termo *Escola Normal* foi difundido por Jean-Baptiste de La Salle, para denominar uma instituição específica voltada ao treinamento de professores, sendo sua função primordial “estabelecer e ensinar padrões ou normas de ensino”, bem como servir de modelo às demais instituições congêneres que fossem sendo fundadas em outras localidades geográficas. **Escola Normal**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Normal>. Acesso em 25/04/2021.

⁶⁶ Segundo Gatti *et al.* (2019, p. 20), a formação de professores e a oferta de escolarização básica são fatos relacionados. Tais autoras afirmam que a trajetória histórica da educação primária, no Brasil, revela que essa educação demorou a se expandir, bem como a formação de professores que “acompanhou a lentidão com que a educação básica se desenvolveu no Brasil, um país que revelou, ao longo de seus governos, pouco interesse pela educação básica de sua população”. Ainda de acordo com essas autoras, mesmo hoje o país ainda enfrenta dificuldades para ter professores habilitados, oferecer uma formação sólida, manter condições de trabalho adequadas e remuneração que assegure melhor qualidade de vida. “É um dos traços persistentes e problemáticos em nossa história”.

⁶⁷ Sob o reinado absolutista de Louis XIV, na França, num cenário conflitivo, denso e contraditório, mas também inovador, abarcando disputas religiosas entre católicos e protestantes, o abade Jean-Baptiste de La Salle empreendeu várias reformas educacionais, com a pretensão de “resgatar valores morais, religiosos e sociais de todas as classes sociais”, os quais haviam sido profundamente modificados por causa das guerras, tanto internas quanto externas (grifos nossos). Entre as reformas educacionais, a criação de uma instituição educacional com o objetivo de formar professores para o

Brasil coincidiam com a hegemonia do grupo governante da época. Na Parahyba do Norte, a Escola Normal acabou por adequar-se ao projeto político das oligarquias locais, tendo em vista que o construto da estrutura educacional cabia aos detentores do poder, mesmo seguindo os moldes utilizados na França, fator recorrente no discurso dos gestores públicos por enobrecer o projeto de implantação da Escola Normal. Segundo Araújo (2010),

As razões destacadas para a implantação da Escola Normal na Parahyba do Norte estavam ancoradas no ideário dominante da época: o da Ilustração francesa, no qual a crença na construção de uma nova sociedade e da *civilidade* tornou-se imperativo categórico em todo o processo. (ARAÚJO, 2010, p.183)

Sob tais preceitos, a Escola Normal na Parahyba do Norte⁶⁸ foi concebida para garantir a formação de professores e, desta forma, aprimorar a qualidade do ensino primário, pondo a população paraibana no caminho do processo civilizatório, elevando o seu nível cultural e difundindo o ideário modernizador. Essa realidade aumentou a demanda por professores, dando espaço para que as mulheres saíssem da clausura do lar e adentrassem às Escolas Normais⁶⁹, atingindo níveis mais elevados de instrução e obtendo acesso a trabalhos considerados “dignos” e com melhor remuneração. HAHNER (2010, p. 325), destaca que ao frequentarem a Escola Normal, “as mulheres tinham a oportunidade de receber reconhecimento intelectual e, com isso, conquistar um maior prestígio social, econômico e político”.

A professora Umbelina Garcez via na formação escolar e no Curso Normal uma alternativa para melhorar sua condição de vida e sair da situação econômica difícil

exercício do magistério nas escolas elementares cristãs. De acordo com a historiografia disponível, essa instituição, criada em 1685, denominada Escola Normal foi, portanto, considerada a primeira Escola com essa nomenclatura. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Batista_de_La_Salle Acesso em: 25/03/2021.

⁶⁸ Em 1821 a Província da Parahyba do Norte passou a dispor de doze escolas de primeira letras, duas na capital e dez no interior, todas destinadas ao sexo masculino. Somente sete anos depois, em 18 de abril de 1828, o Conselheiro Padre Joaquim Antônio Leitão, membro do Conselho Geral da Província, apresentou projeto para a criação da “1ª escola pública, para o sexo feminino na Capital e Província, sendo depois nomeada para reger esta cadeira D. Maria da Conceição Cabral” (Cf. Irineu F. PINTO, Datas e notas para a história da Paraíba, p. 101).

⁶⁹ A historiografia mostra que a criação da Escola Normal foi destinada a preparar professores exclusivamente do sexo masculino. Muito tempo depois, quicá por questões socioeconômicas e culturais, a Escola Normal passou por um processo de feminização, tanto no mundo europeu quanto no americano.

em que se encontrava. Embora ela já estivesse com a idade avançada, se empenhou utilizando-se das habilidades que dispunha para estudar e poder adentrar à Escola Normal, que lhe oferecia profissionalização, sustento familiar e a recuperação do status social.

De acordo com Nóvoa (2013), as opções profissionais transitam por escolhas que vão se constituindo e produzindo identidade. Optar por ser professora não é tarefa simples, pois inúmeras responsabilidades envolvem essa profissão; no entanto, a possível idealização da docência incorporada por Umbelina Garcez levou-a a superação de todos os obstáculos que poderiam impossibilitar a sua formação profissional. Determinada a tornar-se normalista, a partir de sua experiência de vida e concepção do “ser professora” (grifo nosso), Umbelina começou no Externato Normal em 1895, aos 36 anos:

Quando ela conseguiu entrar na Escola Normal ela já tinha mais de trinta anos. Era a aluna mais velha da escola. Ela dizia que tinha umas professoras que eram mais novas que ela (risos). Como ela era mais velha e era muito educada, as colegas lhe emprestavam os livros no final de semana ou feriado. E ela se formou na escola Normal assim, sem ter livro, com 39 anos. Foi. Com trinta e nove anos foi que ela se formou na Escola Normal, sem nunca ter tido um livro dela. Ela estava morando com uns parentes que ajudaram, e depois ela e começou a dar aula particular. Ela se formou, aí dava aula particular em casa. Ela era muito boa de português. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista concedida em 23/10/2021).

Por ter sido educada dentro dos princípios moralizantes e reguladores do século XIX, os quais a escolarização das mulheres não era valorizada e “tinha que esperar mais tempo pois, não havia pressa em fazer a mulher emergir da ignorância em que jazia” (ALMEIDA, 1978, p. 83), Umbelina Garcez só conseguiu concluir o ensino primário e chegar a Escola Normal com idade já avançada, em 1895, sendo ela a aluna mais velha de sua turma pois as moças podiam se inscrever a partir dos 12 anos de idade.

Quadro 07: Divulgação de Matrículas para a Escola Normal

De ordem do Illustre Cidadão Dr. Director da Escola Normal deste Estado, se faz público, para conhecimento de quem convier, que a contar de 15 até 31 do corrente mez, se acham abertas, nesta repartição, as matrículas das aulas deste estabelecimento, devendo as allunas apresentar seus requerimentos de admissão instruídos com certidão de idade, que mostrem terem mais de 12 annos, conhecimento da taxa, atestado de vacina e atestado de saber ler e escrever passados pelos professores que as ensinarão; e na falta deste se submetterão a exames das matérias da instrucção primária, tudo de conformidade com o art. 8º §1 e 2 do Reg. baixado com o Decreto do Governo Estadual nº 36 de 4 de fevereiro de 1893.

Secretaria da Escola Normal do Estado da Parahyba, em 11 de janeiro de 1895.

O Secretário,
MANOEL RODRIGUES DE PAIVA SOBRINHO.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Jornal “A União”, ed. 434, 11 jan. 1895. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171239&Pesq=Escola%20Normal&p>

Tendo em conta que, segundo a publicação divulgando o período de matrículas (Figura 17), era solicitado das candidatas uma “certidão de idade, que mostrem terem mais de 12 annos”, pode-se inferir que 36 anos, idade de Umbelina Garcez, era uma faixa etária bastante elevada para iniciar o curso e, sendo assim, além de ser a aluna mais velha da turma, tinha idade mais avançada do que algumas de suas professoras. A partir da idade divulgada no Edital para a admissão e ingresso das moças na Escola Normal, 12 annos, dado que chama a atenção se considerarmos a atualidade questiona-se, quase que imediatamente, se era permitida a atuação das moças intituladas normalistas aos quinze annos (após três annos de formação). Além disso, sabendo-se que era intento dos governantes nomear normalistas para exercer a docência na instrucção pública, fica também a indagação se o exercício profissional em cargos públicos era permitido com a referida idade. Afinal, como se dava o acesso ao trabalho e a prática profissional dessas moças que, muito jovens, concluíam a Escola Normal? Nesse momento não foi possível responder a essas questões, deixando as lacunas para uma nova pesquisa.

Ao olhar mais atentamente o anúncio de divulgação do período de matrículas para a Escola Normal, vê-se o aviso sobre a taxa de matrícula (\$5)⁷⁰, “atestado de

⁷⁰ Informação contida no Almanaque do Estado da Parahyba, 1899, p. 94.

vacina e atestado de saber ler e escrever passado pelos professores que as ensinarão; e na falta deste se submeterão a exame das matterias de instruções primárias” (A União, 1895). Até o momento desta escrita, não foi encontrado nos documentos pesquisados nenhuma comprovação de que Umbelina tenha se submetido a exames de admissão para o ingresso na Escola Normal, já que esse só era aplicado caso as candidatas não apresentassem documento comprobatório de domínio da leitura e da escrita. No quadro a seguir tem-se a lista das estudantes do 1º Ano do curso Normal em 1895:

Quadro 08: Alunas do 1º Ano do Curso Normal em 1895

Alunnas do 1º Anno
Aurora Petronilla de Vasconcellos
Izabel Cavalcante Carneiro Monteiro
Luiza Rodrigues Vianna
Maria Marcia Borges
<u>Umbelina Garcez.</u>

Fonte: Jornal “A União”, 14 abril 1895, p.3.

No **Quadro 08** observa-se que a turma da professora Umbelina Garcez era composta por apenas cinco alunas, quantitativo insipiente para o curso. Após o período de estudos, Umbelina prestou exames finais para concluir o ano:

Quadro 09: Alunas da Escola Normal em 1895⁷¹

**CONVOCAÇÃO PARA PRESTAR EXAMES
ESCOLA NORMAL – 1895**

De ordem do Illustre Cidadão Dr. Director da Escola Normal d'Este Estado, faço público, para conhecimento das alunas d'este Estabelecimento, que hoje pelas 10 horas do dia, serão chamadas a exames de:	
FRANCÊS – 1º Anno	1. Izabel Cavalcante Carneiro Monteiro 2. Luiza Rodrigues Vianna 3. Maria Marcia Borges 4. <u>Umbelina Garcez.</u>
CALIGRAFIA - Prova prática ⁷² – 2º Anno	1. Aurora Cristina 2. Alice de Souza Carvalho 3. Candida de Sá Andrade 4. Celsa Carolina Carneiro Monteiro 5. Catharina Moura 6. Engracia Celestina Fernandes 7. Ernestina Augusta de Paiva 8. Eulália Cândida Pessoa da Costa 9. Emília Gomes Vianna 10. Joentina Augusta de Souza Farias 11. Maria Francisca Maia Salles 12. Maria Gomes Fernandes 13. Maria José de Hollanda Chaves 14. Nathercia Augusta Moreira de Mello 15. Roza Ighes da Silva 16. Roza Amélia de Souza 17. Sílvia Pinto de Vasconcellos 18. Zulmira Alda de Souza Gouvêa
MÚSICA – prova prática – 3º Anno	1. Júlia Etelvina de Almeida Freire 2. Maxionilla Rodrigues das Neves
DESENHO – prova prática – 3º Anno	1. Júlia Etelvina de Almeida Freire

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados encontrados no Jornal “A União”, ed. 682, 24 nov 1895.

⁷¹ Os estudos sobre essa instituição mostram que nos primeiros anos, desde sua fundação, a clientela que predominava na escola normal era elitizada, e para exercer o cargo de professor (a) do ensino primário teria que ser diplomado(a) pela Escola Normal e ainda submeter-se a exames públicos. Porém, algumas décadas depois, o quadro foi se revertendo, surgia outra clientela, constituída por alunas de diferentes grupos sociais da sociedade.

⁷² Cumpre registrar que as orientações metodológicas para o cotidiano da Escola Normal nesse período (Regulamento 33 de 1886, art. 28) previam a realização de duas provas parciais de forma escrita, aplicadas a todas as disciplinas, e exames finais no término de cada período escolar. Esses deveriam ser realizados por meio de provas escritas, orais e práticas, ante a fiscalização de uma banca examinadora. Os exames práticos deveriam ser aplicados apenas para as disciplinas de Caligrafia, Desenho, Música e Trabalhos de agulha. Chama a atenção o fato de não ser exigido exame e/ou prova prática para às disciplinas de Pedagogia e de Moral que, a priori, deveriam fornecer os subsídios para a prática efetiva do magistério, após o recebimento do diploma de “*Professor Normalista*” (Art. 9º).

A partir do **Quadro 09** nota-se que a turma da professora Umbelina Garcez que tinha, inicialmente, cinco alunas, apresentou o nome de apenas quatro na lista dos exames finais. Também chama a atenção a disparidade entre o quantitativo de alunas no segundo ano – 18 alunas – em comparação ao primeiro e terceiro ano (quatro e duas alunas, respectivamente). Como pode-se depreender, concorriam para a oscilação no quadro de alunas a permanência da desvalorização dos professores e a falta de condições adequadas à formação e desenvolvimento da carreira docente. Apesar da dinamicidade do período, com o século XIX finalizando e um novo regime se instaurando, os discursos e as vicissitudes permaneciam quase imutáveis, apregoando a formação de professores como condição necessária ao progresso social e superação do atraso escolar no qual pairava a Parahyba do Norte, mas sem colocar em prática as mudanças indispensáveis para tal realização⁷³.

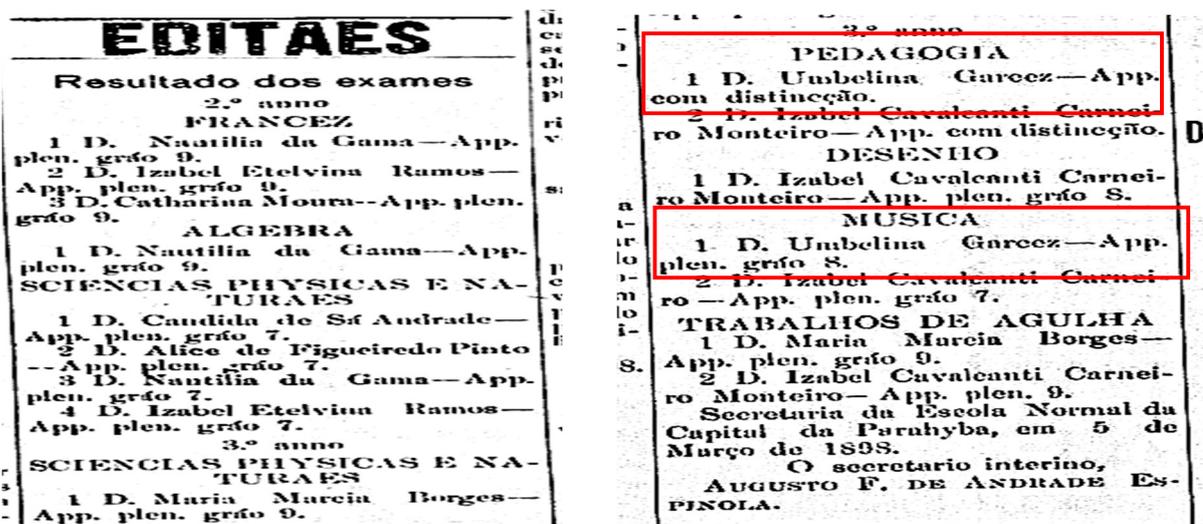
A alocução sobre as novas orientações propugnadas pelo ideário republicano adjudicou à educação escolarizada um espaço de grande importância para os novos processos sociais, alvitando que a mesma fosse adotada como ponto central da nova ordem social. Por outro lado, sua estruturação e funcionamento se encontravam diretamente articuladas aos interesses das oligarquias dominantes e também às exigências e expectativas do novo movimento em torno da recente ordem republicana (CARDOSO, 2007). Diante disso, os atores sociais da cidade da Parahyba intentaram realizar as necessárias reformas na instrução pública, que incluíam o compassivo patriotismo propagado no ideologismo republicano, ao mesmo tempo que procuravam manter a ordem oligárquica vigente até então e consolidar, desse modo, a “prática clientelística e patrimonialista que já vinha se configurando na realidade social e política local” (ARAÚJO, 2015). A escola, nesse interim, mostrava-se como instrumento adequado para a transmissão dos valores vinculados a modernidade, difundindo as condicionantes imprescindíveis ao desenvolvimento urbano e contribuindo, contraditoriamente, à dominação e manutenção do poderio das elites dominantes. Souza (1998a, p.18), afirma que a escola estava ligada às representações sociais, aos valores, projetos e modos de existir, que coexistiam com

⁷³ Até meados do século XIX não havia nenhuma instituição destinada à formação de professores. Embora constantemente reivindicada pelos secretários de governo responsáveis pela área e promulgada nos discursos dos Presidentes das Províncias, esta medida sempre foi procrastinada. Tal situação indica que os governos tinham consciência da importância e necessidade da formação de professores, porém não percebiam esta deliberação como uma prioridade. (TAMBARA, 2000, p.34).

o projeto de Nação que o Estado Nacional objetivava. Assim, percebia-se na escola primária um poder de formação ideológica em que é possível “ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos. Até o triunfo da televisão, não houve meio de propaganda secular que se comparasse a sala de aula” (HOBSBAWM, 1989, p. 213). Nessa conjuntura, a Escola Normal lutava contra as contradições e disputas do momento para se firmar enquanto instituição reconhecidamente valorada na formação de docentes qualificados para trabalhar com a instrução primária. Entretanto, em função dos seus condicionantes políticos, a Parahyba do Norte não apresentou avanço efetivo na formação de seus lentes, valorização do professor e profissionalização da carreira docente; conseqüentemente, a Escola Normal não mantinha estabilidade no seu quadro de alunas nem alcançava o êxito e prestígio esperados pelos governantes. É importante considerar que, apesar da Escola Normal ser a única instituição que formava professores na época, dado ao alto índice de analfabetismo ainda imperava a concepção de que o conhecimento erudito, literário e matemático eram suficientes para se tornar professor.

Todavia, Umbelina Garcez permaneceu em seu propósito de tornar-se professora e, contraindo todas as probabilidades, concluiu suas atividades formativas do 3ª Ano “com distinção” na cadeira de Pedagogia e “App. plen. grau 8” em Música, conforme publicado nos “EDITAES” do jornal ‘A União’:

Figura 25: Resultados dos Exames do 3º Ano – Umbelina Garcez: Pedagogia e Música



Fonte: Jornal “A União”, 06 mar. 1898, p. 3.

Nesse contexto, Umbelina Garcez estudou e se formou com distinção aos 39 (trinta e nove) anos de idade. Cumpre ressaltar que esta pesquisa compreende limites impostos pelo tempo, pela escassez de documentação e de testemunhos. Ainda assim, conseguiu-se acessar alguns documentos oficiais e publicações nos jornais que comprovam a passagem de Nena Garcez pela Escola Normal, ratificando sua trajetória.

Ressalte-se que não é pretensão desse trabalho dar conta de “toda uma vida” ou de “uma história de vida completa” pois são inúmeras as faces, os contornos, as nuances e os fatos que permeiam uma vida. Pretende-se, como nos diz Abraão (2004, p. 13), verificar suas características de formação, as relações estabelecidas nos grupos de sociabilidade, vida profissional e sua compreensão de sociedade, homem e educação.

No contexto da escrita biográfica da trajetória de Umbelina Garcez, mulher decidida e disciplinada, constatou-se sua formatura na Escola Normal em 1898, tendo sido publicado o comunicado oficial para a solenidade no Jornal “A União” no dia 21 de abril de 1898.

Quadro 10: Comunicação oficial sobre a formatura da Escola Normal, 1898

Escola Normal
De ordem do Ilustre cidadão Dr. Director da Escola Normal e em vista do disposto no art. 14 do Reg. vigente desta repartição, faço publico que, no dia 23 do corrente mez, a 1 hora da tarde, em sessão solemne da congregação, reunida em um dos salões deste Estabelecimento, com a assistencia de S. Exc. o Sr. Dr. Presidente do Estado, serão conferidos os titulos de Professoras Normalistas as Ex.^{mas} Sras. D. Luisa Rodriguez Vianna, D. Aurora Petronilla de Vasconcellos, D. Umbelina Garcez e D. Isabel Cavaleante Carneiro Monteiro.
Outrosim, sendo de caracter publico esse acto, ainda de ordem do Dr. Director, convido para assistil-o ao Magisterio desta capital e á todos as classes em geral.
Secretaria da Escola Normal da Parahyba, em 20 de Abril de 1898.

Fonte: jornal “A União”, 20 abril de 1898.

O comunicado oficial para a formatura da Escola Normal informa que a “sessão solene” de titulação de normalista se realizará no dia 23 de abril, a 1 (uma) hora da tarde, em um dos salões da própria Escola Normal, contando com a presença de “S.Exc. o Sr. Dr. Presidente do Estado”, Antônio Alfredo Gama e Melo, o que confere ao evento sua importância social naquela época. O convite é estendido ao “Magistério desta capital” e a “todas as classes em geral”, tendo em vista ser um evento público, apesar de serem diplomadas apenas quatro alunas: Luiza Rodrigues Vianna, Aurora Petronilla de Vasconcellos, Umbelina Garcez e Izabel Cavalcante Pereira Monteiro.

Importante sublinhar que o diploma de Normalista era a única titulação oferecida para a formação de professores naquele momento, sendo o maior nível de estudos que se podia alcançar no magistério da Parahyba. Assim, a titulação de Normalista era, de tal forma representativa, que contaria com a presença do Director da Instrução Pública e do Presidente do Estado.

No dia seguinte ao evento, novas publicações dão conta de como ele ocorreu:

Quadro 11: Solenidade Formatura Umbelina Garcez, 1898.

Externato Normal

Como havíamos noticiado realizou-se hontem a entrega de diplomas as Ex.^{mas} Sen.^{as} D.D. Luiza Vianna, Izabel Cavalcanti, Aurora Peixoto e Umbelina Garcêz.

Uma comissão de senhoras recebia as Famílias que compareciam a assistir a solenidade.

Antes da entrega dos diplomas, orou o digno director da Instrucção Pública seguindo-se o orador oficial Dr. Cicero Moura.

Em seguida, em nome das diplomadas orou D. Luiza Vianna, seguindo-se D. Aurora Peixoto que também disse algumas palavras.

Durante a solenidade que esteve bastante concorrida tocou uma banda de música do Batalhão de Segurança.

S. Exc. o Sr. Presidente do Estado não poudo comparecer, fazendo a devida comunicação.

Fonte: jornal “A União”, domingo, 24/04/1898.

Quadro 12: Solenidade Formatura Umbelina Garcez, 1898.

Sollenidade

Teve effectivamente logar ante-hontem, no salão de honra da Escola Normal a entrega de diplomas as Ex.^{mas} Sen.^{as} D.D. Aurora Peixoto, Izabel Cavalcanti, Luiza Vianna e Umbelina Garcêz. A solenidade regorgitava com a estimada presença do Ex.^{mo} Director da Instrucção Pública, Cavalleiros e Sr^{as} da mais distinta sociedade pahybana, as quaes dividiam-se entre familiares e amigos particulares das Illumas. Diplomadas. Uma comissão de senhoras recebia alegremente as Famílias que compareciam para assistir a solenidade, onde uma excellente banda de música do Batalhão de Segurança executou o hinno nacional.

O Digno Director da Instrucção Pública, fez enttusiasmada orattoria antes da entrega dos diplomas, seguido pelo orador oficial, Dr. Cicero Moura, que saudou a todos com eloquentes palavras.

Em nome das diplomadas, orou D. Luiza Vianna, seguindo-se D. Aurora Peixoto que também orou, proferindo bem lançadas palavras. Foram também erguidos brindes levantando-se das mesas todos os convidados.

O Exc. Sr. Presidente do Estado não poude comparecer, mas se fez presente por comunicação. Foi uma solenidade muito concorrida e terminou as quatro horas da tarde.

Fonte: jornal “Correio Official”, 25/04/1898.

Ambas as notícias divulgando a diplomação das normalistas trazem semelhanças no tocante ao fato da solenidade ter sido “bastante concorrida”, destacando a presença do Diretor de Ensino, o que demonstra os interesses da classe política e das elites sociais em divulgar a profissionalização de professores, tendo em vista que o processo de constituição da Escola Normal se materializou em meio aos conflitos entre Liberais e Conservadores. A presença de “Cavalleiros e Sras. da mais distinta sociedade parahybana” leva a inferir que a instituição desempenhava importante papel como espaço do círculo de sociabilidade político-intelectual realizar suas erudições, relacionando a cientificidade e profissionalização de professores. A notoriedade do evento, que foi publicado nos dois jornais oficiais da época, ‘A União’ e Correio Official’, deu destaque a formação de professores para demonstrar ser objeto de valorização pelo governo e pela sociedade paraibana, que nesse sentido, promovia novos lugares e marcos de instrução pois, “[...] era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime político [...] (re)inventar a nação, inaugurar uma nova era, novos tempos”. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 35).

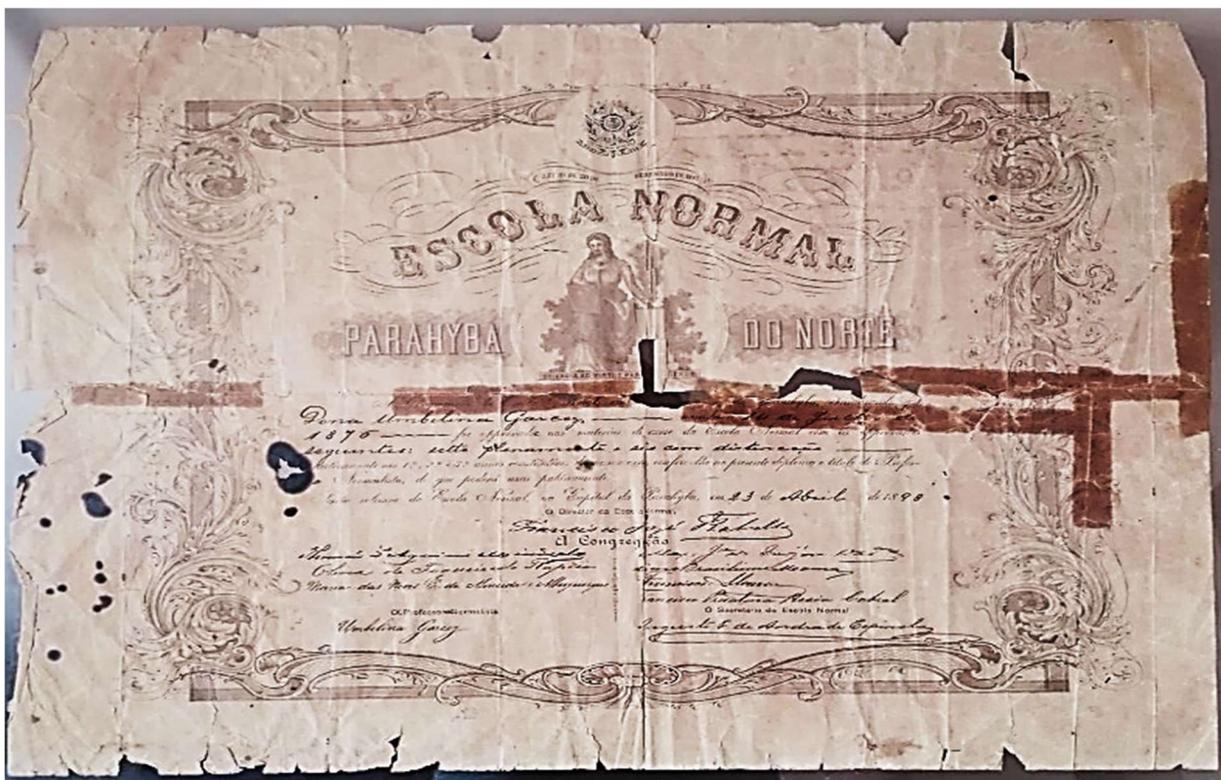
Na publicação do Correio Official, **Quadro 12**, nota-se que o redator não poupa elogios ao cerimonial que contou com a Banda do Batalhão de Segurança tocou o Hino Nacional, elemento relacionado a uma educação cívica que era propugnada enquanto meio para desenvolver o sentido de Nação e de identidade nacional, “um dos principais dispositivos capazes de moldar, inculcar, controlar e regenerar o país no período republicano. O detalhe do “brinde” apresenta a organização do evento, com mesas para as famílias e convidados, que foram acolhidas por recepcionistas e ouviram discursos dos oradores e das formandas, algumas emocionadas. Apesar da aparente relevância e destaque do evento, o Presidente do Estado não compareceu. Após a conclusão do Curso Normal, a professora Umbelina Garcez, agora normalista, passou a ministrar aulas particulares. Enfim, o sonho tão almejado foi alcançado.

Figura 26: Profª Umbelina Garcez – Formatura (abril 1898)



Fonte: Acervo da família Garcez

Figura 27: Diploma de Normalista da Prof^a. Umbelina Garcez (1898)



Fonte: Acervo da EEEF Prof^a Umbelina Garcez, Mamanguape, PB.

O Diploma de Normalista da professora Umbelina Garcez declara que ela “foi aprovada nas materias do curso da Escola Normal com as aprovações seguintes: *sette plenamente e seis com distinção* respectivamente nos 1º, 2º e 3º anos [...] confere-lhe o presente diploma o título de Professora Normalista, de que poderá usar publicamente” (23 abril 1898).

Do lado esquerdo inferior do diploma encontra-se a assinatura da professora Umbelina Garcez, apresentando caligrafia primorosa, reflexo de sua rigorosidade detalhista.

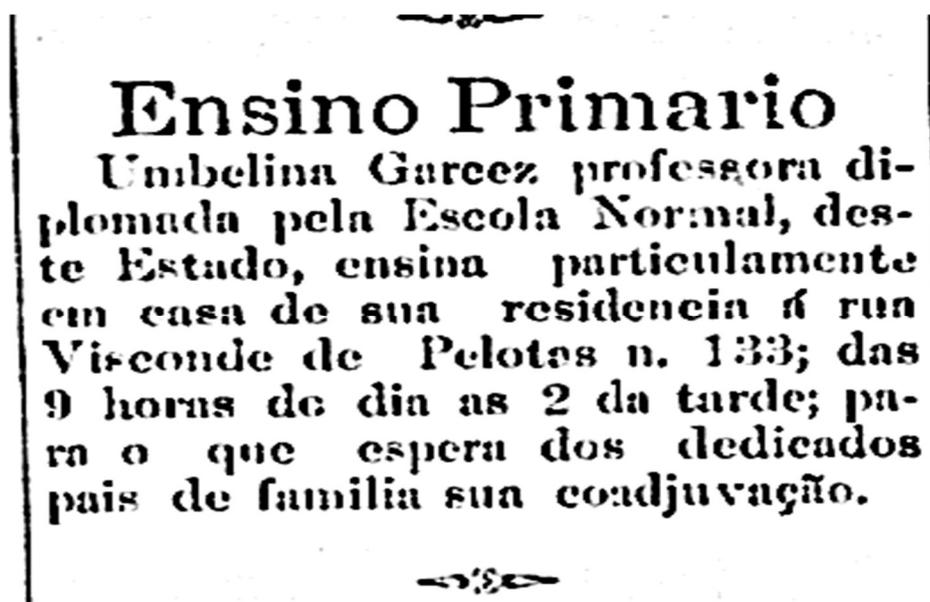
Com a diplomação de Normalista coroando seu esforço, encerra-se um ciclo de lutas para começar outro: o da batalha por alunos e reconhecimento no mercado de trabalho.

3.2 Normalista na Parahyba do Norte no século XX

Depois de formada professora Normalista, Umbelina Garcez começou a dar aulas particulares em sua residência. Cumpre registrar que eram poucas as escolas públicas, havendo várias instituições de ensino particular que funcionavam nas casas dos professores e professoras.

Ciente de que o exercício da docência trazia maior reconhecimento social para as moças das elites, garantindo-lhes um casamento promissor por terem instrução, compreende-se que embora fosse proveniente de família da elite, naquele momento de sua vida a professora precisava de rendimentos para o seu sustento. Visando alcançar um número de alunos que lhe fosse favorável, ela colocou anúncios nos jornais pouco tempo após sua formatura. Foram encontrados anúncios semanais da professora Umbelina Garcez no jornal “A União”, repetindo-se diariamente durante os meses de junho, julho, agosto e setembro de 1898.

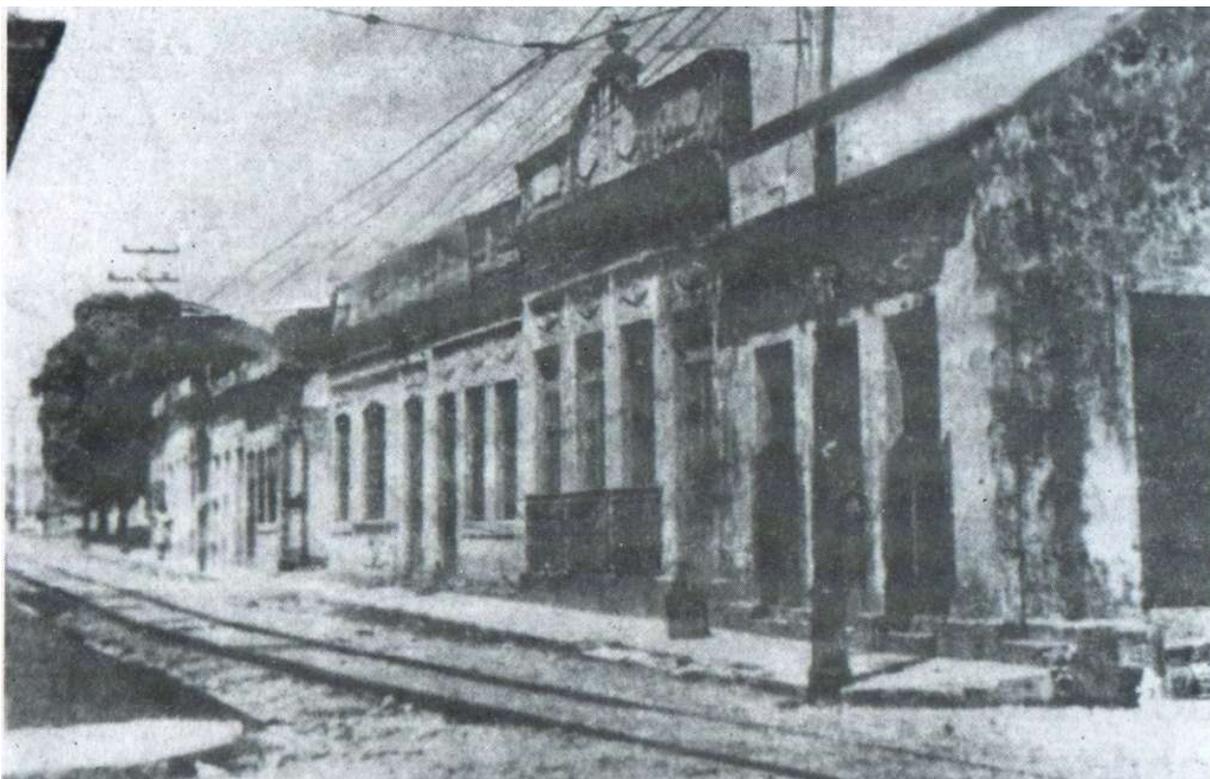
Figura 28: Anuncio de aulas particulares – Profª Umbelina Garcez, 1898.



Fonte: Jornal “A União”, ed. 01376, p. 2.

A escola particular e residência da professora Nena Garcez funcionava das “9h do dia as 2 da tarde” e localizava-se na rua Visconde de Pelotas - 133, em meio a elite paraibana, prédios do governo e igrejas. Não há, no entanto, o valor cobrado pelas aulas ou maiores informações.

Figura 29: Rua Visconde de Pelotas, 1940.



Fonte: Facebook: João Pessoa ontem e hoje. Disponível em: <https://www.facebook.com/joaopessoaontemehoje/photos> Acesso em: 23/10/2021.

Admite-se, a partir dos depoimentos e documentos, que em meio a um período de dominação patriarcal de exclusão das mulheres, e diante da trajetória conturbada e difícil da família Garcez, a professora Umbelina mostrou-se determinada e persistente na conquista dos seus objetivos e ideais. Observando atentamente, pode se dizer que vida e o desafio da formação docente ocasionaram um movimento em que se depararam a formação institucional, a história pessoal /de vida, as escolhas sentimentais, as opções religiosas, dentre várias outras instâncias que, ao irem se

imbricando, teceram o perfil de estudante e, certamente, estiveram presentes na construção do perfil professoral de Nena Garcez.

Compreende-se, nessa perspectiva, que são os acontecimentos biográficos que, de modo bastante pessoal, mas ao mesmo tempo impregnados do coletivo, vão impulsionando determinados costumes e jeitos de ser e de estar, na vida e na profissão. Nesse contexto, as escolhas tomadas e os trajetos percorridos, assim como os acontecimentos vividos e não escolhidos, construíram a pessoa e a profissional Umbelina Garcez, conduzindo-a em direção à escola privada na rua Visconde de Pelotas. Conforme nos ensina Nóvoa (1991, p. 70), não se pode separar o indivíduo do professor, ao contrário, é preciso encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoal e profissional. No caso da professora Umbelina, o pessoal de vivências desafiadoras, com princípios rígidos tecidos no forte patriarcalismo da época, forjou uma mulher sisuda e determinada.

3.3 Em meio aos desencantos da vida, a possibilidade do Amor

Os anos finais do século XIX, no Brasil, foram marcados por inúmeros eventos no campo político, social e econômico. O início da República ocasionou transformações que atingiram toda a sociedade brasileira, incluindo o corpo social paraibano, embora de forma mais lenta se comparada a Estados da região Sul e Sudeste. Em meio a abolição da escravatura, proclamação da República, migração para os centros urbanos e disputas políticas em relação ao poder, a presença das mulheres no mercado de trabalho origina grandes questionamentos, visto que a sociedade compreendia que deveriam ser educadas para permanecerem no lar, cuidando dos afazeres domésticos, do marido e dos filhos. negando, portanto, a estas, a ampliação da participação no exercício da vida pública. (MACHADO; VIEIRA; NUNES; FIALHO).

Umbelina Garcez, mulher educada nos moldes conservadores, mas atingida por diversos infortúnios familiares, se viu compelida a buscar na educação e na docência, uma das únicas atividades profissionais aceitas pela sociedade para ser

exercida pelas mulheres neste tempo. Já com mais de 30 anos, idade considerada avançada para o namoro e casamento, em meio aos estudos na Escola Normal, morando na casa de familiares, Umbelina se vê cortejada pelo cadete Alexandre Francisco de Seixas Machado, homem mais jovem que ela, mas que vai despertar seus sentimentos para o amor:

Você sabia que ela foi noiva? Ela foi noiva do cadete Alexandre Seixas, que ela conheceu quando estava cursando a Escola Normal. Ele era filho do Barão de Maraú, era mais novo do que ela e no início ela tinha vergonha, mas depois chegaram a ficar noivos. Ele servia no batalhão de infantaria e já estavam se arrumando pra casar quando ele foi enviado pro Pará que estava tendo um movimento lá, alguma coisa assim, e ele foi numa missão militar. Nesse tempo, ele mandava cartas pra ela, eles se correspondiam; ela tinha uma corrente com relicário, que ela usava sempre, com a foto dele. Só que não chegaram a casar porque ele morreu lá no Pará. Tava num navio, numa missão militar e morreu. Foi em Santarém, se me lembro bem. Ela ficou muito triste, mas ela era dura, procurava não demonstrar. Passou muita coisa na vida, perdeu muitas pessoas queridas, família. Era assim, forte. Mas guardou todas as cartas dele, só que se perderam. Nunca mais namorou ninguém e nem casou. (RAMOS, Adauto. Entrevista realizada em 27/09/2022).

Mais uma vez, uma fatalidade trazia o desfortúnio para a vida de Umbelina Garcez, fazendo sucumbir seu noivo e sua pretensa vida amorosa, a qual ficou reduzida às lembranças do romance vivido com o cadete; lembranças estas que carregou por toda a vida. A esse respeito, Lourdes Garcez discorre no livro *profª Nena Garcez e Eu*:

Um dia, enquanto D. Nena bordava, seus parentes receberam a visita de um amigo militar que tinha o posto de Alferes. Era alto, moreno e seu nome era Alexandre Seixas. As visitas de Alexandre tornaram-se mais frequentes, até que um dia ele deixou em sua caixa de linhas um bilhete que era uma declaração de amor. D. Nena ficou feliz e indecisa, porque ela era um pouco mais velha que ele. Justamente nessa época o Alferes foi enviado para servir a Pátria na Guerra do Paraguai. Esse fato foi decisivo para que D. Nena correspondesse definitivamente ao amor de Alexandre. Tive certeza quando li as diversas cartas que ele enviava pra ela do Paraguai, acusando sempre o recebimento da carta enviada por ela anteriormente. Conforme D. Nena me disse certa vez, um dia recebeu pelo correio uma carta do companheiro de Alexandre dizendo que ele adoecera e havia falecido, vítima de beri-beri, no Paraguai, sem ter participado de nenhuma batalha. D. Nena sentiu muito a perda do seu primeiro e último amor. Guardou carinhosamente por toda a sua vida as cartas escritas por ele num bauzinho recoberto de veludo azul; e sua fotografia num medalhão dourado, em grossa corrente. (GARCEZ, 2010).

O casamento no século XIX acontecia, para as mulheres, geralmente nas idades entre 20 e 23 anos (LEVY, 2009, p. 118), o que faz inferir que, com mais de trinta anos, Umbelina Garcez já não tinha muitas perspectivas de encontrar um casamento quando foi surpreendida pelo interesse de Alexandre, amigo da família e mais jovem do que ela; o que era comum na época, assim como também eram habituais os casamentos entre parentes consanguíneos:

Os casamentos desiguais quanto à idade eram usuais nessa época colonial, contrariando as lições dos moralistas de então, enquanto os casamentos desiguais do ponto de vista social ou religioso eram muito mal vistos, em todo o Brasil. Na nossa sociedade em geral, mas particularmente nas classes abastadas, a escolha do marido para a filha era do pater famílias, algumas vezes com a colaboração da mãe da moça. No século XIX, essa escolha foi se modificando, tendo os interessados uma voz mais ativa. Precediam o noivado propriamente dito duas a três fases: troca dos primeiros e furtivos sinais de interesse recíproco e da exploração das possibilidades de aproximação e de comunicação interpessoal direta e próxima; associação deliberada ou namoro em sentido exato; e compromisso preliminar ao noivado formal, também dito oficial. Assim se estruturava o padrão tradicional de namoro (LEVY, 2009, p. 121).

Segundo o trecho do livro escrito por Lourdes Garcez e o depoimento de Aduino Ramos, há indícios que Umbelina e Alexandre passaram pelas fases iniciais do namoro, chegando a assumir um compromisso mais sério, sem conseguirem concretizar a união pela fatalidade que acometeu o alferes. Apesar dele ser amigo da família, não há indícios que revelem se o interesse pela professora foi realmente espontâneo ou se houve algum tipo de arranjo feito pelos familiares, já que essa era uma prática que ainda acontecia.

Em relação a morte do militar, ao ler o texto do livro percebe-se diferença quanto ao local de morte de Alexandre Seixas em relação ao depoimento de Aduino Ramos. Sabendo que a Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870, período em que Nena Garcez contaria com, no máximo, 13 anos de idade, e Alexandre ainda seria uma criança, supõe-se que ele tenha falecido no Pará, em Santarém, como conta Aduino Ramos. Em seu livro *Escritura e Registros* (2012, p. 10), Ramos apresenta dados sobre Alexandre Seixas:

[...] Aos oito de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, na capela do engenho São João, desta freguesia de Santa Rita, o Padre Philippe Benício da Fonseca Galvão batizou o párvulo Alexandre, branco, nascido a um de julho do corrente ano, filho legítimo de Francisco Bernardo de Seixas Machado e D. Maria Clara de Vasconcelos Seixas, sendo padrinhos o Barão e a Baronesa de Maraú; todos moradores desta freguesia; do que para constar, fez este assento e assinou. O Vigário Manoel Gervázio Ferreira da Silva. [...] Alexandre era 2º Cadete do 27º Batalhão de Infantaria do Estado da Paraíba. [...] Sabemos por informações verbais que Alexandre faleceu em Santarém – Pará, em um navio, quando estava em uma missão militar.

No *Almanake do Estado da Parahyba* de 1899 encontra-se o nome de Alexandre Francisco de Seixas Machado na p. 186, citando-o como Alferes⁷⁴ do 27º Batalhão de Infantaria da Força Federal do Recife – PE. Em busca mais apurada na Hemeroteca Nacional, foram encontradas publicadas duas licenças tiradas para tratamento de saúde⁷⁵, em 1901 e 1902 respectivamente, “em casa de sua família na Parahyba”, o que conduz a inferência de que foi nesse período que se deu o encontro com Umbelina Garcez. No 27º Batalhão de Infantaria, o alferes Alexandre foi instrutor de tiro⁷⁶ e Comandante do grupo de construção do 35º Batalhão de Infantaria, para o qual foi transferido após a construção. Saliente-se que alguns militares faziam parte da elite letrada das forças armadas do período, já familiarizados com a leitura e a escrita o que, muitas vezes, lhes rendia cargos de destaque na sociedade local. Alexandre Seixas não chegou a ocupar cargo elevado no meio militar, mas era formado pelo Lyceu Parahybano e pelo Colégio Militar do Recife - PE⁷⁷.

Em 1903 o infante alferes Alexandre foi enviado para o Acre em missão no vapor *Canutama*, que se dirigiu posteriormente a Manaus, aportando na cidade com cerca de sessenta enfermos e doze mortos devido as péssimas condições sanitárias

⁷⁴ Alferes é um posto ou graduação militar existente nas forças armadas de alguns países. Normalmente, corresponde a um posto das categorias de oficial subalterno ou de cadete / oficial aluno. Seguindo o modelo herdado do Exército Português, inicialmente, a primeira patente de oficial do Exército Brasileiro era a de alferes. Na reforma das Forças Armadas de 1930, sob comando de Getúlio Vargas, a patente foi substituída pela de segundo-tenente. Fonte: pt.wikipedia.org/alferes Acesso em: 2/07/2023.

⁷⁵ As notícias foram publicadas no Diário de Pernambuco (N. 38B e N. 86, de 1901; N. 19B, 137, 224, 228 e 231 de 1902), A Província-PE (nº 121, 135, 137, 183, 184); Relatório do Ministério da Guerra – RJ (Dec. N. 4752 de 28 jan. 1903); Jornal do Recife – PE (N. 110); O Paiz – RJ (Ed. 6459 e 6683); Jornal do Brasil (Ed. 242, p. 04, 1903).

⁷⁶ Informação contida no Diário de Pernambuco (Edição 19B, 25 jan 1902).

⁷⁷ Informações registradas no Jornal da Parahyba (Edição n.2722, 1888).

e alimentares do Estado do Acre⁷⁸. A partir deste noticiário, as fontes sobre o alferes silenciam, dando indícios de que o militar veio a falecer nesta missão, possivelmente a bordo do vapor *Canutama*, no citado ano de 1903.

Embora o desfecho da história de Alexandre não tenha se dado no Paraguai ou no Pará, como cogitado por Lourdes Garcez e Adauto Ramos, as informações transmitidas por eles foram responsáveis pela condução das buscas por informações sobre o alferes, oferecendo possibilidades de outras versões sobre o vivido e novos olhares acerca da experiência relatada.

Figura 30: Alexandre Francisco de Seixas Machado, S/D



Fonte: RAMOS, Adauto. *Escrituras e Registros*, João Pessoa - PB: Sal da Terra, 2012, p. 11.

⁷⁸ Jornal do Brasil; *DE MANA'OS*, Rio de Janeiro – RJ, 30 ago 1903, Ed. 242, p. 4.

As múltiplas possibilidades de compreender o passado que ampararam este estudo, na busca de outras versões sobre o vivido permitindo novos olhares sobre as informações e documentos conduzem a interpretação de que certamente, existem mediações subjetivas, sociais e culturais que interferem na forma como num acontecimento é vivido e percebido pelo sujeito e por seus próximos no momento em que ocorre.

Desse modo, constatamos que entre o momento vivido e o recordar ulterior, se interpõe “a mediação das significações que o sujeito lhes atribui retrospectivamente” por meio das percepções, reflexões e avaliações que realizou de suas experiências. Levamos em conta também que entre o vivido pelo indivíduo e o que defere hoje, “se interpõem outras mediações”. (BERTAUX, 2010, p. 51). Assim, torna-se importante mencionar que as memórias dos depoentes compõem um reordenamento do passado, que ressurgem reelaborado e ressignificado, de acordo com as expectativas e inquirições do presente. Na esteira desse debate, Bosi (1994, p. 55) afirma que,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não pode ser uma imagem fidedigna do passado, será uma aproximação, considerando-se o tempo presente.”. (BOSI, 1994, p. 55).

Embora mudáveis quando ressignificadas, as memórias assumem uma verossimilhança e aproximação com o passado. Logo, de acordo com Portelli (1997, p. 33), a consideração pelo valor e a importância que cada sujeito se configura como “uma das principais lições de ética sobre a pesquisa na História Oral”, onde cada sujeito é um arcabouço de informações e deve ser visto como singular nas suas narrativas.

No que concerne à Umbelina, entre as inúmeras perdas afetivas que marcaram sua vida, esta foi mais uma difícil ausência a ser enfrentada, um projeto sentimental dissipado que a levou a preservar as cartas e fotografia de Alexandre Seixas até depois da vida, pois Lourdes declara que ao enterrá-la, colocou junto a caixa de veludo azul onde ela cuidadosamente mantinha guardadas as cartas de seu único pretendente.

CAPITULO IV



Imagem 1: Placa Inauguração Escola Umbelina Garcez



Imagem 2: Banda de música, teatro Sta. Cecília

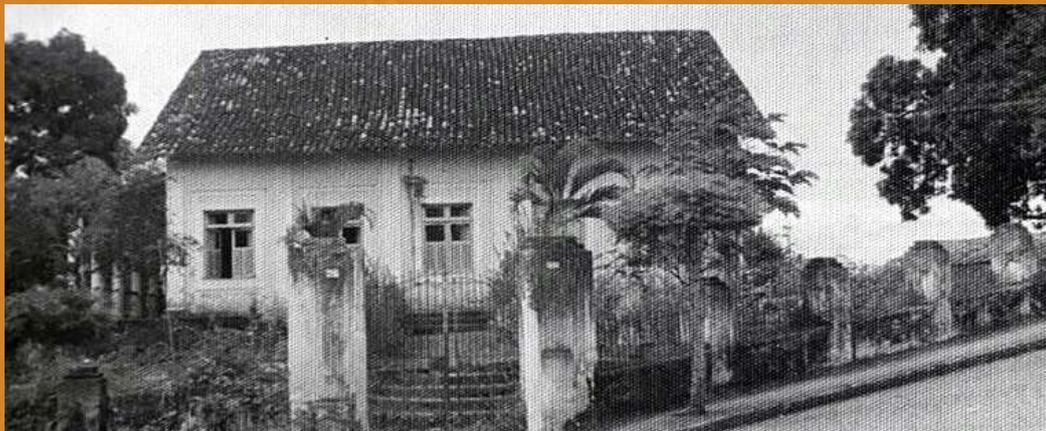


Imagem 3: Casa de Umbelina Garcez

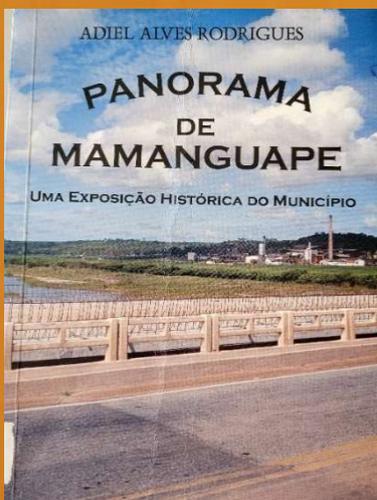


Imagem 5: Livro "Panorama de Mamanguape"



Imagem 4: Igreja Matriz de Mamanguape-PB

4. TRANSITANDO ENTRE SÉCULOS: MOVIMENTOS DE UMA NORMALISTA

Em se tratando da história da educação brasileira e, mais especificamente, da educação na Paraíba, identifica-se dois períodos, denominados por Pinheiro (2001) como “Era das Cadeiras Isoladas” e “Era dos Grupos Escolares”. Segundo esse autor, a primeira dessas *eras* se iniciou com a implantação da primeira *aula régia* em 1783, e perdurou até por volta de 1822, quando se instaurou o 1º Império e as aulas régias passaram a ser chamadas de *Cadeiras Isoladas*. Contudo, conservaram as similaridades com o modelo de organização escolar implantado pelas aulas régias, mantendo-se até meados da primeira década do século XX. A partir de então, tem início a *Era dos Grupos Escolares*, que substitui paulatinamente o modelo de organização anterior.

A emergência de estruturação da sociedade no período após a independência política do Brasil instaurou a defesa de que “a educação era fonte basilar para socializar a população, trazendo o progresso e modernização ao país” (Pinheiro, 2001). A administração pública percebeu a necessidade de instruir a população, sendo a escolarização considerada, nesse momento, fundamental para o processo de estruturação do Estado Nacional. Como afirma José Baptista de Mello (1936), em 1823 foram dados os primeiros passos no intento de superar os problemas relacionados ao desenvolvimento da instrução na Província. A partir deste período, a educação na Paraíba, embora se apresente envolta pelos problemas econômicos, políticos e sociais, além das adversidades enfrentadas por conta das intempéries climáticas, foi tendo um crescimento contínuo no número de cadeiras.

Porém, nem sempre a qualidade do ensino acompanhou a expansão do mesmo. De acordo com VILLELA (1990, p. 119), “a difusão das Luzes se tornava para aqueles dirigentes o complemento indispensável da ação coercitiva exercida pelo Estado e a instrução pública, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, mereceria atenção especial.” A partir desta necessidade de instruir o povo e “centralizar o poder dos grupos dirigentes”, emanaram as primeiras tentativas de disseminação da educação popular na Paraíba, tendo a instrução como elemento regenerador da nação e instrumento eficaz para alcançar o progresso, conceito que já havia sido incorporado do discurso da elite local antes mesmo da instauração da república

(PINHEIRO, 2006, p. 146). Essa elite, formada pelos detentores do poder e pelos “homens de letras”, ou seja, uma minoria alfabetizada a qual manifestava uma “preocupação com a disseminação da alfabetização e com o saber a ser veiculado pela escola, a nova instituição que se impunha como necessidade da vida civilizada” (BITTENCOURT, 1993, p.28). Nessa conjuntura, a educação passa a ser valorizada pelos governantes, aparecendo nos discursos e nas deliberações oficiais visando efetivar o desenvolvimento social:

Não raro, defendia-se, nos discursos oficiais que o progresso social e, mais especificamente, o progresso do ensino, só ocorreria se a oferta de cadeiras isoladas fosse ampliada pelo poder público provincial e municipal (PINHEIRO, 2002, p. 102).

Em meio a expansão das escolas públicas no Estado e a preferência por professoras normalistas, a professora Umbelina Garcez conclui sua formação na Escola Normal em 1898, no século XIX e é nomeada em 1906, já no século XX, para reger cadeira feminina em Mamanguape, perpassando por todas as movimentações, dinâmicas econômico-sociais e transformações que este período englobou.

4.1 Mamanguape, novos horizontes: (re)começar é preciso

Mamanguape configura-se como um dos municípios mais antigos da Paraíba, coincidindo seu surgimento com a própria história da Paraíba. De acordo com Costa (1986, p. 41), a colonização de Mamanguape se deu na transição entre o final do século XVI e o início do XVII. A localidade passou a condição de freguesia⁷⁹ inicialmente e, com o desenvolvimento econômico, social e político da região, passou a ser considerada vila em 1839, e cidade em 1855. Nesse período, todo o espaço que atualmente compõe os municípios do Litoral Norte era concebido como um só, tendo o início do povoamento se dado pela área que hoje corresponde à Baía da Traição,

⁷⁹ As vilas e cidades eram subdivididas em “freguesias”, com finalidade de controle pastoral. Os registros de nascimentos e de óbitos eram realizados nos livros das paróquias; de modo que mediante a certidão de batismo podia-se confirmar quem tinha nascido livre ou escravo. A igreja fazia o registro eleitoral e a votação era delineada de acordo com a distribuição das paróquias (GODOY, 2011, p. 10).

chegando à região atual através do Rio Mamanguape⁸⁰. Por estar às margens deste rio, a cidade despontou como centro interessante para investimento, apresentando indícios de centralidade para a agricultura e comércio, passando a ter influência na região:

Mamanguape com seu crescimento passou a influir em uma vasta região, do brejo ao litoral, e até áreas do sertão e cariri. Seu território fértil produzia lavouras de subsistência de forma tal que esses produtos eram levados a suas feiras livres, ali podendo ser adquiridos por comerciantes vindos de outras localidades onde inexisteriam essas lavouras (COSTA, 1986, p. 49).

Ao tratar deste tema, é imprescindível explicitar a importância que o Rio Mamanguape teve ocupação do local e para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e comércio na região, onde fazendas e engenhos se encontravam distribuídos nas suas margens e o escoamento de mercadorias se dava através dele. Além disso, várias das investidas dos colonizadores se deram acompanhando o curso do rio:

Antes do alastramento da atividade canavieira, o vale do Mamanguape foi tomado por fazendas de criação de gado, o que determinou a ocupação das terras do baixo e médio curso do rio em pleno século XVI (ANDRADE, 1957, p. 37).

A partir disso e de outros elementos, Mamanguape⁸¹ foi consolidando uma importância regional, alcançando um período de apogeu onde a pujança econômica, segundo determinados autores, se deu entre 1850 e 1900, refletindo-se na organização da cidade e nos contextos político, econômico e social:

Isso era materializado e visível na paisagem através da grande quantidade de casas comerciais denominadas de armazéns, grandes residências com fachadas de azulejos clubes, lojas maçônicas etc. Em 1870, contava Mamanguape com setenta armazéns de venda em grosso, além de muitas casas a varejo. (COSTA, 1986, p. 48).

⁸⁰ O **rio Mamanguape** é um curso d'água cuja bacia banha o estado brasileiro da Paraíba, formando a segunda principal bacia do leste do estado (sendo a principal bacia do Nordeste estadual), após o rio Paraíba (entre ambas está a bacia do rio Miriri e seu belo maceió). O rio já aparecia em mapas do século XVI, mesmo antes da ocupação portuguesa na área, quando era território potiguara visitado por franceses, que exploravam o pau-brasil da região. **Fonte:** https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Mamanguape Acesso em: 30/06/2022.

⁸¹ Etimologicamente, segundo o historiador Eduardo Navarro, o termo deriva do tupi *mamangûape*, que significa «na enseada dos mamangás» (*mamangá* + *kûá*, enseada + *pe*, em) Mamangá é um termo que se refere a três espécies de arbustos: *Cassia medica*, *Senna occidentalis* e *Senna quinquangulata*. Já de acordo com Elias Herckmans, em suas etimologias indígenas na *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, de 1639, o termo provém de *mamã-guaba-pe*, que se traduz por «onde se reúne para beber», num bebedouro.

Em seu ápice, nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, Mamanguape detinha uma considerável quantidade de 36 engenhos de variados tipos em seu território, incluindo engenhos a vapor, que contribuía para a manutenção da centralidade e importância econômica. A dinâmica acentuada do comércio e da economia mamanguapense era perceptível no cenário e no cotidiano da cidade que já contava com ruas “calçadas e iluminadas por lampiões de azeite em cada esquina”, fato que movimentava a cidade também a noite, possibilitando a vida noturna.

Figura 31: Feira no Centro de Mamanguape. (1900. data estimada)

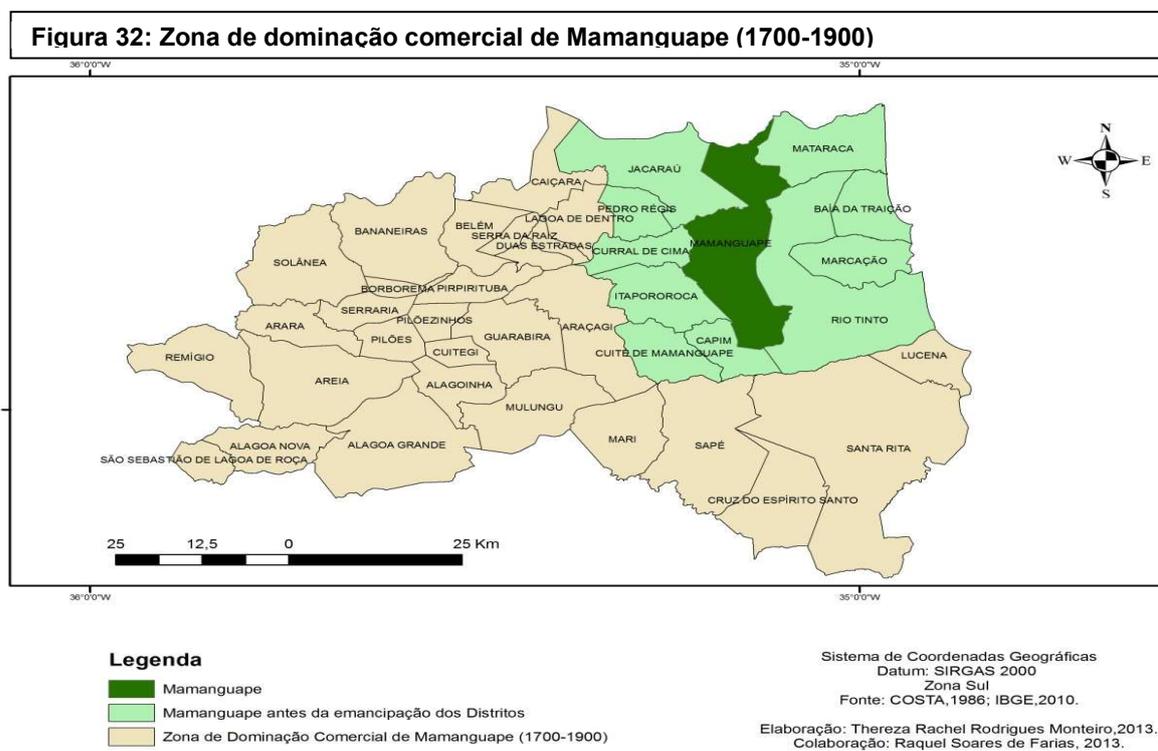


Fonte: <https://www.facebook.com/mamanguapecontasuashistorias>. Acesso em 22/03/2021.

Havia “casas revestidas de azulejos e uma abundância de negociantes, guardalivros, caixeiros, embarcadores e artífices” (MARIZ, 1985). Segundo Rodrigues (2008, p. 16 *apud* Nascimento, 2022, p. 109),

A extensão do território de Mamanguape era de norte a sul de 99 km e de leste a oeste de 92 km. O município compreendia, além da cidade que lhe serve de sede, as povoações: S. Miguel, Bahia da Traição, Coqueirinhos, Barra do Mamanguape, Marcação, Preguiça, Salema, S. José do Rio Seco, Conceição de Alagoa, S. João, Estacada, Campina, Timbó, Retiro, Jacaraú, Curral de Cima, Laranjeiras, Conceição de João Pereira, Mataraca, S. Francisco, Mary, Pitanga, Volta e Lagamar. [...] Em 1922, a superfície de Mamanguape era de 6.851 km² [...]. (RODRIGUES, 2008, p. 16).

Para uma melhor compreensão dessa organização, o *Mapa 02*⁸² (a seguir) apresenta os municípios que Mamanguape concentrava no referido período. Compete citar que a área abrangida por Mamanguape corresponderia, hoje, ao quantitativo de 39 municípios.



Fonte: FARIAS (2013, p. 60)

Ao longo do século XX, as povoações que formavam a área pertencente a Mamanguape foram se emancipando e transformando-se em municípios. O fortalecimento econômico de Mamanguape, no entanto, foi interrompido no início do século XX quando a cidade ficou fora do percurso de construção da ferrovia que ligaria o interior à capital. Ao ser construída, a ferrovia deixou de lado a cidade de Mamanguape, que com o porto de Salema também enfrentando problemas, foi desprezada. O município passou a amargar sérios prejuízos, entrando em colapso e conduzindo muitos de seus habitantes para a capital em busca de manter sua condição econômica ou se recompor dos danos sofridos. Dessa forma, Mamanguape tombou à decadência econômica (COSTA, 1986, p. 73).

⁸² O mapa segue a divisão política administrativa atual, pois, no século XIX, a Paraíba estava dividida em províncias e vilas.

Quando a professora Nena Garcez chegou em Mamanguape em 1905, a cidade estava passando pela transição entre o período de apogeu e declínio e, embora fosse uma região desenvolvida para os moldes da época, naquele momento não contava com professora Normalista nem educação pública para “o sexo feminino”⁸³. No entanto, a 1ª Cadeira do sexo feminino do ensino primário⁸⁴ de Mamanguape já havia sido criada em 1896, sendo exercida pela professora interina Francisca Emília Albuquerque Pessoa⁸⁵, que desempenhava a atividade docente na freguesia de São Pedro e São Paulo, não sendo formada pela Escola Normal.

Em suma, a educação pública admitia professores praticamente sem nenhuma preparação específica para o magistério, não garantindo um trabalho coeso ou sistematizado, deixando o ensino disperso.

Outro fator que vale a pena destacar é que a mobilidade de professores no “Estado da Parahyba” era grande, devido aos pedidos de exoneração, afastamentos para tratar a saúde, pedidos de transferências, jubilações e abandonos de cargo, o que tornou a fixação de professores no interior do Estado um dos maiores desafios enfrentados pelos gestores públicos. Convém assinalar que o Presidente do Estado, Álvaro Lopes Machado, mostrou estar ciente desta dificuldade por meio de seu relatório de 1905, p. 8:

INSTRUÇÃO PUBLICA: Não se ignora a decadência a que chegou em nosso Estado a instrução elementar, em geral, pela falta de habilitações no respectivo corpo docente, falta que poderia em parte estar sanada pela investidura das normalistas nas Cadeiras do sexo feminino. Mas, aquellas, ordinariamente residentes n’esta Capital, não tem procurado, ou mesmo, recusão collocação no interior do Estado.

Neste mesmo relatório, Álvaro Machado anuncia a substituição do “pessoal docente da instrução primária por professores normalistas”, sendo a professora Umbelina Garcez nomeada para tomar posse da 1ª Cadeira do sexo feminino primário em Mamanguape.

⁸³ Nomenclatura usada nos documentos oficiais do período.

⁸⁴ A partir da reforma de 1904 as escolas primárias foram divididas em classes, sendo o total de quatro: “a) De 1ª classe, as escolas da Capital; b) De 2ª classe, as escolas das outras cidades; c) De 3ª classe, as escolas das villas; d) De 4ª classe, as escolas das povoações”. (PARAHYBA, 1904, art. 21). Ainda segundo esse decreto, as cadeiras de 4ª Classe deveriam ser mistas e ministradas por professoras. Classificavam-se ainda em ‘Estaduais’ e ‘Municipais’; as ‘Estaduais’ eram as de 1º, 2º e 3º classes, e as ‘Municipais’, as de 4ª classe.

⁸⁵ Informação encontrada no Jornal A União, N. 951, de 15 nov. 1896.

4.2 Uma professora Normalista no interior

É sabido que a educação feminina no Brasil faz parte da história recente e é marcada pelo “estabelecimento da ordem patriarcal” (MELKINOFF, 2014). Os estudos empreendidos evidenciam a mulher, no final do oitocentos, como subordinada e dependente da figura masculina - do pai ou do marido. O sexo feminino carregava o estigma da pouca inteligência, fragilidade e incapacidade de tomadas de decisão que significassem responsabilidades amplas, sendo excluído dos espaços públicos.

Dessa forma, a educação feminina era voltada para a aprendizagem dos afazeres domésticos e exercício da maternidade, limitando-se a aprender a bordar, cozinhar, costurar e outras tarefas do lar, já que ser esposa e mãe eram os únicos papéis para os quais a mulher tinha “vocação natural”. Somente no século XIX, com a industrialização, a urbanização e as transformações na cena mundial, a profissionalização da mulher ganha espaço, ampliando-se com a criação da Escola Normal.

Neste universo, compreende-se que a introdução da docência feminina na Paraíba encontra-se imbricada à institucionalização do ensino primário e da instrução escolar. A professora Umbelina Garcez se inclui nessa realidade, adentrando a carreira docente e indo reger a primeira Cadeira do sexo feminino do ensino primário em Mamanguape. Sobre este cenário, Lourdes Garcez declara:

Ela foi a primeira professora formada da cidade, foi pra Mamanguape pra colocar escola lá. Foi em 1905. Ela era a única professora formada do Estado em Mamanguape; ela se orgulhava disso. Ela era de opinião, ia atrás das coisas, falava com quem fosse preciso, até com o governador. Mandava cartas. Não tinha dificuldade pra ela, porque ela enfrentava. Então, ela botou essa escola que era na casa dela, em frente à igreja do Sagrado Coração de Jesus. Ela ensinava tudo: português, matemática [pausa] e também ensinava os valores, né? Ensinava as crianças a respeitar, e ensinava a rezar também. Era muito católica. Todos os dias antes da aula cantava o Hino Nacional e rezava. Ela tinha muitos alunos. Ela primava pela leitura, os alunos tinham que ler perto dela pra ela corrigir a entonação, a pontuação. E quando errava uma palavra, ela mandava procurar no dicionário. Ela era muito boa professora de português. Não dava o conhecimento pronto, ela instigava. Qualquer aluno que fosse perguntar “O que quer dizer isso?”, alguma coisa assim, ela não dizia. Mandava que fosse no dicionário. E os alunos aprendiam. No começo não se fazia as letras,

se cobria os riscos em forma de “M”, depois é que ia fazer as letras. Ela era muito paciente, tinha paciência pra ensinar. Ela pegava na mão e fazia um risco no papel, um risco inclinado, e ia emendando e fazendo aqueles riscos, cobrindo os pontinhos. Depois é que ia cobrir as letras e aprender as sílabas pra formar palavras. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 21/10/2021).

A professora Umbelina Garcez foi nomeada para desempenhar suas atividades em Mamanguape como professora do Estado no ano de 1906, não havendo naquele momento nenhuma outra professora Normalista exercendo a função em Mamanguape. Encontramos sua nomeação, juntamente com a de outros professores que foram empossados e encaminhados para cidades e “villas” do interior pelo Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, numa clara tentativa de ampliar a oferta de ensino público.

Já havia sido criada em Mamanguape, no dia 10 de novembro de 1896, a primeira Cadeira do sexo feminino do ensino primário, sendo nomeada pelo Presidente do Estado “Sr. Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo”, por Portaria do dia 11 do mesmo mês de novembro⁸⁶, a professora interina D. Francisca Emília de Albuquerque Pessoa, que ficou no exercício do cargo até março de 1906, quando foi destituída do cargo para ser substituída⁸⁷ pela professora Nena Garcez, que era formada pela Escola Normal, tornando-se a primeira professora formada Normalista da cidade.

Na Parahyba, a educação foi muito aventada no início da república e primeiros anos do século XX, sem que as ações realizadas alcançassem grande êxito⁸⁸. As

⁸⁶ Informação encontrada no Jornal *A União*, N. 951 de 15 de novembro de 1896.

⁸⁷ O Decreto nº 293 de 13 de março de 1906, ao mesmo tempo que nomeava professores Normalistas para as cidades, aposentava os professores das Cadeiras suprimidas ou providas por professores Normalistas: “Fica marcado para o prazo de 60 dias, a contar da data deste Decreto, para requererem aposentadoria os professores das localidades seguintes, cujas Cadeiras foram suprimidas ou providas por professores normalistas [...] Cidade de Mamanguape: D. Francisca Emilia de Albuquerque Pessoa, Ignacio Ferreira Serrano de Andrade (*)

⁸⁸ De acordo com a historiografia educacional brasileira e paraibana, a partir da implantação do regime republicano, a educação tornou-se preocupação central, embora muito mais nos discursos políticos do que na prática. Neste último caso, verificou-se nos discursos dos presidentes do Estado e nos orçamentos anuais apresentado que, após a implantação da República, ocorreu uma retração na alocação de recursos para o setor da instrução pública na Parahyba do Norte. Nos anos de 1900 e 1901, este setor contou com parcos 16,1 % e 13,8 %, respectivamente, ocupando o quarto e quinto lugares no contexto geral de distribuição do total dos recursos orçamentários do Estado. Em 1914, a situação ficou ainda mais precária quando apenas 5,2 % do total do orçamento lhe foram destinados, embora, do ponto de vista macroeconômico, o Estado da Parahyba do Norte tenha experimentado, no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma segunda fase de grande crescimento do setor

iniciativas governamentais em torno da expansão da escolarização primária tornaram-se, muitas vezes, frustradas, sendo assunto de debate das elites letradas do Estado, formadas em sua maioria por homens provenientes de família influente da região. Difundiu-se a concepção de que a escola era a redentora do país, projeto de futuro e promotora da equalização social. Contudo, o que ocorreu, de fato, foi sua materialização como órgão de seleção, o que significa dizer que “[...] a escola primária institucionalizou-se abalizada na classificação dos indivíduos, o que determinou, de certa forma, relações específicas dos sujeitos com o mundo do trabalho e com o universo sociocultural” (SOUZA, 1998a, p. 18).

Inobstante isso, o crescimento das cidades, o desenvolvimento do processo de industrialização e a ampliação do comércio passaram a ensejar por uma classe trabalhadora melhor qualificada, mas com mão de obra barata “caracterizada pelo crescimento das cidades, pelo progresso industrial e pelo aumento da população, essa década viu emergir uma classe média cada vez mais reivindicativa.” (MACHADO; VIERA; NUNES; FIALHO, 2023, p. 4).

Tal realidade favorecia a emancipação da mulher por meio do conhecimento intelectual, haja vista que a educação aproximava o feminino do trabalho, ao mesmo tempo que lhe propiciava uma ocupação remunerada. Formar o sexo feminino, então, além de ser uma necessidade da sociedade capitalista, era também vantajoso já que em muitas atividades elas recebiam salários menores que os homens.

Essa demanda do capitalismo industrial de “fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades de consumo que essa produção acarreta” (ROMANELLI, 1978, p. 59), que vai colaborar para a requisição da formação de recursos humanos, pressionando o sistema educacional sem, contudo, propor mudanças profundas no arcabouço estrutural da educação. Em face disso, as mudanças foram superficiais, irrompendo no país um descompasso entre educação e desenvolvimento, ou seja, entre o que a indústria exigia e o que a educação ofertava. Denota-se também que o ensino primário continua tendo um padrão instrumental técnico - escola de ler, escrever e contar - para

algodoeiro. É importante registrar que, ao rastrear os discursos proferidos pelos presidentes do Estado, percebemos que o setor educacional era frequentemente encarado como “oneroso”, apesar de se considerar fundamental aprimorar a estrutura organizacional e pedagógica da instrução pública (PINHEIRO, 2002, p. 60).

os trabalhos simples, mas que tivessem os documentos como meios, ou para as pessoas que viam nele a possibilidade de preparar-se para o ensino secundário.

Umbelina Garcez aceitou a nomeação para ser professora na cidade de Mamanguape, instalando sua escola de Cadeira primária para meninas e moças na mesma casa que lhe servia de residência, o que no início século XX era bastante comum, sendo que os professores públicos que se dispunham a ir para o interior recebiam subvenção (gratificações) para alugar a casa que iriam residir e instituir a escola. Entretanto, os valores pagos como gratificação para o aluguel das casas era insuficiente e não amenizava os problemas de cunho pedagógico, provenientes da falta de prédio específico para as aulas.

Ao longo da história da educação brasileira e, conseqüentemente da Paraíba, as casas dos professores eram espaços legitimados pela sociedade para servirem de escola, só havendo a instalação e organização de um espaço específico para a educação primária a partir da criação dos grupos escolares e da obrigatoriedade do ensino. Com a presença diária dos alunos para as aulas, muitas vezes a vida pessoal dos professores era invadida ou acabava por adentrar a sala de aula, causando constrangimentos ou embaraços, o que levava os gestores a considerarem “promíscua” a convivência entre os alunos e a família dos professores que, muitas vezes, tinha aparência humilde e comportamento “pouco apropriado” para um ambiente de ensino (PINHEIRO, 2002, p. 66).

Voltando ao depoimento de Lourdes Garcez infere-se, pelos indícios do discurso, que as turmas eram multisseriadas e as aulas ministradas em um espaço da casa reservado especialmente para isso. De acordo com Pinheiro (2002, p. 66),

O funcionamento de cadeiras isoladas em casas alugadas perdurou por muitos anos na Parahyba do Norte. Na verdade, os prédios escolares só passaram a pertencer ao patrimônio público a partir do momento em que o modelo de organização escolar das cadeiras isoladas foi sendo substancialmente modificado e substituído pelo modelo dos grupos escolares. [...] O pensamento dominante era de que as províncias não despendessem recursos com aluguel ou compra de “casas escolares”; as cadeiras isoladas deveriam funcionar nas casas dos próprios professores.

Isto posto, significa dizer que o preparo e organização das aulas de cadeiras isoladas dependiam da competência do professor em procurar um espaço físico que

fosse adequado para a realização das aulas e de sua moradia, além do preparo para estabelecer, organizar e ministrar conteúdos pertinentes.

A atribuição de encontrar uma casa para as aulas e as características que esta deveria apresentar foram prescritas em 1849, no Art. 1º do Regulamento de 20 de janeiro do dito ano⁸⁹. Tendo em vista que a situação não se modificara, infere-se que ainda serviram de norte para Nena Garcez em 1905, quando instituiu a escola em frente a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Mamanguape.

Figura 33: Igreja do Sagrado Coração de Jesus, S/D.



Fonte:

https://www.facebook.com/ComunidadeMamanguapeMinhaTerraMamanguapePb/?locale=pt_BR Acesso em: 20/03/2023.

Ao olhar a foto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus nos dias atuais, fica notório que a paisagem e as construções se modificaram, não dando mais para ter

⁸⁹ Art. 1º – Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo Inspetor respectivo (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 22).

uma imagem de como era a primeira casa que serviu de escola e moradia para Umbelina Garcez.

Retornando a entrevista com Lourdes Garcez, na passagem que ela fala sobre o ensino de “valores” deixa clara a influência que a igreja católica continuava a manter na educação escolar, juntamente com o projeto nacionalista que o Estado republicano objetivava e que se fazia presente no canto do hino nacional, entoado diariamente. Escola, igreja e sociedade marchavam juntas no auspicioso projeto de civilizar a nação, tendo a ciência como elemento central. Hobsbawm (1989, p. 213), denomina ser este um poder de formação ideológica em que era possível construir uma identidade nacional e “[...] ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos defensores da Nação”. Presume-se que durante todo o período da 1ª República e Estado Novo (especialmente após o movimento de 1930), a educação e suas problemáticas foram ganhando espaço e centralidade nos discursos políticos, que propugnavam a escolarização como meio de alcançar a igualdade social e alavancar o desenvolvimento, alimentando a concepção da escola como formadora de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho capitalista. Condizente a isso, as ações e práticas educativas de Umbelina Garcez eram fruto do contexto histórico que ela vivenciava, estando também marcadas pelos diversos engajamentos que abraçou durante sua trajetória, como é o caso da religiosidade.

No momento em que Lourdes Garcez rememora que a professora Nena “era muito paciente, tinha paciência pra ensinar. Ela pegava na mão [...]”, avista-se o cuidado maternal, um dos aspectos que mais marcou a identidade das professoras primárias e contribuiu efetivamente para a feminização do magistério, pois a profissão era associada a ideia de que as mulheres tinham um “dom natural” para a docência por causa da maternidade (grifo nosso). As características maternais foram, então, incorporadas às professoras. LOURO (1997, p. 96), afirma que durante o processo de feminização,

O magistério precisou, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. Para que se possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente.

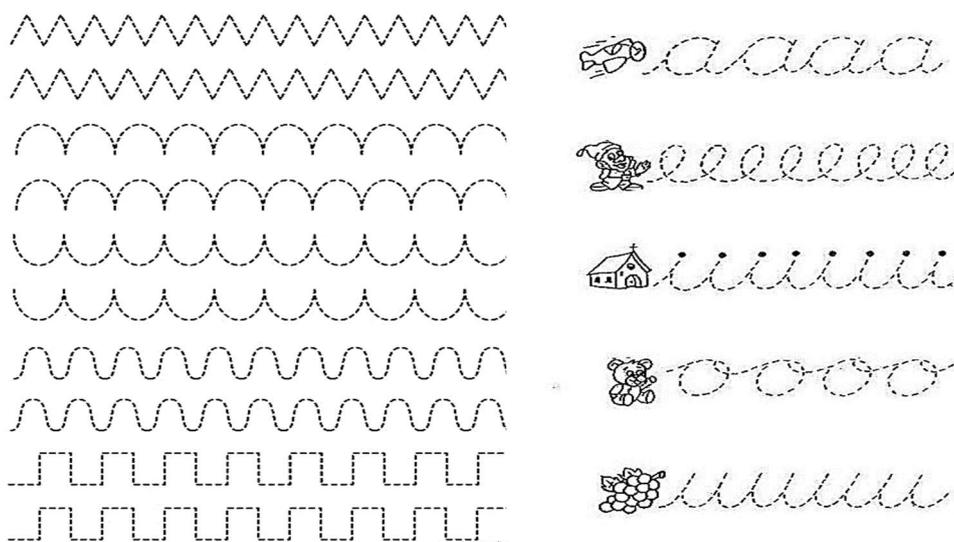
Quanto a Umbelina Garcez, embora não tivesse filhos biológicos, o cuidado com a educação e a vida de crianças de outras famílias era parte integrante do seu

cotidiano, ensinando seus alunos de acordo com os costumes e valores vigentes, demonstrando firmeza, mas também sensibilidade.

No que concerne ao ensino, o início do processo de alfabetização se dava com atividades de coordenação receptivo-motoras, como passar o lápis sobre linha pontilhadas, cobrir letras e ligar elementos gráficos, práticas muito utilizadas no método sintético, ou seja, um estudo fragmentado que se inicia pelo conhecimento das letras (geralmente iniciando pelas vogais, uma de cada vez, seguindo uma sequência) e seu valor sonoro, indo depois para as sílabas e a formação de palavras. Essa sequenciação de atividades era vista como meio de facilitar a aprendizagem, de acordo com a visão dos adultos acerca do que é mais fácil e mais difícil, mais simples e mais complexo. Escrita e leitura figuram, nesse delineamento, de forma independente, sendo a primeira uma habilidade motora e, por isto mesmo, precisando ser treinada através de inúmeros exercícios.

Esse tipo de atividade parte do pressuposto que só se aprende através da repetição, memorização e da cópia de modelos, desconsiderando o sujeito enquanto ser “ativo e cognoscente, construtor de seu próprio conhecimento” (FERREIRO, 1993). Depreende-se, a partir disso, que Nena Garcez é circundada pela pedagogia tradicional no exercício da profissão docente, dado que compreende memorização, repetição, disciplina e cópias como as melhores formas de ensinar e aprender. A professora, enquanto agente do Estado, incorporou na sua prática docente que

Figura 34: Atividades iniciais da alfabetização – cobrir pontinhos e letras



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/762726886905870621/> Acesso em: 22/03/2023

valorizava a formação intelectual, mas também correspondia às exigências de sua época com a formação do caráter, contribuindo para moldar os comportamentos e cultivar os valores propugnados no período.

A partir de meados da década de 1980, as práticas de ensino da Língua Portuguesa no Brasil sofreram transformações advindas dos estudos da Psicogenética e Psicolinguística, que introduziram novos conhecimentos acerca da aquisição e uso da língua⁹⁰. Apesar disso, o método sintético ainda se faz presente em muitas instituições de ensino.

Em algumas circunstâncias, como nos momentos de incentivo à consulta do dicionário, ela procurava estimular a construção do conhecimento pelo próprio aluno. Assim, ao mesmo tempo que cobrava a escrita, a leitura e a ortografia perfeitas, corrigindo todos os erros e pegando na mão das alunas, também incentivava a participação das discentes na busca pelo conhecimento. O prestígio como boa professora veiculou-se pela região, fazendo com que sua escola ficasse repleta de alunas, precisando mudar-se para uma casa maior, que comportasse mais alunas:

Ela fazia questão de receber suas alunas todos os dias na porta. O ensino era muito rigoroso. Porque as pessoas tinham que respeitar. Havia muito respeito naquela época. A educação era voltada pro respeito das pessoas. Os professores principalmente. Todo mundo respeitava os professores. Ensinava a ler e escrever, sabia francês. Mas não tinha alunos de francês. Na mesma sala, dava aula a todas as turmas. Ela ensinava a escrever, soletrar, ler, contar e exigia a caligrafia. A caligrafia pra ela... nenhuma aluna deixava de fazer caligrafia. Porque ela achava muito importante ter uma letra boa. A letra dela era perfeita. Ela fazia ditado, aí ela via se a pessoa tinha aprendido a escrever, a acentuar, colocar o ponto, a vírgula, tudo. Atendia uma por uma das alunas e tirava a leitura. Aquelas que eram melhores alunas, ela preparava pra serem monitoras. Essas alunas ajudavam ela. As aulas eram assim: as alunas tinham que ter responsabilidade com as tarefas. Ela passava um modelo, explicava e aí tinha que fazer seguindo o modelo. Tinha História e Geografia, por exemplo... quanto mais a gente fazia, mais aprendia. Aprendia os estados, as datas... dia da Independência, dia da República...E tinha as comemorações. Ela dava o curso primário completo. A pessoa saía de lá, fazia prova, concurso e passava. (Entrevista com Lourdes Garcez realizada em 20/07/2021).

⁹⁰ As contribuições de Emília Ferreiro e seus colaboradores através da Psicogênese da Língua Escrita promoveram avanços significativos na compreensão do processo de alfabetização. A partir de pesquisas sobre o conhecimento e evolução psicogenética da aquisição da língua escrita Ferreiro e Teberosky (1985) deslocaram o eixo do ensino (como se ensina) para a aprendizagem (como se aprende) considerando a natureza do objeto de conhecimento compreendido nessa aprendizagem.

A prática pedagógica de Nena Garcez era voltada para a memorização, cópia, leitura e exercícios repetitivos típicos da pedagogia tradicional, exigindo uma boa caligrafia e responsabilidade com as tarefas escolares. As atividades do cotidiano escolar refletiam o contexto local e também o nacional, que se mostravam presentes nos ditados, nas cópias e nas datas comemorativas que reforçavam os símbolos nacionais, inculcando pela repetição os valores políticos e sociais da época. Ao mesmo tempo que instruía, também buscava civilizar e difundir o patriotismo, voltado ao reforço de uma identidade nacional coletiva para o país. A educação exercia importante papel modelando condutas e utilizando símbolos e rituais, como as datas comemorativas e o hino nacional. De acordo com Carvalho (1998^a *apud* SENA, 2017, p. 239),

[...] a legitimação da República ocorreu mediante a elaboração de um imaginário para a constituição de nação. Por isso, a necessidade de criação de símbolos como a bandeira, o hino, as datas cívicas, a música, os monumentos, o folclore. “É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo” (CARVALHO, 1998^a, p. 10).

As atividades desenvolvidas por Nena Garcez expressam uma Pedagogia acrítica, típica do cenário histórico descrito. A memorização e reprodução dos conteúdos estudados não estimulava a criticidade do alunado. No entanto, ressalta-se que essa metodologia de ensino era adequada aos parâmetros pedagógicos e curriculares da época. As idealizações da prática pedagógica do período retratam, na verdade, as tramas político-sociais que mantinham educadores e educandos alienados, reduzindo a educação escolar ao âmbito da domesticidade e do mecanicismo. Trata-se de uma ideologia que ainda permeia muitas das proposições teórico-práticas atuais, concebendo o ambiente escolar como extensão do ambiente doméstico, dificultando a compreensão, por professores e alunos, das reais determinações da ordem social que os envolve. Ao invés de estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, anômalo – que contém os saberes científicos, acadêmicos – elabora-se a educação como uma prática destinada à adequação do homem aos interesses da sociedade capitalista (ARCE, 2002, p. 118).

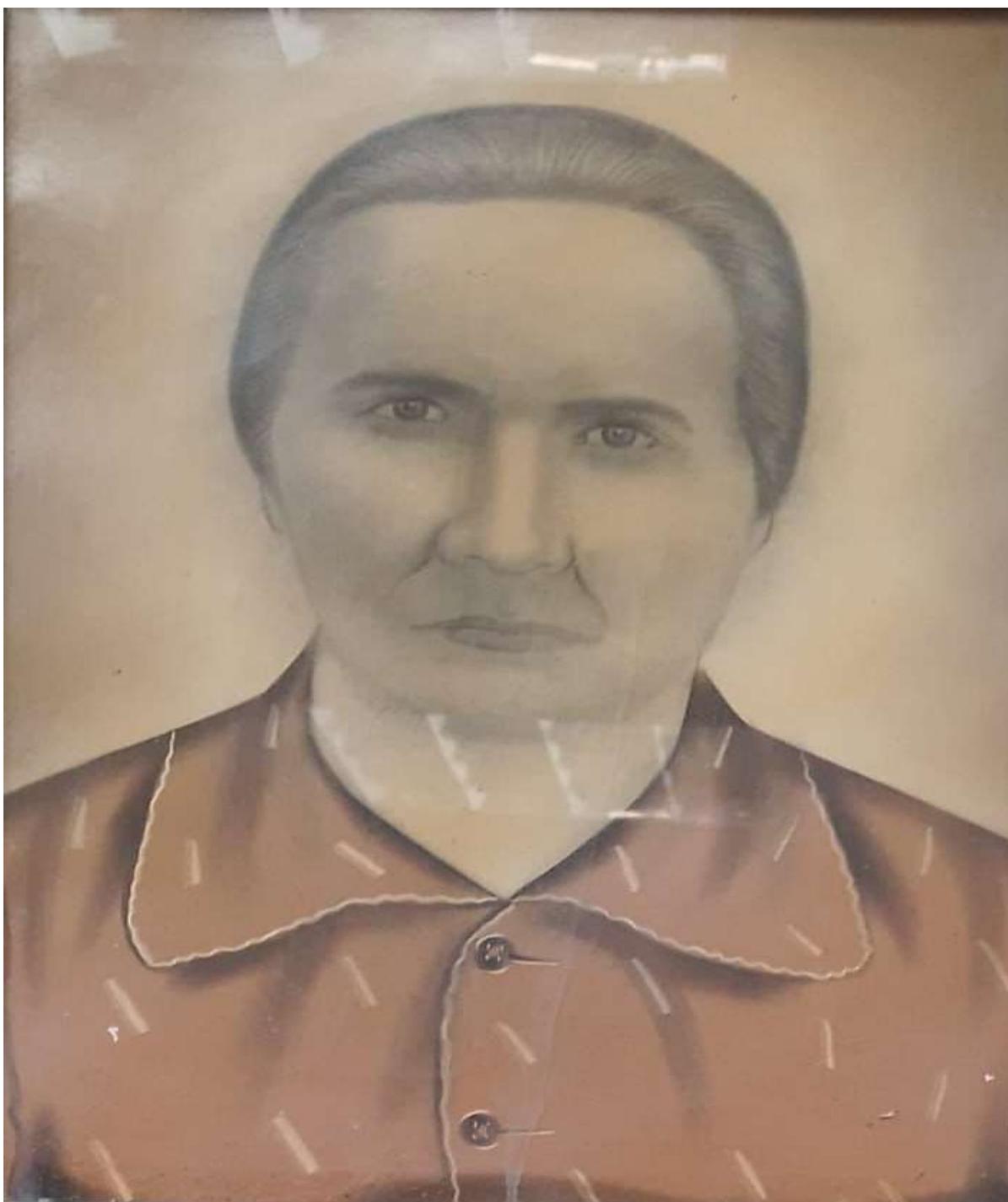
Ao revelar que a professora Nena Garcez fazia questão de receber as alunas na porta diariamente e que os professores eram muito respeitados, Lourdes

demonstra que a professora tinha um olhar especial em relação ao momento de entrada na escola, pautando o convívio com as alunas no acolhimento, respeito e “bom exemplo” de comportamento (grifo nosso). Segundo Brandão (2002, p.4), “as formas de comportamento social são produtoras de significados, os quais influenciam na maneira como as pessoas agem e pensam, tornando-se parte da cultura”. Corroborando com o pensamento deste autor, cabe dizer que a prática de acolhimento de Nena Garcez na porta da escola funcionava como “produto e produtor” da cultura social que se manifestava “por meio das ações reveladas” no espaço da instituição escolar, tendo como função influir na conduta das alunas.

Umbelina Garcez se preocupava com a entonação e pontuação na leitura, grafia correta das palavras e com a precisão do traçado, cobrando uma letra legível e com traço impecável que, provavelmente, empreendia exaustivas cópias. Preparava as alunas para serem suas monitoras e auxiliá-la durante as aulas, como uma reinvenção do método mútuo⁹¹, que lhe poupava tempo e desgaste físico, já que dava aulas para todas as turmas na mesma sala, lidando com o dinamismo das crianças e jovens. Ao mesmo tempo que era atenciosa, paciente e não utilizava castigos ou palmatória, era também rígida e autoritária no tocante ao cumprimento das atividades escolares, as quais acompanhava individualmente. Retirava suas alunas da carteira e colocava-as ao seu lado para tomar a leitura, corrigir e acompanhar as tarefas, embora a prática de colocar o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem ainda não fosse comum. Tais práticas educativas faziam parte do seu fazer pedagógico habitual, embora não tenham sido elementos integrantes da sua formação pessoal, que era calcada na sua extrema religiosidade, nos ensinamentos da Escola Normal e nos ditames sociais que a circundavam. Sua escola foi, por três gerações, muito procurada pelas pessoas do local, talvez por não utilizar castigos ou punições físicas e ter uma prática que valorizava o fazer pedagógico, dando destaque a profissão docente que, no período era vista como “missão” ou “dom”.

⁹¹ O método mútuo também chamado de monitorial ou lancasteriano, por ter sido difundido por Joseph Lancaster (1778-1838), fora “adotado na Europa e depois no Brasil em 15 de outubro de 1827 por decreto imperial, teria sido introduzido para resolver os problemas trazidos pelo método individual, inspirado pela instrução doméstica. Enquanto, nos métodos individual ou simultâneo, o agente de ensino é o professor, no método mútuo, é o aluno que é investido dessa função: O princípio fundamental deste método consiste [...] na reciprocidade de ensino entre os alunos, o mais capaz servindo de professor àquele que é menos capaz [...]. (CURY, 2006, p. 49).

Figura 35: Profª Umbelina Garcez, s/d.



Fonte: Acervo da família Garcez, 2023.

4.3 “Ela era velha, mas era moderna”: uma mulher em movimento

As professoras das Cadeiras Isoladas na primeira metade do século XX eram pessoas alfabetizadas, educadas nos Cursos Complementares, sendo que a maioria não tinha formação pedagógica. Em grande parte, eram mulheres jovens que buscavam na docência uma profissão respeitada, que pudesse mantê-las ou contribuir para as despesas do lar. Quando nomeadas, eram vistas como exemplo a ser seguido, modelo de virtude, alguém que tinha na profissão uma “missão” e que não mediria esforços ou sacrifícios para cumpri-la, como profere Nóvoa (1992, p. 525):

Ao longo do século XIX e viragem do século XX consolida-se uma imagem do professor que cruza as referências ao magistério, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isto envolto numa auréola algo mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana. Simultaneamente, a profissão docente impregna-se de uma espécie de ‘entre dois’, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber de mais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais; etc

Nesse contexto, Nena Garcez era modelo perfeito do perfil: originária de família abastada, órfã de pai, arrimo de família, solteira, já com idade avançada, formada pela Escola Normal (o que a diferenciava da maioria, conferindo-lhe maior reconhecimento e melhor status). Numa época em que as relações sociais se davam por meio de influências, em que contatos com pessoas respeitadas na sociedade viabilizavam reconhecimento e/ou ascensão social, Nena Garcez assumiu a nomeação para exercer a função de professora Normalista da 1ª Cadeira do sexo feminino de Mamanguape.

Depois ter vivenciado muitos infortúnios familiares e pessoais, Nena passou a usufruir de um status social respeitado como professora estadual. Pôde buscar sua mãe, que morava no sítio em Batalha do Espírito Santo, para morar com ela em Mamanguape e comprou várias casas. Vestia-se bem, gostava de usar salto alto, participava das atividades e festejos da cidade e mantinha amizade com políticos, padres e outras pessoas influentes da sociedade local e do Estado. Durante o período de decadência econômica da cidade de Mamanguape e conseqüente desvalorização

dos imóveis da cidade, comprou vários deles, entre os quais, um sítio na ladeira da igreja matriz onde mantinha um pomar com laranjeiras, sapotizeiros, umbuzeiros, coqueiros e mais uma variedade de árvores frutíferas, além de alguns animais. Também adquiriu o Teatro Santa Cecília onde residiu até o fim de sua vida e, além de dar aulas durante o dia, passava filmes para população nos finais de semana.

Ela era uma pessoa moderna. Ela era velha, mas era moderna. Gostava de andar arrumada, inclusive pra dar aula. Brinco e colar era com ela! E só usava sapato de salto. Ela tinha um teatro num século em que o teatro era uma coisa, às veas zes, até combatida, mas ela tinha, do lado da casa dela, era um teatro (risos) Eu me lembro bem. A gente morava nessa casa, do lado do teatro, que era dela também. E as alunas dela, elas faziam dramas, encenações. Ela ensinava, tinha lá um senhor, que era até escrivão, era... (pensando) Seu Antônio Navarro. Então, ele sabia artes cênicas, as marcações, as falas, ele preparava as alunas. Sempre as alunas apresentavam várias peças, sabe como é? Promovia peças teatrais com as alunas. Ela fazia festa na escola com as apresentações das alunas. Naquele século o teatro era combatido, não sei porquê. Aí, teve um homem que alugou o teatro pra passar um filme sobre a vida de Padre Cícero, era cinema mudo, preto e branco, só a imagem. Não tinha som. E sabe o que ela fez? Ela comprou uma filmadora alemã, mudou o nome para "Cine São José" e toda semana ela alugava os filmes pra passar. Sábado e domingo. Era mais filme de faroeste. Gostavam mais de faroeste. Quem organizava era o sobrinho dela, Paulo Garcez. Não tinha as cadeiras, aí as pessoas mandavam as cadeiras de tarde, compravam o ingresso e iam assistir os filmes a noite. Depois, levavam as cadeiras de volta (risos). Durante a semana era escola, no final de semana era cinema. Ela gostava de ir as festas, procissão... Gostava de movimento, sabe como é? Então, como não tinha muita opção na cidade, ela criava. Ela era uma pessoa muito determinada. Tinha também uma banda de música. Ela gostava de música, tocava bandolim... O piano dela ficava lá no teatro. Aí, como eu ia dizendo, tinha a banda de música. Ela comprou os instrumentos todos e formou essa banda, e essa banda tocava nas procissões, no desfile da independência, nas festas lá. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 10/03/2022).

A professora Umbelina Garcez dava aula na Cadeira do ensino primário todas as manhãs e, à tarde, mantinha cursos particulares de francês e também ensinava a bordar e costurar para ter uma fonte de renda a mais e somar no orçamento mensal, já que o salário de professor não era alto e, por isso mesmo, era permitido aos docentes abrir cursos particulares nas próprias escolas. Muitas das alunas que iam para os cursos a tarde eram as mesmas que estudavam com ela pela manhã. Nena tinha uma postura considerada avançada, o que justifica a fala de sua filha ao

dizer “Era velha, mas era moderna”. Essa visão ousada era o que conduzia a professora a atitudes inusitadas, como comprar o prédio do teatro da cidade e promover peças teatrais com suas alunas, algo inovador para o cenário conservador da sociedade Mamanguapense da época. A respeito das práticas professorais, Tardif e Gauthier (2001, p. 38) sustentam que

[...] o saber dos professores está assentado em uma racionalidade técnica da profissão, e neste caso, a docência é vista numa perspectiva mais prática já que os professores em suas capacidades de agir, falar e de pensar – dotados de racionalidade – encontram formas para orientar a sua prática.

No início do século XX, atividades como o teatro e a dança eram pouco utilizadas nas escolas, sendo validadas apenas quando faziam parte das festividades das datas comemorativas como a Páscoa, o Natal ou a Independência, tendo a apresentação como uma única finalidade. As crianças deveriam memorizar os textos e os movimentos cênicos, que eram assinalados e depois cobrados com rigor. Nessa conjectura, Nena Garcez comprou o prédio do Teatro Santa Cecília⁹² e, com a associação de suas redes de sociabilidade e conhecimentos que possuía, buscou o auxílio de pessoas com saberes diferentes do dela para reinventar a prática docente e movimentar o meio social da cidade, o que, supõe-se, causava impacto no cenário conservador e tradicional de Mamanguape. No que diz respeito a mudança do teatro para a condição de cinema passando a exibir filmes aos finais de semana, mas mantinha o cuidado com a conservação da estrutura para manter a originalidade da construção. O cinema durou pouco tempo porque as pessoas, aos poucos, foram deixando de ir assistir aos filmes. Depois disso, o prefeito José Fernandes de Lima achou por bem, desapropriá-lo e colocá-lo sob a guarda do poder público por ser considerado patrimônio histórico.

⁹² O Teatro Santa Cecília foi um teatro brasileiro localizado na cidade de Mamanguape, Paraíba. Foi o primeiro teatro do Estado da Paraíba, inaugurado no período de apogeu econômico, político e cultural de Mamanguape, entre 1857 e 1859. O teatro não existe mais, apenas há o prédio reformado que hoje abriga uma escola municipal. Ao longo do tempo, o prédio do teatro já foi prefeitura, câmara de vereadores e hoje abriga a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego José Paulino de Almeida. O decreto nº 25.031, de 14 de maio de 2004, tornou o Centro Histórico de Mamanguape como patrimônio tombado pelo [IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba](http://www.iphaep.org.br/), o que engloba também as dependências do antigo prédio do Teatro Santa Cecília. **Fonte:** https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_Santa_Cec%C3%ADlia Acesso em: 06/10/2022.

No entanto, mandou demolir a parte interna do teatro, descaracterizando sua construção original. Ao procurar fotos e informações sobre o teatro Santa Cecília, encontrou-se, no site da Wikipedia, as seguintes informações:

O referido teatro foi construído na rua Severina Ramos de Oliveira, seguindo o mesmo sistema de implementação do casario já existente, alinhando-se com os demais edifícios e destacando-se do entorno pela sua volumetria. O teatro tinha uma capacidade de mais de 350 pessoas. Compõe-se de um volume único, onde na fachada principal destacavam-se três portas na parte inferior e três janelas acima e paralelas às portas, inseridas num frontão triangular, com um jardim ao lado. Com o declínio de Mamanguape, o Teatro Santa Cecília já não recebia mais grandes espetáculos. Abandonado, a professora Umbelina Garcez passou a tomar conta do prédio e instalou uma escola. De dia, educação, à noite, cultura. Quando havia espetáculos, as pessoas mandavam as cadeiras de tarde para comprarem as entradas à noite. O teatro não dispunha de assentos. No dia seguinte, as carteiras dos alunos, guardadas na casa de dona Umbelina Garcez, retornavam à escola. O velho piano da nobre dama ficou muitos anos no Teatro Santa Cecília, que era uma réplica em tamanho reduzido do Teatro Santa Roza, da capital (atual João Pessoa). Juntou suas economias e comprou o teatro, onde funcionava sua escola, cinema popular e casa de espetáculos. Muitos dramas foram encenados pelos alunos *“sob a direção do escritor Antônio Serrano Navarro, entendido em artes cênicas”*. O antigo prédio do teatro passou por várias reformas e foi convertido no Cinema São José, um cinema mudo fundado pela professora Umbelina Garcez. Este cinema durou pouco por falta de público e fechou. Tomando ciência pelo noticiário do Dr. Mário Campello, do semanário mamanguapense *“O Jornal”*, o prefeito Sabiano Maia mandou reformar e entregou ao Sr. Pedro Eugênio, que inaugurou o Cine São Pedro em 22 de setembro de 1933. Umbelina Garcez narra que recebeu a visita do prefeito José Fernandes de Lima. Foi então informada que a Prefeitura iria desapropriar o teatro Santa Cecília, *“porque ele é um patrimônio histórico da cidade, e para conservar os prédios antigos, só mesmo o poder público”*. O velho teatro estava perfeito estado, sem infiltrações nem rachaduras. Logo depois de desapropriado, o prefeito *“mandou derrubar o teatro por dentro e construiu um moderno cinema. Descaracterizou a arquitetura interna daquele valioso patrimônio histórico, sem a menor consideração com sua benemérita protetora, Umbelina Garcez.*

O texto reafirma o que foi narrado por Lourdes Garcez, mantendo o relato acerca do cuidado da professora Nena com a conservação da originalidade do prédio que, de forma antagônica, foi destruída em nome do ‘patrimônio histórico’.

Nas atitudes da professora Nena Garcez é possível observar a postura empreendedora e inusitada que a conduziu, após a morte de seu pai e irmã, por toda a sua trajetória. Para enfrentar a vida e suas intempéries, assumiu um jeito firme e

determinado, não se deixando abalar demasiadamente diante das dificuldades ou desgostos, comportamento que manteve na condução da família, da profissão e de suas relações sociais. Bastante dedicada ao ofício de professora e sem medo de empreender, silenciosamente, ela transpunha os ditames existentes em seu tempo por meio de suas ações, que reverberaram na conquista do respeito e do reconhecimento em diversos círculos sociais da cidade. Embora muitas de suas práticas professorais e de seus costumes estivessem de acordo com a sociedade e a educação tradicional da época, ela também ousava inovar e quebrar os parâmetros estabelecidos, deixando suas marcas.

Considerando a singularidade das experiências empreendidas na trajetória pessoal de Nena Garcez, incluindo sua formação e relações sociais, o estudo de suas representações biográficas revela os projetos de vida de uma mulher que, apesar dos limites impostos pela sociedade patriarcal de sua época, mostra-se destemida, agindo e interagindo para formar-se docente, exercer a profissão, manter a família e ser dona do seu próprio destino. Corroboramos com Leite (1984) ao afirmar que “é significativo, numa escrita biográfica, que ao conseguir delinear as características individuais do biografado, apresente-se uma relação dialética entre o contexto social e a atuação de aproximação ou o distanciamento do indivíduo desse contexto.” (LEITE, 1984, p.12).

Com o aporte das narrativas e dos documentos pesquisados, é possível inferir que a trajetória desta educadora foi, seguramente, marcada por participação ímpar no magistério de Mamanguape, bem como, no meio social mamanguapense de sua época; fatores que delinearão e construirão sua identidade.

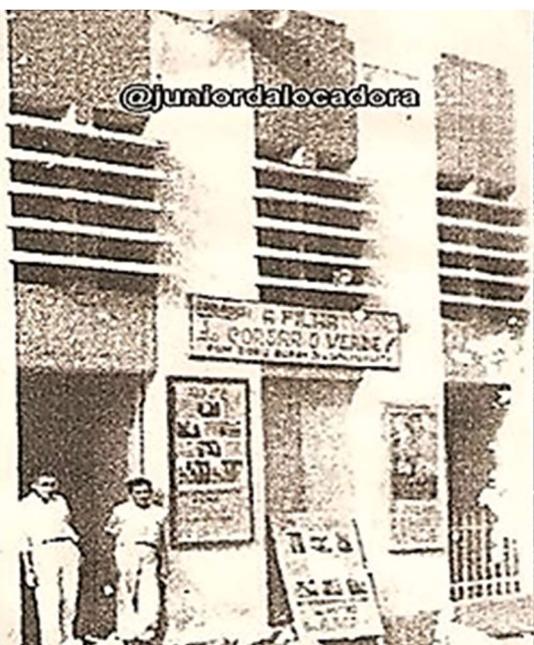
Nesse ínterim, busca-se apoio em Nóvoa (1995) quando ele preconiza que a prática docente é fortemente influenciada por aquilo que somos e/ou nos tornamos enquanto pessoas, pelos ritmos e tempos próprios, e também por nossas ideias, valores, histórias e vivências, o que nos leva a diferenciar e, até mesmo, “separar o eu profissional do eu pessoal” (NÓVOA, 1995, p.17).

Figura 36: Teatro Santa Cecília- escola e banda.



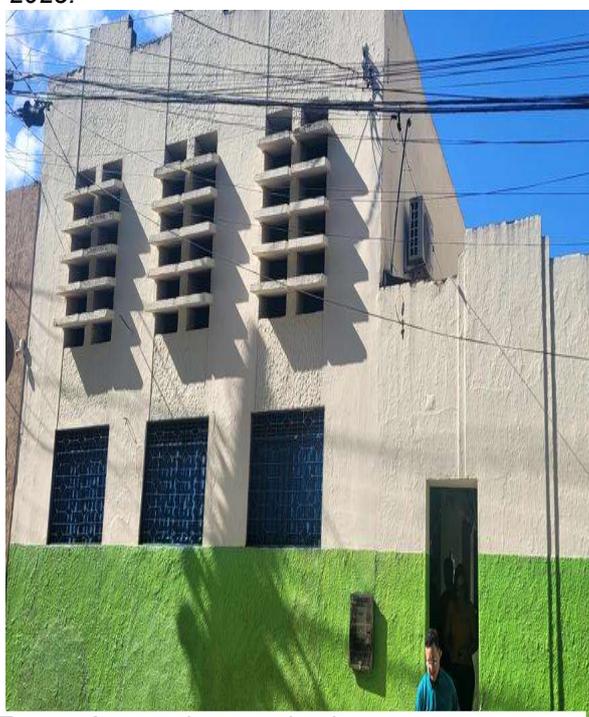
Fonte: <http://www.facebook.com.br/minhaterramamanguapepb> Acesso em: 23/10/2022.

Figura 37: Cine São José, s/d.



Fonte: <http://www.instagram.com/@juniordalocadora>
Acesso em: 23/10/2022.

Figura 38: Antigo teatro Santa Cecília, 2023.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

4.4 (Re)Inventar-se e nunca esmorecer: reconhecimento e homenagens

O contexto histórico e a educação das primeiras décadas do século XX, que foi pano de fundo e delineou a vida pessoal e profissional da professora Umbelina Garcez, teve as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais como característica principal. O célere processo de industrialização, o desenvolvimento urbano acelerado e a dinâmica social recaíram sobre a educação formal frágil e incipiente daquele momento histórico. Uma educação voltada para o preparo da mão de obra que o sistema capitalista exigia, tendo a transmissão de conhecimentos por meio da memorização e reprodução à balizar o ensino-aprendizagem. Cabe citar Carvalho (2009, p. 08), quando afirma que:

O contexto histórico brasileiro da primeira metade do século XX é marcado por continuidades e transformações no plano político, econômico e social, que apontam para novos comportamentos, para o surgimento de conflitos internos, movimentos sociais, correntes de ideias, orientando para a conservação ou reformulação da ordem social.

Nesse contexto, os princípios da pedagogia tradicional, que balizavam a prática docente até então, passam a ser questionados em função das transformações que estão acontecendo. A educação contemplativa, influenciada pela religiosidade e dentro dos moldes positivistas passa a ser “motivo de insatisfação, principalmente por ser centralista, selecionadora e individualista (IMBERNÓN, 2002, p. 7).

Nas décadas de 1920-1930 o debate sobre a educação culmina com modificações que passam a influenciar o campo e a vida pessoal e profissional dos professores, criando novos desafios ao exercício da profissão. A professora Nena Garcez se vê, então, diretamente envolvida pelas novas teorias, práticas e papéis do professor embora, sem saber, já realizasse muitas das atividades e metodologias de ensino indicadas como avanços. Entretanto, renovar-se era preciso. Ela buscou a atualização e não se acomodou, apesar da idade já avançada e podendo aposentar-se, foi a sede estadual do ensino, na Capital, para apropriar-se dos novos métodos.

Disposta e decidida, Nena Garcez continuou a esculpir sua formação e perfil professoral mesmo estando com mais de 70 anos, porquanto tinha no exercício da

docência todo o significado da sua existência e identidade, o que lhe orgulhava, pois, "a identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão" Nóvoa (1999). Segundo Ramos (1993, p. 67), "antes da amnésia tomar Dona Nena de assalto, ela discorria sobre Decroly, Montessori e Dewey tão bem quanto sobre Lourenço Filho em seus trabalhos sobre a Escola Nova".

Ela era uma defensora incansável da educação. Ela era uma pessoa assim, por exemplo, teve um ano que um governador do Estado da Paraíba cortou o ensino de alguns professores do interior, ela fez uma carta pra ele dizendo que achava que ele devia pegar um carro e percorrer o interior pra ver a necessidade daquela gente que tinha necessidade de ser alfabetizada de ensino, que se ele fosse pessoalmente ele não teria feito aquele ato de tirar as escolas do interior, entendeu?! Ela se aposentou, não foi porque ela pedisse pra se aposentar. Foi aposentadoria compulsória porque ela não queria se aposentar. Aí, quiseram dar o nome dela pra o grupo escolar que abriram lá. Aí, quando abriram o grupo escolar que quiseram dar o nome dela, ela disse "Não. O meu nome, não. Bota o nome do Luiz Aprígio". E eu perguntei: "Quem é Luiz Aprígio?" Ela disse: "O professor criou um menino que só deu pra beber e jogar. Ele morreu num estado de quase abandono. Ela, minha mãe, foi lá e cuidou dele. Mas ele ficou muito debilitado e doente. Aí, ela pediu pra fazer homenagem ao Luiz Aprígio⁹³. E então, colocaram o nome dele: Grupo Escolar Prof. Luiz Aprígio. Lá em Mamanguape. Foi ela que quis que botassem o nome dele. Foi muito depois que fizeram a escola dela. Mas ela foi diretora dessa escola Prof. Luiz Aprígio. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 12/10/2021).

No Estado da Parahyba, o movimento para a instituição de Grupos Escolares se deu a partir de 1908, mas só em 14 de outubro de 1911, por intermédio da lei nº 360, foi determinado que "o ensino primario estadual [seria] ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, distribuidos de accordo com a população escolar e conveniencia do bem publico"⁹⁴. Esta lei determinava que "cada Grupo Escolar deverá ter, além de um professor para cada escola, um diretor, incumbido de sua

⁹³ Luiz Aprígio Freire de Amorim nasceu em Mamanguape, filho do marceneiro Ageu Santana de Moraes e Maria Francisca de Amorim. Foi professor de Latim e Literatura, médico homeopata, fotógrafo, marceneiro e bacharel em Direito. Sua nomeação como professor de uma cadeira de instrução primária em Mamanguape se deu em 23 de fevereiro de 1890 (GAZETA DA PARAHYBA, 1890, p. 02). Em 1913 foi prefeito de Mamanguape. Faleceu em 24/05/1934.

⁹⁴ Art. 5º. Cf. **Almanach do Estado da Parahyba** de 1912, p. 644. Documento do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba/UFPB - Campus I.

superintendência administrativa e técnica”⁹⁵. A Parahyba passou então a ter, em coexistência, escolas de Cadeiras isoladas e Grupos Escolares.

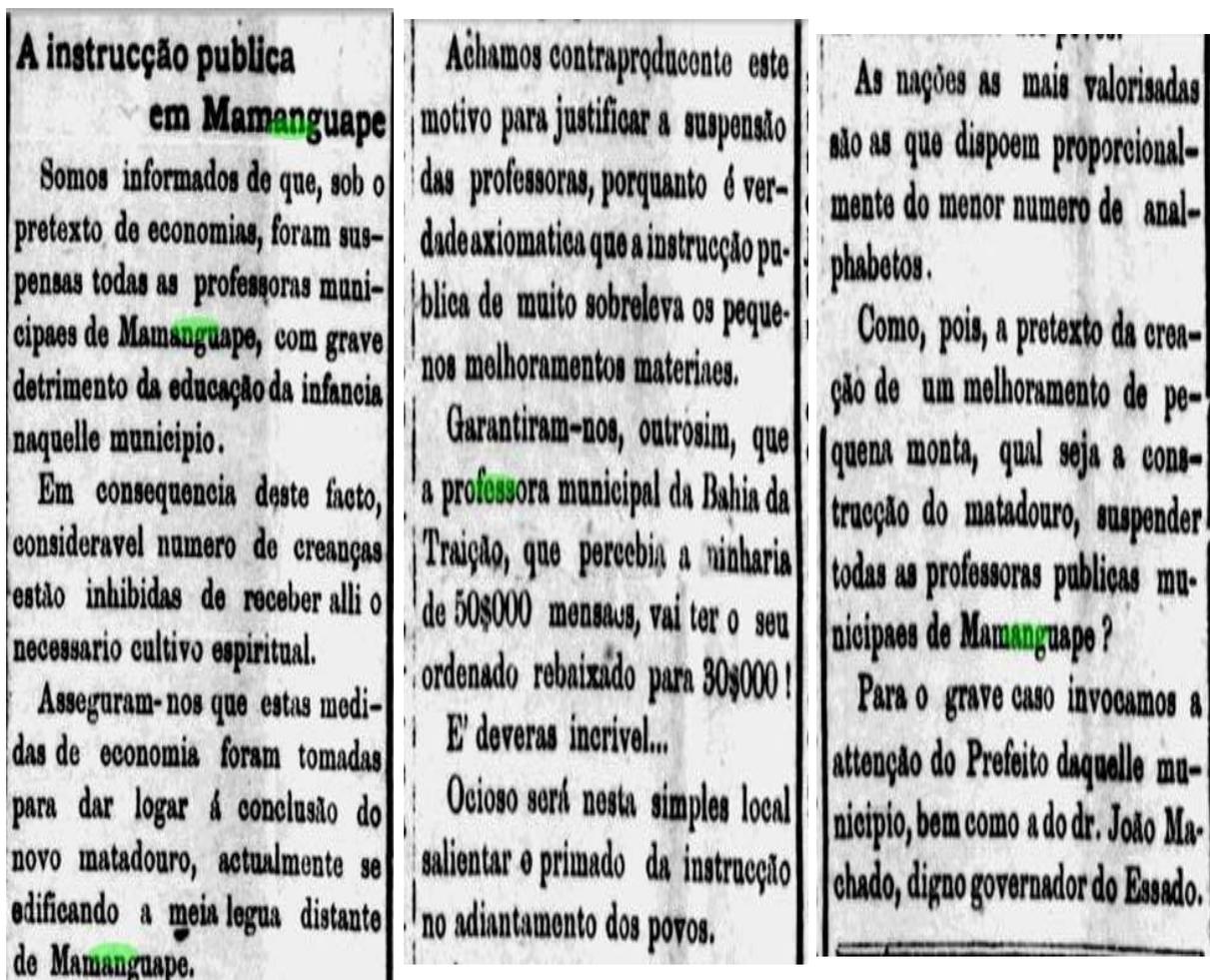
O Grupo Escolar Prof. Luiz Aprígio de Amorim foi inaugurado em Mamanguape em 29 de janeiro de 1937, ano em que se aposentava a professora Umbelina Garcez. Como forma de homenageá-la pelos trabalhos prestados a educação de Mamanguape, foi convidada a ser diretora e ter seu nome na escola. No entanto, preferiu passar a homenagem do nome ao seu colega de profissão e amigo pessoal, professor Luiz Aprígio, que também havia exercido a docência por décadas em Mamanguape. Ela ocupou o cargo de diretora do Grupo Escolar durante os meses que antecederam sua aposentadoria.

Após seu falecimento, o jornalista Jacy do Rego Barros prestou a primeira homenagem à professora nesta escola, tendo os demais professores e professoras sentados a mesa, juntamente com sua filha Lourdes Garcez e, no lugar onde a professora Umbelina costumava sentar, foi mantida uma taça com água e uma cadeira vaga. Vale destacar no depoimento de Lourdes Garcez que no ano de 1908, “foram suspensas todas as professoras municipais de Mamanguape, com grave detrimento da educação da infância naquele município”.

Segundo Lourdes, esta situação lhe causou grande incômodo, a ponto de escrever para o prefeito de Mamanguape e para o Presidente do Estado. Este protesto foi publicado no Jornal “O Norte” de 21 de novembro de 1908.

⁹⁵ Art. 8º. Id., Ibid., p. 645.

Figura 39: Protesto sobre a suspensão de Cadeiras municipais em Mamanguape



.Fonte: Jornal 'O Norte', 21/11/1908.

Na época estudada as relações sociais eram motivadas por interesses políticos e cargos públicos, o que leva a compreensão que a influência e destaque que Nena Garcez mantinha também se dava pela proximidade com a elite local e da capital. Assim, ao se deparar com o que pensa ser “uma injustiça” [o fechamento das escolas], a professora se negar a aceitar passivamente.

Nesse momento recorre-se as observações de Ginzburg (1987, p. 24), que com propriedade enuncia a ineficácia de uma “percepção que relegue às classes subalternas tão somente uma passiva adequação às demandas culturais e sociais distribuídas generosamente como melhorias pelas classes dominantes”. O que se quer dizer é que as mensagens divulgadas e “manipuladas” como justificativas para o

fechamento das Escolas não foram passivamente aceitas, nem por Nena Garcez, nem pela população.

A professora Nena Garcez foi aposentada compulsoriamente em 1937, aos 86 anos de idade, sem “nunca ter se afastado do trabalho” (RAMOS, 2009, p.14). Mesmo depois da aposentadoria, permaneceu dando curso particular preparatório para o *Exame de Admissão*⁹⁶ por mais três anos, quando adoeceu e não teve mais condições de exercer a profissão:

Depois que adoeceu e não podia mais andar, ela gostava de ler, tinha sempre um livro nas mãos. Ela falava fluentemente francês. Pegava os romances e outros livros na pequena biblioteca que tinha em casa, em francês ou em português, e ficava lendo. No final da tarde, depois do banho, eu colocava ela sentada em frente à casa. Ela adorava ficar vendo os alunos saindo da escola. Ela viveu pra ser professora, ajudar as pessoas e cuidar da família. Teve uma sobrinha neta, Glória, filha de Pedro Garcez, que morou lá em casa até ela falecer. Nunca fez inimizades. Ela era muito educada. Todo mundo que tinha dificuldade, que ia lá, ela ajudava. Mas olha, ela tinha essas coisas. (GARCEZ, Lourdes. Entrevista realizada em 12/10/2021).

Já aposentada e sem poder andar, a leitura era o que ocupava sua mente que, por ter sua vida e história atreladas a educação, via nos livros e nos alunos que saíam da escola o propósito a que se dedicou. Assim, teve essa dedicação ao ensino divulgada como homenagem e reconhecimento na Revista do Ensino, (Ano V, dez. 1937, p. 53) e no periódico “A Noite Ilustrada” (Nº 1156, 24 abril 1951, p. 17).

⁹⁶ Os exames de admissão ao curso ginasial foram instituídos no país em nível nacional para o ingresso no Colégio Pedro II através do Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870 e regulamentados pelo Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Posteriormente, por meio do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos, tornaram-se obrigatórios os exames de admissão ao ginásio para o ingresso em todas as instituições oficiais de ensino secundário do país, sendo organizado o ensino secundário em dois ciclos: um fundamental de cinco anos e outro complementar, de dois anos, visando à preparação para o ensino superior (ISIDRO, 2018, p. 94).

Figura 40: Homenagem à Nena Garcez - Revista do Ensino, Anno V, nº 14, Dez 1937.

HOMENAGEM MERECEIDA



A Revista do Ensino, órgão de divulgação técnica do Departamento de Educação, rende hoje justa homenagem a uma das educadoras mais illustres do magisterio parahybano, d. Umbelina Garcez.

Diplomada em 1898 pela Escola Normal Official, foi em 1905 nomeada professora publica da cidade de Mamanguape, em cujo cargo esteve durante 32 annos.

Preceptora de varias gerações, a homenageada se manteve sempre á altura da nobre e ardua missão que desempenhou.

Alma forrada das mais lidimas virtudes, dona de uma cultura compativel com o seu zelo e dedicação á causa do ensino, tornou-se d. Nena Garcez um

idolo do povo mamanguapense que a presa, respeita e considera como verdadeira sacerdotisa do bem.

Posta compulsoriamente em disponibilidade, por decreto do exmo. sr. Governador do Estado em começos do presente anno, recebeu com profunda magua a noticia desse acto, não por desconhecer os motivos da lei que a obrigam nem porque o mesmo lhe acarretasse prejuizos de ordem material, mas pelo seu patriotico amor á profissão por tantos annos exercida.

Não desanimou entretanto e mantém em sua residencia um curso de admissão com regular numero de alumnos.

Um dos factos mais notaveis em sua carreira, é ter exercido, sem licença, o magisterio, durante 32 annos. E' justa pois a homenagem que lhe rende esta Revista a fim de que o nosso magisterio se edifique estimule, perante tanta dedicação e interesse em pról da causa da instrucção em nosso meio.

No texto em homenagem à professora Nena Garcez da Revista do Ensino, veem-se destacadas suas qualidades enquanto professora e pessoa. Com vocabulário estereotipado quanto à representação da profissão docente e do trabalho feminino, o que era condizente à época, várias virtudes consideradas apropriadas e naturais das mulheres são destacadas – “alma forrada das mais lídimas virtudes”, “verdadeira sacerdotisa do bem” - no intuito de enfatizar qualidades como bondade, dedicação, virtude, amor a profissão, num claro esquadrinhamento de biografia heroica, que tem no herói um modelo a ser seguido. Tanto que, o texto se encerra com a convocação para que “o nosso magistério se edifique e estimule, perante tanta dedicação e interesse em prol da causa da instrução em nosso meio”.

Sublinhe-se que, naquele momento histórico, os atributos de dedicação, entusiasmo, vocação, abnegação e virtude se encontravam diretamente ligados a imagem do que deveria ser uma “*boa professora*” (grifo nosso), assim como o conceito de docência como “nobre e árdua missão”. Intitulada como “uma das mais ilustres educadoras do magistério Parahybano” e “ídolo do povo mamanguapense”, a professora é reconhecida como preceptora de várias gerações, tendo exercido a carreira por 32 anos sem solicitar nenhuma licença, fato descrito como “dos mais notáveis em sua carreira” (REPB, 1937, p. 53). Complementando a homenagem, o texto cita a “profunda magua” de Nena por ter sido aposentada compulsoriamente, pois tinha um “**patriótico amor** a profissão por tantos anos exercida” (REPB, 1937, p. 53; grifo nosso).

Destaque-se aqui que por meio das interpretações busca-se compreender o universo social do qual a professora Umbelina fez parte, sem desmerecer suas qualidades e reais contribuições para a educação de Mamanguape-PB. Desvelar o mundo subjetivo que cerca o indivíduo e permeia sua relação permanente e simultânea com os fatos sociais, leva a “elucidação do processo dialético de construção de sua própria identidade” (Barros e Silva, 2002, p.144).

Nesse estudo, considera-se o pressuposto de que investigar uma realidade particular, colabora para a análise de contextos coletivos, em outras palavras isto significa que a pesquisa biográfica se constitui em um contributo para o conhecimento e a compreensão de uma época ou de períodos relevantes de uma sociedade e seus reflexos, articulando, portanto, “experiências e aspirações em cada configuração histórica”. (MACHADO, 2018, p. 20).

Nesse enquadramento, verifica-se também a homenagem publicada no jornal "A Noite Ilustrada":

Figura 41: Vultos Ilustres – Nena Garcez. A noite Ilustrada, n. 1156, 24 abril 1951.



NENA GARCEZ

A coragem, a deliberação e a iniciativa às ordens da inteligência e dentro da linha norte-sul da moral e da razão pura, são forças capazes de afastar de nosso caminho todos os obstáculos a nossos propósitos sadios. Tais forças, entretanto, não são privativas do homem nem restritas às atividades desse ou daquele século. Aos homens e às mulheres de hoje e de ontem foi possível o manejo dessas forças e a conseqüente conquista de seus resultados. D. Nena é um exemplo disso. Viveu alquebradíssima, embora até aos noventa e quatro anos.

Umbelina Garcez foi o verdadeiro nome desta respeitável senhora. Nena, porém, foi o nome porque todos o conheceram; foi o seu título literário.

D. Nena era muito menina quando sua irmã mais velha, Amália, a ponteira de uma série de irmãos a valer, bem ao modo nordestino, foi diplomada em professora pela então jovem Escola Normal da Paraíba. Amália, a irmã de Nena, assume o posto de liderança econômica da família, de cujo convívio salutar o destino já havia afastado o pai.

Os Garcez, de origem espanhola um tanto afastada, mas em linha reta, eram paraibanos legítimos das cercanias do atual município de João Pessoa. A sorte não quis sorrir muito para os Garcez, e por isso prepará-lhes combates reais e não simbólicos como os contra Moinhos de Vento.

Um surto de embolia inutiliza D. Amália para o trabalho e para a vida também, vindo a falecer não muito depois. Tudo isso foi ali assim pelos primeiros dias da Primeira República. D. Nena já estava além dos trinta anos quando isso se passou. Até ali movimentara-se com diligência em tudo que poderemos chamar prendas domésticas; de ali em diante isso que era subsidiário passaria a ser básico. As próprias vendagens de doces. Outros irmãos morrem de maneira mais ou menos imprevistas, doenças súbitas e um deles assassinado. Pobre ao máximo, lendo livros emprestados ou mesmo sem os ler, ouvindo exposições diretas, D. Nena delibera-se titular-se, e, em 1898, sai da Escola Normal sem se constrangir por ser a mais velha de todas e até mesmo de que alguns dos mestres. Vários anos ensina particularmente e em 1905 vai para Mamanguape como professora de escola isolada. Isso ocorreu antes dos grupos escolares. E se, como sacerdotiza, não cessa mais o seu ensino, já aos sessenta é que D. Nena matricula-se em João Pessoa na sede estadual do ensino para identificar-se com os métodos novos. Antes da amnesia tomar D. Nena de assalto, ela discorria sobre Decroly, Montessori e Dewey tão bem quanto sobre Lourenço Filho em seus trabalhos sobre a Escola Nova.

D. Nena era a mulher coragem, deliberação, iniciativa. Foi difícil aposentá-la. O Estado abriu exceções na idade para D. Nena ensinar quase que até ontem. D. Nena era um tipo padrão. Sentimo-nos honrados em inserir em "Vultos Ilustres" esta personagem há pouco falecida. D. Nena, que não se casou, sempre se preocupou com a criança orfã, e, inúmeras, por sua conta, aprimoradamente educou.

Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html> Acesso em: 23/05/2023.

O texto “Vultos Ilustres” de *A Noite Ilustrada* dá conta de resumir a vida de Nena Garcez, seus infortúnios e vitórias. Escrito cerca de um mês após seu falecimento, traz um tom de incentivo à suplantação de dificuldades destacando valores como coragem, deliberação, iniciativa, moral e razão para alcançar os “*propósitos sadios*”⁹⁷. A partir de uma perspectiva que homens e mulheres são capazes de alcançar seus objetivos e suplantar os obstáculos, coloca o masculino e o feminino em mesmo patamar dentro da história, num claro incentivo ao “manejo de forças” para a “consequente conquista de resultados”, ou seja, ao esforço próprio para obter êxito e, nisso, utiliza o exemplo de Nena Garcez apontando suas lutas, determinação e coragem, construindo um tempo subjetivo onde suas vivências são “reorganizadas de modo a marcar a essência significativa de sua trajetória” (FERRAROTTI, 1988, p. 37). Tendo toda a sua vida pautada em princípios apregoados pela igreja católica e influenciada pelo ideário republicano, atuou pautada em convicções que norteavam a educação, os valores e as relações sociais do período. Apesar disso, mostrou-se uma pessoa arrojada, determinada, que ousou quebrar paradigmas em seu tempo, em um universo masculino marcado por espaços de atuação feminina bastante restritos.

4.5 Escola Estadual Umbelina Garcez: reconhecimento materializado

“Nossa escola tem o orgulho de ter esse nome e este espaço é uma simples homenagem àquela que foi um exemplo de dedicação à educação em nossa cidade.” Com este trecho é feita a abertura do blog da EEEM Umbelina Garcez. Inaugurada em 21 de janeiro de 1961. Sua realização se deu por meio de um convênio entre o Estado da Paraíba e a Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e do Programa para o Progresso, no governo de Pedro Moreno Gondim.

Inicialmente a escola atendia a Pré-Escola e o Ensino Fundamental I, na época 1ª a 4ª série, mas foi deixando de atender a esta etapa de ensino e, atualmente,

⁹⁷ Grifo nosso.

funciona com turmas do 7º ao 9º ano (Ens. Fundamental II) e Ensino Médio, no prédio anexo da Escola Técnica Estadual de Mamanguape porque suas instalações estão sendo reformadas.

Figura 42: Placa de Inauguração da Escola Umbelina Garcez (1961)



Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Profª. Umbelina Garcez, 2023.

Em 2010, a escola recebeu a visita da filha da professora Umbelina, Lourdes Garcez que, acompanhada de seus filhos foi a Mamanguape lançar o livro “Professora Umbelina Garcez e Eu”. Em discurso durante o lançamento do livro, Lourdes contou algumas passagens de suas vivências com a professora, levando os alunos a conhecerem a mulher que deu nome à escola que estudavam. Apesar disso, as novas gerações pouco sabem sobre a professora que, muito mais do que uma pessoa virtuosa, foi uma mulher que estudou e trabalhou muito, enfrentou problemas, superou desafios e foi vitoriosa. Mesmo assim, ela permanece materializada na escola que leva o seu nome.

A professora Nena Garcez foi artífice de seu tempo e sua história. Nasceu mulher num tempo de desvalorização do feminino, não foi alfabetizada na infância, ficou órfã e teve que assumir as rédeas de sua vida.

Contrariando as limitadas possibilidades de tornar-se referência na educação, venceu, tornou-se professora Normalista e virou nome de escola. Tanto (re)produziu como (re)interpretou as características e representações da mulher professora no seu meio histórico-social. Conhecer suas motivações e seus percursos incorre em ter acesso aos diversos fatores que mobilizaram e influenciaram a sua formação, sua atuação e o reconhecimento que alcançou.

Figura 43: Lançamento do livro "Profª Umbelina Garcez e Eu" (2010)



Fonte: Família Garcez, (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos biográficos nos fornecem suporte para empreender pesquisas que abarcam histórias de vida de homens e mulheres silenciados pela História Oficial, porém dotados de historicidade as quais precisam ser descortinadas e evidenciadas na seara historiográfica. Nessa perspectiva, destacou-se nas **Trilhas do Caminho (Cap. I)** uma atual tendência ao interesse pelas trajetórias de vida de pessoas comuns enquanto participantes e protagonistas da História de um lugar, de uma cultura, de um tempo. As “biografias de gente miúda”, como destaca Avelar (2007), elegem as classes menos favorecidas e outrora relegadas para comporem a historiografia, sinalizando que todos são dotados de historicismo, tendo muito a revelar através de suas vivências.

Pelo trajeto percorrido neste estudo biográfico, que intentou construir a trajetória da professora Nena Garcez, pode-se assegurar que as histórias de vida são revestidas, de uma forma ou de outra, pelos valores, pelas redes de sociabilidade e pelas tradições culturais que influenciam diretamente as escolhas de cada indivíduo. Assinalada por continuidades, inércias e rupturas, as vivências da professora permitiram a composição de uma investigação que assumiu a vida humana como síntese da história social e uma região, num determinado período (ISIDRO, 2018), validando as experiências do sujeito e possibilitando aprendizagens e ressignificações. Contar a história de uma professora, sua formação e atuação na virada do século XIX e início do século XX, representou também contar a história da escola, de sua institucionalização, bem como da sociedade e dos grupos sociais a que teve acesso. Tal temática possibilita leituras e interpretações que ampliam o olhar sobre o ser professor e sobre como a trajetória pessoal e profissional estão interrelacionadas. Nesse sentido, a história pessoal da professora normalista Umbelina Garcez, representada por sua trajetória de vida, contribui para compreensão da profissão docente na Paraíba em determinado momento histórico, fornecendo pistas sobre como se formaram o ideário e as representações que circundam a profissão na atualidade.

Ao adentrar a construção das representações acerca de Umbelina Garcez pelo **“Gotejar das fontes à história de uma vida” (Cap. II)**, descobriu-se que a professora, mais conhecida como Nena Garcez, teve uma trajetória influenciada pelos movimentos intrínsecos à sua existência, alguns trágicos e desafiadores, como o suicídio de seu pai e a morte de sua irmã Amália, circunstâncias que interferiram na sua tomada de decisões, definindo as escolhas assumidas. Mulher, órfã de pai aos trinta anos, solteira e sem escolarização, o deslindar de suas concepções conduziu a evidenciação de sua personalidade, de suas crenças e de seu propósito de tornar-se educadora para adentrar ao mundo do trabalho, objetivo que perseguiu com tenacidade até alcançá-lo, apesar da idade já avançada.

Em meio a mudanças de regime político, econômico e social, Umbelina teve sua existência circundada pela predominância da dominação patriarcal, pelos princípios morais do catolicismo, do idealismo republicano e do capitalismo em ascensão. Embora não tenha se casado e tido filhos legítimos, criou educou várias crianças, adotando como filha, aos 68 anos de idade, Lourdes Garcez, que viveu com ela até o seu falecimento. Embora tenha tido uma história de vida permeada pelos infortúnios da família, demonstrou ser determinada e inquieta, esforçando-se e trabalhando muito para conseguir ir além das possibilidades que lhe eram apresentadas, não se permitindo à acomodação.

O conjunto das narrativas de memórias da filha Lourdes, juntamente com os documentos elencados, revelam o valor atribuído por ela à educação e ao exercício da profissão docente. Isto posto, superar a pobreza, a falta de energia elétrica, de saneamento básico, de água potável e a precariedade das aulas “domiciliares” para estudar e se qualificar, significava esforço justificável para adquirir melhores condições de vida e reconhecimento social numa época em que as possibilidades de escolarização eram limitadas, principalmente para as mulheres. Superar os enfrentamentos e alcançar objetivos considerados inexecutáveis retrata, então, uma personalidade resiliente e determinada.

Na definição do percurso profissional para **“Constituir-se professora” (Cap. III)**, inicialmente as tramas sociais não lhe foram favoráveis, enfrentando dificuldades para manter-se estudando e formar-se na Escola Normal, aos 39 anos pois, conforme aponta Rago (1985), nem tudo acontece como se imagina. O conflito entre classes e entre gêneros circundava a sociedade brasileira em geral e, conseqüentemente, as

vivências de Umbelina Garcez. No entanto, ela estabeleceu formas próprias de resistência para ocupar espaços de referência, dentre os quais, o interior da Escola Normal como aluna. Reverteu a situação que lhe era desfavorável e formou-se normalista **com distinção**, sendo nomeada para atuar como professora vitalícia em Mamanguape seis anos após sua formatura, tornando-se a *Primeira Professora Normalista*⁹⁸ da cidade. Segundo Machado (2006), nesse período as mulheres começavam a ganhar espaço no mercado de trabalho por meio, especialmente, da educação, rompendo os limites instituídos por uma sociedade caracterizada pelos princípios e conceitos da ideologia masculina patriarcal. Nesse contexto, Umbelina optou por utilizar-se das oportunidades criadas por entre as “brechas” das regras machistas e, dessa forma, se inseriu de forma legítima no meio social e do trabalho.

Sublinha-se que neste percurso a professora Umbelina Garcez vivenciou a transição do Regime Imperial para a República e a passagem do século XIX para o século XX, **transitando entre séculos (Cap. IV)** e entre as turbulências econômicas, sociais e políticas que ocorriam e alcançavam, de alguma maneira, todas as camadas populacionais. Foi neste cenário que D. Nena iniciou a construção de sua profissionalização, em meio ao discurso de modernização social e transformação nas estruturas econômicas e sociais, resultado da crescente urbanização e do desenvolvimento industrial, fatores que alcançavam a educação, que precisava acompanhar esses avanços. Sabendo-se que a construção da docência é um processo bastante complexo, não se adequando a estudos rígidos e simplistas, não se considera possível apontar a trajetória de vida de Nena Garcez de forma linear, enrijecida, como se cada etapa de sua profissionalização sucedesse rigorosamente a outra. Nesse sentido, busquei explorar as nuances que retratam sua personificação.

Entre a tradição e a inovação, é possível afirmar que Umbelina construiu sua carreira docente de forma a ser respeitada e lembrada pelo comprometimento, respeito e dedicação à profissão, mas também pelas posturas assumidas e ações praticadas (de avanços, às vezes de retrocessos, e também de permanências) que marcaram fortemente sua representação social e profissional. Considerada uma pessoa séria e, até mesmo sisuda, mas muito educada, conquistou muitos alunos por não ser afeita a prática dos castigos físicos aos alunos, muito comuns no início do

⁹⁸ Havia outras poucas professoras no município, porém, eram leigas; não havia nenhuma professora formada para exercer a profissão.

século XX. Via a docência pelo olhar da sociedade do período, que considerava a docência uma “missão”. Em sua prática professoral, dava ênfase a leitura e a escrita e, embora não tivesse consciência, mantinha uma prática educativa que oscilava entre o tradicional e o inovador (para o período); ao mesmo tempo que favorecia a “formação do caráter, da moral e do amor a nação”⁹⁹, conforme as determinações da época, também colocava o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem, indo muito além da simples instrução. À leitura e à escrita intercalava música, dança, teatro, integrando a escola à comunidade, promovendo a formação social de seus alunos, preparando-os para uma sociedade que se pretendia nova.

Mas não só os seus alunos usufruíam de suas ideias inovadoras para a época; a própria população da cidade também se beneficiava disso, pois ela implantou o primeiro cinema da cidade, comprou um carrossel para colocar nos festejos do município e montou uma biblioteca na escola. Todavia, com um salário de professora estadual que às vezes não era suficiente para a manutenção de suas obrigações financeiras, Nena Garcez, muito atuante no meio social, buscava formas de complementar sua renda vendendo cocos e frutas do seu sítio e, ainda, ministrando aulas particulares de Francês e piano.

Devota de Nossa Senhora, também frequentava a missa diariamente, era catequista e praticava a caridade ajudando enfermos, fazendo doações para hospitais, dando alimentos às famílias muito pobres, acolhendo retirantes da seca em sua casa. Certamente, essa integração com a sociedade do local e o fato de ter formado muitos mamanguapense ilustres lhe proporcionou reconhecimento e destaque na cidade.

Importante destacar que o silenciamento das fontes, muitas vezes levou ao questionamento sobre a possibilidade de se chegar aos documentos, o que foi superado, considerando que esta pesquisa atendeu ao propósito intentado. Contudo, não se conseguiu o acesso ao Arquivo das Escolas Extintas, que poderia contribuir com fontes oficiais, e as documentações dos arquivos da Escola Estadual Professora Umbelina Garcez e do município de Mamanguape foram incipientes para a pesquisa. Ficou clara a desvalorização dos documentos oficiais e não-oficiais pelos órgãos que deveriam resguardar tal documentação e pela população brasileira em geral, haja visto o descaso com as nossas solicitações de acesso aos arquivos ou a documentos

⁹⁹ Grifo nosso.

que pudessem vir a agregar informações. Ainda nessa seara, a contrapartida da facilidade de acesso aos arquivos, bibliotecas e documentos pela Internet foi fundamental, tanto no período de isolamento social por causa da pandemia, como depois, pela facilidade de se chegar a locais distantes e, às vezes, inacessíveis de outro modo. Destaco o site familysearch.org, a hemeroteca digital brasileira e página do jornal 'A União', que serviram de grande suporte para as informações e registros familiares, como também para o acesso a documentos históricos oficiais e não-oficiais. As próprias entrevistas com Lourdes Garcez, atualmente com 97 anos e morando em Belém do Pará, foram possibilitadas em virtude do uso da internet. Ferramenta poderosa pelo acesso a nível mundial, a rede mundial de computadores foi, até final da pesquisa, local de encontrar novas fontes e subsídios a cada acesso.

Locais de significativa importância também foram os arquivos da FUNESC, IHGP, Fundação Casa de José Américo, Jornal O Norte e Arquivo da Cúria, em João Pessoa/PB. Fora isso, o auxílio de moradores de Mamanguape e pessoas da família da professora Umbelina, como sua neta Lourdes Maria, suas sobrinhas Giselha e Gláucia, e seu primo e escritor Aduino Ramos, foram fundamentais na coleta das fontes pessoais, dos depoimentos e na constituição do corpo da pesquisa.

Considerando que a trajetória de cada pessoa tem uma implicação histórica e social, já que ninguém vive ou se faz sozinho, isto é, a forma de ser e estar no mundo está diretamente relacionada com as condições existenciais e contextuais que marcam toda a vida de cada indivíduo, pode-se dizer que a trajetória da professora Nena Garcez esteve diretamente relacionada às intempéries existenciais, mas também a sua personalidade e as relações sociais que teceu. Foi responsável direta e indireta pela formação de várias gerações de jovens mamanguapenses, sendo atualmente rememorada pela escola que leva seu nome. A representatividade e a memória construída coletivamente em torno de Umbelina Garcez, assim como os documentos elencados durante essa pesquisa, apresentam seu protagonismo, força e decisão para tornar-se professora e exercer a profissão com excelência. Nessa conjuntura, finaliza-se esse trabalho afirmando que Nena Garcez, mulher silenciada na história, fez a diferença na educação de Mamanguape e região por sua postura dedicada, ousada, séria e comprometida, não apenas com a profissão docente, mas com tudo o que se propunha a realizar.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa (auto)biográfica**. História da Educação, ASPHE/FaF/UFPel, Pelotas, n.14 p. 79-95, set. 2004.

ADORNO, S. (Coord.). (1991). **A criança menorizada**: banco de referências bibliográficas. (Série Dossie NEV, 3). São Paulo: USP, Núcleo de Estudos da Violência.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o rio Mamanguape**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Volume, 2, 1957.

ANDRADE, Ana Isabel de S. Leão; VASCONCELOS, Severina M. de Oliveira. **Mamanguape 150 anos: uma cidade histórica**. Mamanguape: Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2005.

ARAÚJO, Maria Lucília V. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 21 jun 2023.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal da Parahyba do Norte**: movimento e constituição da formação de professores no Séc. XIX. João Pessoa: [s/n], 2010. 319 f.

ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A retomada da biografia histórica**. Art e Cultura, Uberlândia – MG, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHIMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo – SP, Letra e Voz, 2018.

_____. **Grafia da Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo – SP, Letra e Voz, 2012.

AZEVEDO, Fernando et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **A Educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, G.C. Os Juizes de Órfãos e a institucionalização do trabalho Infantil no século XIX. **Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo**. São Paulo. Ano 3, Nov.2007.

Disponível:<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/> Acesso em: 24/02/2022.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BARRETO, I. d S.; MACHADO, C. J. dos S; NUNES, M. L. da S. Narrativa de vida de Maria Fernandes de Queiroga (irmã Ana, OSF): memória, história e identidade docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1404-1421, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.152891404>. Acesso em 13 de julho de 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** – especialidades e abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

Barros, V. A. & Silva, L. R. (2002). A pesquisa em História de Vida. In: I. B. Goulart (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. (pp. 134-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em Psicologia**, nº 3, São Paulo, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo na memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.p.183-191.

BRAGANÇA, I. F. S. Histórias de vida e formação de professores: diálogos entre Brasil e Portugal [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, 312 p. ISBN: 978-85-7511-469-8. Available from: doi: 10.7476/9788575114698. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/f6qxr/epub/braganca-9788575114698.epub>.

"Brasil Casamentos, 1730-1955", database, FamilySearch. Disponível em: (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:V2KD-JHC> : 31 January 2020), Miguel Garcez Alves de Lima, 1857. Acesso em 20 de março de 2021.

BUENO, B. O. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores**: a questão da subjetividade. Educação e Pesquisa, v. 28. n. 1, p.11-30, 2002.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**, Tradução Sérgio Goes de Paula; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMARGO, Aspázia. "História Oral e Política". In: MORAES, Marieta de. História Oral. R.J. Diadorim & FINEP, 1994. ____ "O Método Qualitativo: Usos e Perspectivas". In: **Sociologia, Sociologias**. III Congresso Nacional de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n. 11, p.115-127; tradução de Vera Rochas, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 3, p. 97-113, tradução de Vera Rocha, 1994.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore- Brasília: UnB, 2º ed., 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª Edição, Coleção Memória e Sociedade Lisboa: Difel, 2002.

CONCEIÇÃO, Sandra da Silva. **A Constituição Familiar entre Senhores e Escravas**: mulheres forras e livres, em Santo Estevão do Jacuípe e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, no século XIX. Cachoeira, BA, 2021.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. Campina Grande: GRAFSET LTDA, 1986.

COSTA, Adailton Coelho; LINS, Sebastião Alves. **Mamanguape minha Terra: estudos sociais**. João Pessoa: Gráfica J,B. Ltda, 1992.

DELGADO, Lucélia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

DOSSE, Françoise. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gison César Cardoso de Souza. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Escola Normal. **O Publicador**. Anno XXV, Nº 5, Parahyba do Norte, 10 de abril de 1885.

Escola Normal. **O Publicador**. Anno XXV, Nº 5, Parahyba do Norte, 15 de abril de 1885.

Escola Normal. **O Publicador**. Anno XXV, Nº 5, Parahyba do Norte, 19 de abril de 1885.

Escola Normal. **O Publicador**. Anno XXV, Nº 5, Parahyba do Norte, 23 de maio de 1885.

Escola Normal. **O Publicador**. Anno XXV, Nº 5, Parahyba do Norte, 30 de junho de 1885.

FARIAS, Raquel Soares de. **A centralidade de Mamanguape (PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano**/Raquel Soares de Far.- João Pessoa, 2013.

FERRAROTTI, Franco. **História e Histórias de Vida: o método biográfico nas Ciências Sociais**. Tradução Carlos Eduardo Galvão, Maria da Conceição Passegi. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

_____. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). **O método autobiográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988.

GARCEZ. Lourdes. **Entrevista concedida a Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro**, João Pessoa. 07 de março de 2021.

GINSZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; Revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A CIDADE NO BRASIL – período colonial. **Caminhos de Geografia-** revista online <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343 Ins. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011 p. 8 – 15.

GONDRA, José Gonçalves. Exercício de comparação: um normalista da Corte na Europa. In: MIGNOT, Ana Chrystina V. e GONDRA, José Gonçalves (orgs.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 65-89.

HAHNER, J. E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. In: **Revista Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/> Acesso em 11 de jan de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HOBBSAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. Tradução Siene M. Campos et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissionalização: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de Maria do Carmo Monteiro Pagano. São Paulo: Cortez, 2004.

Le GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3 ed. Campus São Paulo: Editora da Unicamp, 1994. (Coleção repertórios).

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.p.167-182.

Levy, M.E.F. A escolha do cônjuge. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009.

LIMA, Deyseane Maria Araújo; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoaambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**. v. 40, n. 4, pp. 491-497, out./dez. 2009. Disponível em: <http://caioba.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/4711/4936>. Acesso em: 08/10/2022.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**. da biografia à história. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Zila Mamede: trajetórias literárias e educativas**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2010.

MACHADO, Charliton José dos Santos. Reflexões sobre pesquisas (auto)biográficas. In: MACHADO, C. J dos S. (Org.). **Desafios da escrita biográfica**: experiências de pesquisas. Fortaleza: Editora EDUECE, 2018. pp. 17-29.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Tudo Azul com Dona Neuza**: poder e disputa local em 1968. Fortaleza: Editora EDUECE, 2019.

MACHADO, C. J dos S.; NUNES, M. L. da S. Rompendo o silêncio: Neuza Bezerra Santos e as eleições municipais de 1968. **Revista de História e de Estudos Históricos**, jan-jun, vol. 18. 2021, pp. 175-92. Doi: <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v18i1.1056>. Acesso em 21 de junho de 2022.

MACHADO, C. J. S.; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, L. M. Pelos fios das memórias do livro e da leitura: O arquivo Zila da Costa Mamede. **Revista HOLOS**, vol. 5, 2013, pp. 333-346. Doi.org/10.15628/holos.2013.1721
Acesso em 20 de maio de 2022.

MACHADO, Charliton J. S.; NUNES, M^a Lúcia da S.; LACET, Juliana Aparecida Lemos. **Maria Camélia Pessoa da Costa**: educação como missão de vida. Fortaleza: EDUECE, 2021.

MACHADO, C. J. S., NUNES, M. L. S., & VASCONCELOS, L. M. Lições de um amigo: cartas de Drummond a Zila Mamede. **Revista Histedbr**, v.18, n.1, p.107-122, 2018.

MACHADO C. J. S., NUNES; VIEIRA, C. M. COIMBRA; FIALHO, L. M. F. Sufrágio feminino e feminismo na imprensa brasileira da Parahyba, 1913-1933: rebeldia ou conformação? **Ler História**, [Online], 82 | 2023, posto online no dia 15 junho 2023, consultado no dia 26 junho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/12220>;
DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.12220>

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 195-221.

MARIZ, Celso. O presente e o passado de Mamanguape. In: MARIZ, Celso. **Cidades e homens**. Campina Grande. Grafset, 1985.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: Secretaria da Educação e cultura, 1996.

MELLO, José Octávio Arruda. **História da Paraíba - Lutas e Resistência**. João Pessoa: A União, 2007.

MELNIKOFF, Ricardo André Aires; MELNIKOFF, E.A.A. **Professora, professorinha primeira profissão que legitima a mulher do século XIX**. IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, Aracajú, 2014. Disponível em: 1424132806_ARQUIVO_RicardoAndreAireseElaineAlmeidaAires.pdf
Acesso em: 22/04/2022.

MENEZES, C. S d; MACHADO, C. J. dos S; NUNES, M. L. da S. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Revista Educação Unisinos**, nº 13(1), pp. 43-50, jan/ab 2009. Doi: 10.4013/edu.2009.131.04. Acesso em 13 de março de 2022.

MIRANDA, Ana Caroline C. As últimas vontades: considerações sobre o testamento de Maria Machado Pereira, preta forra - Vila de Pitangui (1777). Fontes, São Paulo, n. 4, 2016/1, p. 72. Disponível em: <http://www.revistadefontes.unifesp.br/wp-content/uploads/2017/04/fontes04de71a78.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

NÓVOA, A. [Prefácio]. In: ABRAHÃO, M.H.M. B. (Org.). **História e histórias de vida destacados educadores fazem a história da educação rio grandense**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.7-12.

_____, António, coord. - **"Os professores e a sua formação"**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33

_____. António. Os professores e as histórias de sua vida. In: NÓVOA, Antônio. (Org.) **Vidas de Professores**. Portugal: Porto editora, 1995.

NUNES, M.L.S.; MACHADO, C.J.S.; TEIXEIRA, M.M. et al. **Eu conto, Você Conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas**. Fortaleza: EdUECE, 2017.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, Herculano de Souza Bandeira, em 1 de agosto de 1886**. Paraíba: Tipografia Liberal, 1886. Disponível em: www-apps.crl.edu/brazil/provincial/Paraiba. Acesso em 04/06/2022.

_____. Falla com que o exm. sr. dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, presidente da provincia, abriu a primeira sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2008.

PETITAT, A. **A produção da Escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos na evolução escolar do ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa**. Revista USP, Brasil, n. 13, p. 144-156, maio 1992. ISSN 2316-9036. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25620>. Acesso em: 16 junho de 2016.

PINEAU, Gaston. **Histórias de Vida e Formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial**. Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 329-343, 2006.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: [s.n.],2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José. (Orgs.). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p.133-159.

PINHEIRO, Antônio Carlos. De Escola Normal Rural para Escola Normal Regional de Souza - PB: a formação de professoras(es) para o meio rural (1943-1961). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ano 17, v. 22, n. 52, p. 96 - 114, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/33821>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PORPINO, P. G. C. de A; MACHADO, C. J. dos S. Gênero e educação na imprensa paraibana. (1964-1966). In: **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7208>. Acesso em 20 de maio de 2021.

PORPINO, P. G. C de A.; MACHADO, C. J dos S. A mulher vai mandar: a presença feminina na imprensa paraibana entre 1960-1964. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 4, pp. 43918-4335, 2022. Acesso em 12 fevereiro de 2022.

PRIORI, M. (1999). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In M. Priore (Org.). **História das crianças no Brasil** (pp. 84-106). São Paulo: Contexto.

RAMOS, Adauto. **Escrituras e Registros**, João Pessoa - PB: Sal da Terra, 2012, p. 11.

REVEL, Jacques. História e Ciências sociais: Uma Confrontação Instável. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). **Passados Reconstituídos: Campos e Canteiros da História**. Tradução. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1998.p.79-90.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1); tradução Constança Marcondes Cesar - Campinas: Papyrus, 1993.3v.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo3)**; tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Vilela – Petit – Campinas – SP: Papyrus, 1997.

ROLNIK, Raquel, CYMBALISTA, Renato. **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social**. Publicações Pólis. São Paulo, PÓLIS, n.29, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 6. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SABINO, Raquel do Nascimento. **Reminiscência da professora Clemilde Torres Pereira da Silva**: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013). 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo: Marco Zero, 1989; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo; T. A. Queiroz: ed. Da universidade de São Paul. 1984. 266

PRADO, Danda. O que é família? 1981, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Regulamento do Externato Normal de N°. 33. **Jornal da Parahyba**. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 jan. 1886. Localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

REPÚBLICA: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO. DOI 10.22533/at.ed.09620271119. Disponível em Post Artigo - Atena Editora/42858. Acesso em : 22/03/2022.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 60-71, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?%20script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2021.

SENA, Fabiana. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no império e na primeira República**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SIKORA, Denise; SILVA, Adnilson José da. (2008). Representações de infância na transição para a modernidade. **Guaracá**. Guarapuava, Paraná, n 24, p. 23-36.

SILVA, Américo Junior Nunes da; SOUZA, Ilvanete dos Santos de; LIMA, Reinaldo Feio (Orgs.). Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 3 /- Ponta Grossa - PR: Atena, 2020. **EDUCAÇÃO FEMININA NA PRIMEIRA**

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.259-279.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998a.

TAMBARA, E. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Universitária/Seiva, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. O professor como ator racional: Que racionalidade, que saber, que julgamento? In: PASQUAY, L.; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHALIER, Évelyne. (Orgs.). **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?** 2 ed. ver. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TEIXEIRA, Anísio Espínola. Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, INEP, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/435>. Acesso em: 13 maio 2021.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Imagens de um cotidiano in: **Saeculum: Revista de História**, Nº 2, João Pessoa – PB: Universitária, 1996.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935- 1956)**. 2018. 326f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2018.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Tradução Alda Baltar. Brasília: EDUNB, 1982.

VILAS BOAS, S. **Biografias e biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA**,

Os pesquisadores **THAIS JUSSARA DE O. GUEDES ISIDRO e CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO** convidam você a participar da pesquisa intitulada "NENA GARCEZ: PIONEIRISMO E MISSÃO EDUCACIONAL. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo da Pesquisa

Esta pesquisa tem por objetivo compor a história de vida e formação da professora Umbelina Garcez, também conhecida como Nena, dando visibilidade a ela enquanto sujeito histórico que participou da expansão da educação pública no interior da Paraíba, mais especificamente na cidade de Mamanguape - PB, e até o momento se encontra ausente na historiografia educacional.

Objetivos Específicos

- 1 - *Construir, de forma contextualizada, o perfil biográfico e história de vida da professora Umbelina Garcez a partir do olhar da filha, dos familiares e de outros atores sociais próximos de sua história;*
- 1 - *Analisar, com base nas fontes e nas referências bibliográficas estudadas, o cenário educacional de Mamanguape-PB no período entre 1898 e 1937;*
- 2 - *Investigar os processos de formação e exercício da docência presentes na trajetória de Umbelina Garcez e na Paraíba no período estudado (1898 e 1937);*
- 3 - *Evidenciar a importância da professora Nena Garcez para a educação de Mamanguape-PB.*

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa, PB, ____ de ____ de 2023.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.